

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO – FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ALLINE RIBEIRO DE GOIS

***CORREIO DO ESTADO: PORTA-VOZ DA IDEOLOGIA UDENISTA NA
DITADURA MILITAR***

CAMPO GRANDE – MS
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO – FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ALLINE RIBEIRO DE GOIS

***CORREIO DO ESTADO: PORTA-VOZ DA IDEOLOGIA UDENISTA NA
DITADURA MILITAR***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Mídia e Representação Social – Linha de pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª Mario Luiz Fernandes

CAMPO GRANDE – MS
2020

ALLINE RIBEIRO DE GOIS

***CORREIO DO ESTADO: PORTA-VOZ DA IDEOLOGIA UDENISTA NA
DITADURA MILITAR***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Campo Grande – MS, ____ de _____ de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____ //

Professor Doutor Mario Luiz Fernandes – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

_____ //

Professora Doutor Hélder Prior - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

_____ //

Professor Doutor Jorge Christian Fernandes – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Agradecimentos

A Deus por me fortalecer na fé para vencer esta etapa tão importante da minha carreira profissional.

À minha família, que sempre me apoiou e não mediram esforços para que eu conquistasse todos os meus projetos.

À Diogo Watanabe e Jane Fernandes, por estarem ao meu lado nestes dois anos de mestrado, dando força e apoio para finalizar.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS por contribuir na minha formação e por todo o conhecimento compartilhado. Em especial, Marcos Paulo da Silva, Marcelo Vicente Cancio Soares e Hélder Prior.

Ao meu orientador, Dr. Mario Luiz Fernandes, por guiar e contribuir na realização desta pesquisa.

Aos colegas que sempre estiveram ao meu lado apoiando e dando forças nesta jornada que começamos juntos em 2018. Em especial, à Iago Porfírio, Ana Barbosa, Lauriane Schimidt, Adriana Queiroz e Marcele Aroca Camy.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o conteúdo de notícias que foram publicadas no jornal *Correio do Estado* – fundado em 7 de fevereiro de 1954, por grupo de políticos do Sul de Mato Grosso ligados à UDN. O referencial teórico-metodológico a Hermenêutica de Profundidade (HP) proposta por John Thompson (2011), que tem como procedimento três fases: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva; interpretação/re-intepretação. A primeira etapa, análise sócio histórica, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a história do golpe civil-militar de 1964, a formação de Campo Grande, à época município do Estado de Mato Grosso, e sobre a história do jornal *Correio do Estado*. A análise discursiva foi organizada o *corpus* de pesquisa, selecionada as notícias e categorizadas de acordo com os modos de operação empregada. Identificados os diferentes modos de operação e estratégias de ideologia, concluiu-se a última etapa da HP. Como resultado, verificou-se que o posicionamento editorial do *Correio do Estado* estava alinhado à ideologia hegemônica favorável ao golpe civil-militar e, posteriormente, favorável ao governo de exceção.

Palavras-chave: jornalismo impresso; *Correio do Estado*; golpe civil-militar 1964; ideologia.

ABSTRACT

This research analyzes the content of news that was published in the newspaper *Correio do Estado* - founded on February 7, 1954, by a group of politicians from the south of Mato Grosso linked to the UDN. The theoretical and methodological framework of Depth Hermeneutics (HP) proposed by John Thompson (2011), which has three phases as its procedure: socio-historical analysis; formal or discursive analysis; interpretation / reinterpretation. The first stage, a socio-historical analysis, carried out bibliographic research on the history of the 1964 civil-military coup, the formation of Campo Grande, at the time a municipality in the state of Mato Grosso, and on the history of the newspaper *Correio do Estado*. The discursive analysis was organized by the research corpus, news was selected and categorized according to the modes of operation employed. Having identified the different modes of operation and ideological strategies, the last stage of HP was concluded. As a result, it was found that the editorial position of the *Correio do Estado* was in line with the hegemonic ideology favorable to the civil-military coup and, later, favorable to the government of exception.

Keywords: printed journalism; State Post Office; civil-military coup 1964; ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. REFERENCIAL TEÓRICO	11
1.1 Semeando o Golpe	12
1.2 O golpe midiático-civil-militar de 1964	21
1.3 Governo Médici: modernização e censura.....	30
1.4 Imprensa: do colaboracionismo à oposição à Ditadura militar	34
1.5 Conceito de ideologia	40
1.6 A cidade que surgiu do boi e a ideologia dos coronéis e latifundiários	47
2. REFERENCIALMETODOLÓGICO.....	55
2.1 Gêneros jornalísticos	55
2.2 Hermenêutica de Profundidade como metodologia de análise	57
2.3 Análise sócio-histórica	58
2.3.1 Operação limpeza em Mato Grosso.....	59
2.3.2 A Ademat e a caça aos comunistas	67
2.3.3 Campo Grande: cassação dos políticos petebistas e a hegemonia política da Arena	70
2.3.4 Correio do Estado: cria da UDN.....	76
2.4 Análise formal ou discursiva.....	82
2.5 Interpretação/reinterpretação	85
2.6 Modus operandi da ideologia	86
3. 1964: CORREIO DO ESTADO LEGITIMA O GOLPE MIDIÁTICO-CIVIL-MILITAR	93
3.1 Considerações sobre a análise da cobertura jornalística em 1964.....	121
4. 1969: <i>CORREIO DO ESTADO A SERVIÇO DO GOVERNO DITATORIAL</i>.....	122
4.1 Considerações sobre a análise da cobertura jornalística entre dezembro 1969.....	143
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
7. ANEXOS	150

INTRODUÇÃO

Estudar a imprensa campo-grandense (MS), especificamente o jornal *Correio do Estado*, é conhecer parte do pensamento sociocultural de uma época. Afinal, os jornais são um manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, como ressalta Capelato (1988, p. 13). Há alguns anos eram considerados fonte suspeita e de pouca importância, mas, atualmente, é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época (CAPELATO, 1988, p. 13).

Os relatos dos jornais, no entanto, são parciais. O processo de produção do conteúdo é mediado por diversos elementos: seja a percepção do jornalista sobre os fenômenos sociais e até a manipulação ideológica intencional da instituição jornalística (FERNANDES, 2007, p.18). Visto isso, a pesquisa visa entender o contexto sócio-histórico, a linha ideológica, entre outros elementos que influíram na cobertura jornalística do *Correio do Estado* em dois períodos emblemáticos da história do Brasil: 1964 – quando há o golpe midiático-civil-militar; e 1969 - fase mais repressiva do período ditatorial, caracterizado pela repressão direta aos meios de comunicação, coerção política, torturas, etc.

Na década de 60, como será visto no decorrer deste trabalho, parte da grande imprensa brasileira aderiu ao projeto modernizante-conservador-militante das classes dominantes, que visava depor o presidente João Goulart e defender seus interesses econômicos e político. Por meio de editoriais, artigos e notícias, a imprensa difundiu a ideologia dominante e propalou o fantasma do perigo comunista, que contribuiu para criar o imaginário de um caos administrativo, que contribuiu para criar um clima favorável para a intervenção militar.

Dessa forma, a grande imprensa desempenhou importante papel no processo de busca de legitimidade do movimento golpista. A problemática que surge e direciona esta pesquisa, portanto, é: a imprensa do interior, especificamente o *Correio do Estado* (objeto de estudo), alinhou-se à ideologia dominante e contribuiu para a construção de consenso sobre a necessidade de intervenção militar? A cobertura jornalística do veículo contribuiu para a legitimação do golpe e, posteriormente, para a manutenção do governo ditatorial?

Levantada a problemática, o estudo tem como objetivo geral identificar o posicionamento ideológico do periódico, utilizando para isso a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por John Thompson (2011), como referencial teórico metodológico. A análise das formas simbólicas mobilizadas permitirá identificar as estratégias utilizadas para a

operação da ideologia e os recursos utilizados pelo jornal para legitimar o movimento golpista e o governo ditatorial em 1969.

A opção por este método se dá em razão da HP propor uma investigação que abarca três campos que serão fundamentais para o entendimento do objeto de pesquisa: a) contexto histórico – denominado por Thompson como análise sócio-histórica; b) análise formal ou discursiva, procedimento que permite a análise do conteúdo jornalístico; c) a interpretação e reinterpretação do pesquisador em relação ao conteúdo analisado.

A pesquisa tem caráter interdisciplinar, abarca campos da história, do jornalismo e das ciências da linguagem. Portanto, a pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo são as bases do desenvolvimento do trabalho. O campo da história contribui para a discussão de um período importante para a história do Brasil: o golpe civil-militar de 1964 e a instauração da ditadura midiática-civil-militar¹. Ao abordarmos a temática, busca-se contribuir para o conhecimento da história da imprensa local do estado de Mato Grosso do sul, analisando como a imprensa regional atuou no processo que desfechou uma ditadura militar que durou 21 anos. Para compreender os contextos social, político e econômico desse período, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o período em questão, além de pesquisa documental – na qual foi examinado alguns Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

O jornal campo-grandense *Correio do Estado*, fundado em 1954, é o objeto da análise desta análise, que visa compreender os mecanismos ideológicos e as estratégias discursivas utilizadas na cobertura jornalística em 1964 e 1969. O *corpus* da pesquisa é constituído por notícias veiculadas no periódico nos anos de 1964 e entre dezembro de 1968 e 1969. O primeiro ano de análise é constituído por 15 notícias, que resultaram em 12 unidades de registros –

¹ Os termos golpe e ditadura midiática-civil-militar são utilizados nesta pesquisa para caracterizar o processo sócio-político que destituiu do poder o presidente João Goulart e pôs fim a democracia. Ao utilizar o adjetivo “civil” é importante ressaltar que o termo não representa a sociedade em sua totalidade, mas sim uma fração de classe, denominada por Dreifuss como “elite orgânica”. A matriz do conceito de “elite orgânica”, desenvolvida pelo autor em sua tese de doutoramento, que deu origem a “1964: A conquista do Estado”, está fundamentada no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. “Para Gramsci, intelectual orgânico é todo aquele que, diferentemente do intelectual tradicional, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe” (MELO, HOELEVER, 2014, p.20). Esses civis, ou seja, essa elite orgânica, era formada por empresários, ou, como melhor define Dreifuss, tecnocratas, que estabeleceram aproximação ideológica com os militares golpistas em prol de um projeto conservador-modernizante que atendesse seus interesses (para aprofundamento dos conceitos utilizados pelo autor e o protagonismo dessa classe social no golpe, consultar a obra “1964: A conquista do Estado”). Outro agente importante ligado ao projeto de classe foi a imprensa brasileira, que, de acordo com Juremir Machado da Silva (2017) contribuiu na construção de consenso social em prol da intervenção militar. A mídia, portanto, foi o porta-voz do empresariado da modernização conservadora brasileira. Tecida essas considerações, utilizar-se-á na pesquisa o conceito golpe-midiático-civil-militar para enfatizar a participação da imprensa, e, por questão de praticidade, optamos, em vários trechos da pesquisa, utilizar o termo ditadura civil-militar para nos referirmos à todos esses agentes sociais que participaram do golpe e, posteriormente, na manutenção do governo ditatorial.

analisadas no terceiro deste trabalho. O segundo ano é composto por 16 notícias, que resultaram em 24 unidades de registros – analisadas no quarto capítulo.

Para realizar a análise das notícias e compreender o discurso do *Correio do Estado*, a pesquisa está dividida em quatro capítulos: referencial teórico, referência metodológico, análise discursiva das notícias do Correio do Estado em 1964 e *Correio do Estado* a serviço do Governo Ditatorial.

O primeiro capítulo, Referencial Teórico, aborda a temática do trabalho: o golpe midiático-civil-militar e a ditadura militar, especificamente em 1969. A pesquisa bibliográfica deu suporte para a compreensão do contexto político, social e econômico da época, e, dessa forma, contribuiu para analisar as formas simbólicas produzidas pelo *Correio do Estado*.

O segundo capítulo, Referencial Metodológico, trata sobre o gênero jornalístico aqui estudado, a notícia, e a Hermenêutica de Profundidade – no qual é exposto o que é a metodologia e todas as fases empregadas para a análise do objeto de pesquisa. Nos últimos dois capítulos são realizadas as análises das notícias que compreende o corpus de pesquisa – encerrando, dessa maneira, todas as etapas da HP.

Todas as etapas, proposta por Thompson, foram fundamentais para identificar a orientação ideológico do *Correio do Estado*, e elucidar a problemática levantada e que deu origem a este estudo: O *Correio do Estado* contribuiu para a construção de consenso social sobre a necessidade de intervenção militar e para a legitimação do governo ditatorial? A análise responde essa problemática, que surgiu da curiosidade de entender o discurso jornalístico do jornal corumbaense *Folha da Tarde* – pesquisado durante a execução do livro reportagem “Subversivos a bordo – a história do navio-prisão em Corumbá (MS), trabalho de conclusão de curso. Entender as estratégias utilizadas pelo jornal para a operação da ideologia e como a imprensa local cobriu o golpe midiático-civil militar, assim como se comportou durante a ditadura militar fez nascer esta pesquisa.

1 REFERENCIAIS TEÓRICO

Neste primeiro capítulo é desenvolvido o referencial teórico do tema pesquisado: golpe midiático-civil-militar de 1964 e o governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici, que governou durante a vigência do Ato Institucional nº5. Abordá-los é essencial para compreender a campanha dirigida pelas classes dominantes para deslegitimar o governo de João Goulart e implementar a solução para a “crise institucional” através da intervenção militar, e

compreender a construção da ideologia ditatorial que buscou construir argumentos para autolegitimar-se.

Para analisar o conteúdo produzido pelo *Correio do Estado*, portanto, é necessário compreender o contexto sócio-histórico no qual esse discurso midiático foi produzido. Para isso, serão abordados os seguintes tópicos: 1) Semeando o golpe – contextualização breve sobre a renúncia do presidente Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade que possibilitou João Goulart assumir a presidência; 2) O Golpe midiático-civil-militar – aborda a participação da imprensa na construção de consenso social sobre a necessidade de intervenção militar; 3) Imprensa: do colaboracionismo à oposição à ditadura-civil-militar – análise da participação da imprensa no golpe e sua adesão ao governo ditatorial, assim como a oposição por parte de alguns meios de comunicação. Na sequência é discorrida a trajetória histórica do conceito de ideologia e a concepção proposta por Thompson (2011) e a formação cultural de Campo Grande e a ideologia dominante no sul de Mato Grosso no tópico “Cidade que surgiu do boi e a ideologia dos coronéis e latifundiários”.

O contexto socioeconômico e político abordado nesse primeiro capítulo é essencial para identificar as classes dominantes e os interesses que defendiam. Esse panorama possibilitará compreender as relações de dominação que orbitavam no meio social e, dessa forma, compreender o espaço no qual as formas simbólicas foram construídas. Como expõe Dreiffus (1981, p. 229), foram essas elites orgânicas que tentaram levar adiante uma “campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos”.

1.1 Semeando o golpe

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou à Presidência de República, sem ao menos completar sete meses no cargo. O episódio “constituiu-se no primeiro ato de uma trama golpista” (TOLEDO, 1991, p.8). Com João Goulart na China, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu provisoriamente a Presidência da República. Iniciou-se, nesse momento, um movimento de setores políticos para impedir a posse de Goulart, e a imprensa desempenhou importante função junto à opinião pública.

De acordo com Toledo (1991, p. 11), os meios de comunicação passaram a divulgar versões que havia, de parte de expressivos círculos militares, “uma forte oposição à posse constitucional de João Goulart”. As notícias afirmavam que

[...] os ministros militares não apenas desaconselhavam o retorno imediato de Goulart, como estavam decididos a detê-lo no momento em que pisasse em território nacional. Ao mesmo tempo que difundiam estas informações, vários jornais da chamada grande imprensa – expressando a opinião pública dos setores conservadores das classes dominantes – conclamavam as Forças Armadas a assumirem o papel decisivo na crise política que se configurava com a renúncia de Jânio Quadros. Em outras palavras, tais setores estimulavam e apoiavam o golpe militar (TOLEDO, 1991, p.11).

A posse de Goulart, portanto, foi marcada por intenso embate entre militares, Congresso Nacional e apoiadores da Campanha da Legalidade (movimento promovido por Leonel Brizola, que assegurou a posse de Goulart na presidência). Nesse espaço de tempo, no entanto, as Forças Armadas atuaram na mudança do regime do governo para limitar as ações do novo presidente e implementaram o parlamentarismo. Silva complementa que

Jango assumiu com uma mancha de ilegitimidade. Pesava sobre ele a terrível mácula de ter convencido Getúlio Vargas, em 1954, a conceder cem por cento de aumento no salário mínimo, o que lhe custara o cargo de ministro do Trabalho e o assinalara para sempre como suspeito de comunismo (SILVA, 2017, p. 19).

Em 7 de setembro de 1961, Goulart assumiu a presidência sob “gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas” e tendo que administrar um país endividado interna e externamente, sob um sistema parlamentarista implementado às pressas para impedir que ele exercesse seus poderes – uma forma de evitar que ele pudesse implementar um projeto reformista. De acordo com Ferreira (2019, p. 348), a estratégia de Goulart à frente da presidência foi desarmar seus opositores conservadores, buscando ampliar sua base política com o apoio do Partido Social Democrata (PSD) e, ao mesmo tempo, manter suas relações com a esquerda. Apesar do intento diplomático para equilibrar duas frentes políticas opostas, logo nas primeiras semanas de seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. O autor expõe que

Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram seus cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, sobretudo o marechal Odílio Denys, com o apoio, inclusive, de um grupo de empresários cariocas. A eles se juntaram os generais Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão. [...]Os conspiradores enfrentavam as mesmas dificuldades de episódios anteriores: convencer e arremessar a maioria da oficialidade a aderir o golpismo (FERREIRA, 2019, p. 349).

A radicalização que marca os anos 1960, a conspiração de políticos conservadores e as sanções econômicas dos EUA ao Brasil fizeram com que o governo de Goulart fosse conturbado desde o início. Nos dois anos e meio de vigência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu. Além da crise do sistema político e militar, e da luta ideológica de classes, segundo Toledo (1991, p. 9), “este novo quadro caracterizou-

se por uma intensa crise econômico-financeira, frequentes crises político-institucionais, extensa mobilização política de classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo [...]”.

Os anos 1960 são marcados também pelo protagonismo das classes trabalhadoras que realizaram importantes movimentos sociais. Os trabalhadores rurais, por exemplo, que desde o governo Juscelino Kubitschek vinham se organizando, criaram as chamadas Ligas Camponesas. Mas é em 1961, dois meses após Goulart assumir a presidência, que os movimentos sociais se intensificam: quando é realizado o I Congresso Camponês, no qual 1.600 delegados, de todo o país, apresentaram propostas vistas como radicais. Um dos discursos foi o do líder Francisco Julião, que afirmou que a reforma agrária seria “feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (FERREIRA, 2019, p. 349).

A questão da reforma agrária impôs um problema de difícil solução para Goulart, pois “as iniciativas do presidente não avançavam principalmente pelo artigo 141 da Constituição que previa pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público (FERREIRA, 2019, p.350).

Jango tentava conciliar um Brasil dividido: para a direita civil-militar ele era considerado um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas – motivos suficientes para um golpe de Estado. Já para a esquerda revolucionária, era visto como um presidente burguês de massa, “uma liderança cuja origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora”, como avalia Ferreira (2019, p. 345).

Na área interna, esquerda e direita travavam um intenso embate político. À esquerda, embora heterogênea, uniram-se no início do governo Goulart em prol da implementação de um programa reformista. O grupo era formado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizações subalternas das Forças Armadas (sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha), a União Nacional dos Estudantes e, segundo Ferreira (2019), até mesmo uma pequena organização trotskista. À frente desse grupo, Leonel Brizola aparecia como grande líder popular. Nacionalista e de esquerda, ele pressionava o presidente para agilizar as reformas de base², e expressava, para esse grupo heterogêneo com ideais de esquerda, a

² As reformas de base eram uma demanda histórica das esquerdas. Segundo Ferreira (2019, p. 351), para os grupos nacionalistas e de esquerda, as reformas eram um conjunto de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, “permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o

unificação dessas ideias e crenças. É sob sua liderança que, no início de 1963, nasce a Frente de Mobilização Popular que reunia as principais organizações de esquerda que pressionava Goulart a assumir o programa reformista, principalmente a reforma agrária, mesmo que para isso fosse necessário uma política de confronto com a direita e com os conservadores.

Concomitantemente, a direita conservadora se organizava: grupos políticos, empresariais e militares articulavam-se para conspirarem contra o governo. O primeiro órgão de direita que reuniu a ala conservadora foi o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) – fundado em 1962, que atuou ativamente na propaganda anticomunista, no sentido de derrubar o governo. Ferreira (2019, p.360) expõe que o órgão publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos Estados Unidos da América (EUA) e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. Além disso, buscava se aproximar de grupos mais conservadores e anticomunistas para derrubar o governo. O autor acrescenta que,

para isso, passaram a se aproximar de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. [...] Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, europeias e norte-americanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências [...], sempre batendo na mesma tecla do anticomunismo, assustando sobretudo os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES, por meio do general Golbery de Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra. (FERREIRA, 2019, p. 360).

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi outra organização, orientada pela Agência Central de Inteligência (CIA), que interferiu no cenário político subvencionando diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962 e com o compromisso de defender o capital estrangeiro, “condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente” (FERREIRA, 2019.p.60).

Essas duas instituições fizeram frente às reformas de base de Goulart e foram responsáveis pela campanha anticomunista que convenceu parcela significativa da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores, de que o presidente visava “comunizar” o país, segundo Ferreira (2019).

Acrescenta-se ainda à esse cenário de radicalização, a deterioração das relações com os EUA, agravada em 1962, quando Goulart assinou a Lei de Remessas de Lucros para o exterior,

estabelecimento da justiça social. As principais reformas eram nas áreas fiscal, bancária, urbana, tributária administrativa, agrária e universitária, além de permitir o voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB, além de estabelecer controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia.

e, depois, a questão cubana – episódio no qual o presidente instruiu o representante brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovar o bloqueio econômico no país, mas que se opusesse à invasão militar. A situação, no entanto, já vinha se agravando desde as encampações de empresas norte-americanas.

Os EUA promoveram acirrada campanha contra Goulart devido sua recusa de agir de acordo com os interesses norte-americanos. Conforme Bandeira, o presidente era visto como “demagogo, fraco e oscilante, em cujo período de governo, se tornou ‘necessária toda persuasão de dois brilhantes embaixadores, Lincoln Gordon, no Rio, e Roberto Campos, em Washington, para manter alguma racionalidade nas relações brasileiro-americanas’” (BANDEIRA, 1983, p. 81-82).

Arakaki explica que o interesse dos EUA pela América Latina surgiu no pós-guerra, especificamente a partir de 1959 com a implantação do regime socialista em Cuba. O objetivo da potência capitalista era não permitir outra Cuba no continente latino-americano. Para isso, segundo a autora, “[...] a nova geopolítica dos EUA para a América Latina teve desdobramentos práticos, criaram um programa de ajuda financeira para os países latino-americanos. Tratava-se da Aliança para o Progresso, cujo principal objetivo, contudo, era o combate ao comunismo” (ARAKAKI, 2015, p. 29)

É importante ressaltar que os EUA encontraram aliados entre amplos setores do empresariado e das Forças Armadas. Segundo Silva,

A origem do apoio norte-americano ao golpe de 1964 pode ter começado a cristalizar-se em 13 de maio de 1959 quando o governador do Rio Grande do Sul, o intrépido Leonel Brizola, encampou a companhia de energia elétrica pertencente à americano-canadense “Bond and Share”, pelo valor simbólico de um cruzeiro. O segundo passo viria com a encampação da filial “International Telephone and Telegraph Corporation” (ITT) para aliviar a população gaúcha do estrangulamento do Estado provocado por tarifas altas e serviços de baixa qualidade [...] (SILVA, 2017, p.21)

Em 1962, os norte-americanos já deixavam transparecer o projeto golpista. Em um informe enviado pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, ao presidente John Kennedy, dizia: “Goulart está fomentando um perigoso movimento de esquerda, estimulando o nacionalismo. Duas companhias americanas, a ITT e a Amforp³, foram recentemente

³ Em maio de 1959, o governo do Rio Grande do Sul encampou a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense, subsidiária da American & Foreign Powew Co. (Amforp). Aproximadamente dois anos depois, em fevereiro de 1962, especificamente, desaborou os bens da Companhia Telefônica Nacional, que operava em Porto Alegre, subsidiária da empresa norte-americana International Telephone & Telegraph (ITT). As encampações se realizaram através de decreto e mediante indenizações – que foram consideradas justas e prévias. No entanto, provocou protestos da parte do governo dos Estados Unidos da América que, em represália, aprovou a Emenda Hickenlooper, que determinava a suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bem norte-americanos sem indenização imediata, adequada e efetiva.

desapropriadas pelo governador Leonel Brizola. Tais ações representam uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos” (SILVA, 2017, p. 21). Outro telegrama mostrava a gravidade do momento: em 1962, o embaixador Lincol Gordon comentou

Enquanto Goulart permanecer no poder, os Estados Unidos devem persistir nos seus esforços para fazê-lo sentir a gravidade da situação econômica e financeira do Brasil, e continuar insistindo na adoção de medidas corretivas adequadas que justifiquem nossa assistência financeira em larga escala. Ao mesmo tempo, devemos tentar influenciar a sua orientação política nos sentidos mais bem calculados para servir aos interesses dos Estados Unidos [...] Os Estados Unidos devem também intensificar sua inteligência e manter contato, discretamente, com quaisquer elementos militares e políticos de um possível regime alternativo potencial para agir pronta e efetivamente em apoio de um tal regime, na hipótese de que a crise iminente financeira ou alguma outra resulte no afastamento de Goulart (SILVA, 2017, p. 22).

Diante de extrema radicalização política, Goulart adotou uma postura conciliatória. Após o plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, quando a população foi às urnas manifestar sobre a forma de governo, e 11 milhões e quinhentos mil eleitores votaram pelo retorno do presidencialismo, Jango assumiu seus poderes numa complicada situação política interna e externa. A estratégia era conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformista. Para isso, buscou a aliança de dois partidos: o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme Ferreira (2019, p.363), “[...] a estratégia política de Goulart era a de, através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda, implementar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos”. A aliança entre os dois partidos que davam governabilidade ao país, o PSD e o PTB, era fundamental para o sucesso de seu governo”. Afinal, as duas agremiações davam ao Executivo a maioria necessária no Congresso, e o apoio necessário para as reformas, principalmente com os trabalhistas (FERREIRA, 2019, p.363).

Um dos projetos implementados por Goulart para tentar contornar a crise financeira foi o Plano Trienal, que tinha como objetivo obter apoio político de grupos conservadores, da opinião pública e ganhar a confiança dos credores externos, especificamente a dos norte-americanos – visando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional. O plano econômico objetivava combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, numa próxima etapa, implementar as reformas de base. No entanto, implicava também a restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, além dos cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, os interesses da ala capitalista e dos trabalhadores.

O intento fracassou e Goulart sofreu duras oposições tanto da esquerda – com Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) manifestando sua

contrariedade em relação às restrições aos reajustes salariais –, quanto da direita. O líder dos trabalhadores rurais, Francisco Julião, definiu o plano como “antipopular, antinacional e pró-imperialista”. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio do seu presidente, Vinícius Brant, teceu duras críticas: “o Plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros” (FERREIRA, 2019 p.365).

O plano econômico mostrou-se frágil, sofrendo fortes oposições dos sindicatos e a divisão do empresariado. Goulart encontrava-se, nesse momento, em situação difícil: ou implementava uma política que visava às reivindicações das esquerdas ou que atendia ao empresariado. Ferreira resume a crise enfrentada pelo presidente:

Diante das pressões, sobretudo da esquerda radical do PTB, do movimento sindical e de setores do empresariado, o presidente não estava disposto a arcar com os custos do Plano Trienal sozinho. Assim, no final de maio, autorizou o aumento do crédito e o aumento salarial para o funcionalismo público de 70%. Além disso, a Companhia Siderúrgica Nacional pleiteou, e conseguiu, reajuste de 20% nos preços do aço, encarecendo um produto industrial básico. A capitulação do Plano, finalmente, veio com violentas pressões da indústria automobilística. Ameaçando a deixar o país, as montadoras exigiram aumento das linhas de crédito. Com anúncios de fechamento de fábricas e demissões em massa, o governo recuou. O FMI, avaliando negativamente a capacidade governamental de controlar a inflação, junto a pressões do governo norte-americano, recuou nas negociações para refinanciamento da dívida. O plano de estabilização elaborado por Celso Furtado esgotara-se muito rapidamente. Goulart, então, voltou-se para as reformas (FERREIRA, 2019, p. 366).

Esse foi o momento que Goulart assumiu seu programa de reformas de base e propôs a aprovação da emenda constitucional que alterava o artigo 146 da Constituição (que decretava o pagamento prévio em dinheiro para a desapropriação de terras), além da regulamentação do artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social. Conforme Ferreira (2019, p. 367), essa foi a primeira vez que um presidente da República encaminhava ao Congresso um programa que alteraria profundamente a estrutura agrária do país.

A proposta foi apresentada ao Congresso Nacional em abril de 1963 pelo líder do PTB na Câmara Bocaiúva Cunha. A emenda era inaceitável para os grupos conservadores e vista como uma ameaça ao direito de propriedade. A maioria da UDN rejeitou a proposta do governo, o PSD aceitou os termos da emenda, mas desde que houvesse correção monetária dos títulos que os proprietários recebessem das terras desapropriadas. O PTB, no entanto, não aceitou negociar qualquer alteração na proposta inicial e rejeitou qualquer tipo de acordo com o PSD.

A partir desse momento a radicalização mostrou a cara de forma mais intensa: começaram diversas campanhas, comícios, passeatas e ameaças de greve geral lideradas pelo CGT, a UNE, a FPN, por Brizola e outros grupos de esquerda, como forma de pressionar o Congresso.

Apesar da forte mobilização da esquerda, o projeto não foi aprovado, e a estratégia de Goulart de conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas fracassou. Há, a partir desse episódio, o rompimento da histórica aliança entre trabalhistas e pessedistas. Além da complicada situação política interna, os EUA e o FMI bloquearam todos os créditos ao Brasil e exigiram um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento das indenizações às empresas expropriadas por Brizola.

O governo era uma panela de pressão que a qualquer momento podia explodir, ou melhor, ser explodido por um golpe. A insurreição dos sargentos só colocou mais pressão na crise militar, que foi desencadeada após decisão do Supremo Tribunal Federal julgar inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. O episódio, considerado uma afronta à hierarquia, deixou as forças armadas em alerta. Enquanto isso, o panorama contribuía para o minoritário grupo civil-militar golpista começar a ganhar terreno no plano conspiratório.

A decisão de Goulart de assinar outra medida de Lei de Remessa de Lucros para o exterior e de convocar João Pinheiro como presidente da SUPRA (Superintendência Regional de Política Agrária), autorizando a desapropriação de vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, açudes e rios navegáveis, foram os pontos nodais que fez a ala conservadora radicalizar.

Na avaliação de Ferreira (2019, p.379), a política de conciliar o centro com a esquerda foi um fracasso. “Não por incapacidade [de Goulart], mas, sim, porque as partes, repetidamente, negavam-se a pactos e compromissos”. O PTB apostava na política do confronto, já o PSD temeroso com a mobilização de operários e camponeses, aproximou-se ainda mais da UDN. Jango ficou isolado, e ainda tinha que enfrentar as hostilidades do governo norte-americano que recusava negociar o refinanciamento da dívida externa – estratégia dos EUA para estrangular financeiramente o país e desgastar o governo de Goulart.

Diante de extrema radicalização, em fins de fevereiro de 1964, Jango tinha algumas opções: trair a esquerda e aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e implementar uma política conservadora à custa da repressão ao movimento dos trabalhadores e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores ou aliar-se as esquerdas e acreditar nas forças que elas diziam dispor e partir para a radicalização e embate (FERREIRA, 2019, p. 381).

Jango manteve-se fiel ao seu projeto e aliou-se à esquerda. Com essa decisão, abriu ainda mais margem para que a oposição conservadora se aliasse à setores da direita golpista, já que mantinha fortes suspeitas sobre as verdadeiras intenções do presidente.

O comício da Central, em 13 de março de 1964, foi o estopim para o golpe. O evento, que teve participação de 200 mil pessoas, contou com a participação de líderes sindicais e políticos que pediam o fim da política de conciliação e a implementação de medidas de amparo às classes populares⁴. Em protesto às políticas adotadas por Goulart, foi realizado em 13 de março de 1964, em São Paulo, a Macha da Família com Deus pela Liberdade.

Qualquer evento, por menor que fosse, era uma faísca para dar ponto final ao governo de Goulart. Essa faísca foi acendida com a realização de um evento em comemoração ao aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que se tornou o palco de diversas reivindicações dos subalternos da Marinha da Guerra. Em reposta, o ministro da Marinha, Silvio Mota, ordenou a repressão ao movimento enviando uma tropa para invadir o prédio do sindicato e retirar os marinheiros de lá. A tropa de choque, no entanto, não aceitou atacar os companheiros e aderiu à revolta. O ponto crítico foi a decisão de Goulart, que deu ordens para que os marinheiros não fossem atacados.

O caso foi visto pela oficialidade como subversão dos valores e hierarquia. Neste momento, a maioria dos oficiais das três Forças, que ainda estava relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos do segmento golpista. Afinal, para eles, agora estava em risco a própria corporação militar. De acordo com Ferreira (2019), a reação ao movimento foi violenta:

Os editoriais dos jornais atacaram duramente o presidente. Magalhães Pinto lançou manifestos, altos escalões das Forças Armadas e parlamentares cobravam de Goulart a manutenção da ordem. Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, no Clube Naval, congratularam-se com o chefe do Estado-Maior pela sua defesa da disciplina. Em rebelião passiva, a oficialidade da Marinha continuou recusando a volta aos navios. Foi nesse momento que Goulart, o CGT e as esquerdas perceberam a gravidade da situação e o agravamento da crise político-militar (FERREIRA, 2019, p. 389).

A participação de Goulart na festa de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março de 1964, após o motim dos subalternos das Forças Armadas, foi o ponto final do seu governo. O presidente teceu um discurso inflamado e denunciou que a “maioria dos privilegiados e eternos inimigos da democracia provocaram a crise que o país vivia” (FERREIRA, 2019, p. 390).

Em 31 de março de 1964, Goulart se deparou com os noticiários dos jornais pedindo sua deposição e foi avisado da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho,

⁴ Para mais informações sobre a repercussão do Comício da Central, ler “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”, na obra O Brasil Republicano, volume 3.

que marchavam de Minas Gerais para a Guanabara. De acordo com Ferreira (2019, p. 396), “o governo norte-americano apoiava a sublevação e não apenas reconheceria o estado de beligerância de Minas Gerais como também interveria militarmente no país, se fosse preciso”.

Os EUA colocaram à disposição dos conspiradores uma força tarefa intitulada de Operação Brother Sam, que estava na costa brasileira e tinha porta-aviões Forrestal, destroieres de apoio com mísseis teleguiados, navios cheios de armas, munições e mantimentos, além de quatro petroleiros, sete aviões de transporte – cada um carregando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça e oito aviões tanques. O governo norte-americano aguardava somente ordens para intervir no conflito. Ferreira (2019, p.398) relata que, nesse momento, Goulart já estava condenado. “Sozinho, o presidente começou a receber ultimatos de seus generais. Deveria romper com o CGT, declarar seu repúdio ao comunismo, reprimir as greves de trabalhadores e negociar com as tropas rebeladas. Goulart negou-se a aceitar as exigências”.

Encurralado, o presidente é orientado a deixar o Palácio Laranjeira por questões de segurança. O ato, no entanto, foi interpretado como fuga, como renúncia. Goulart ainda estava em território brasileiro quando o presidente da Câmara declarou vaga a Presidência da República e convocou Ranieri Mazzilli para assumir.

Assim, em 1º de abril de 1964, a elite conservadora, os Estados Unidos da América e a imprensa brasileira derrubaram Goulart com apoio de parte da classe média urbana e do empresariado que queria defender o Brasil do “anticomunismo” e preservar a família, a liberdade e a tradição.

O presidente do do Senado, Auro Moura Andrade, visando conceder uma aparência de legalidade e de constitucionalidade ao golpe, empossou em 2 de abril de 1964, às 2h40, o deputado Ranieri Mazzili como presidente da República. Somente em 11 de abril de 1964, em Brasília, convocou-se eleições presidenciais indiretas. De acordo com Gaspari,

[...] depois de um conciliábulo de governadores e generais destinados a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao seu sucessor, legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas. (GASPARI,2002, p.125).

Estava concretizada a trama golpista que foi saudada por importantes setores da sociedade brasileira e pelos EUA, que buscavam salvar o Brasil da “ameaça comunista” e controlar a crise econômica.

1.2 O Golpe midiático-civil-militar de 1964

No século XX, as guerras e regimes autoritários deixaram o legado tecnológico das comunicações e a eficácia estética⁵ entre persuasão e coerção. A partir dessas experiências os governos entenderam a importância dos meios de comunicação de massa para a visibilidade das grandes ações e disputas. Atualmente, as relações entre Estado e sociedade são efetuadas por meio dos processos comunicativos que possibilitam a construção e realização da hegemonia⁶ da classe que, num momento histórico, detém o poder político ou busca obtê-lo.

A utilização da mídia tornou-se, portanto, elemento estratégico do poder político que busca difundir fatos do interesse do governo e, assim, desencadear um processo persuasivo que pode facilitar a formação de consenso⁷ e mobilização acerca de um projeto. Em regimes

⁵ Os produtos culturais produzidos pelas organizações midiáticas têm uma estética, ou seja, linguagem, formato, etc., que são fundamentais à captura do imaginário social através da transmissão ininterrupta de bens simbólicos, mercadológicos e políticos. Os *mass media*, portanto, são organizações estratégicas às operações políticas e comprovam, permanentemente, sua força como entidades complementares ao poder por meio da difusão de bens simbólicos.

⁶ O conceito de hegemonia gramsciano destaca a importância de se formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. Neste aspecto, Gramsci (1978) enfatiza a importância da direção cultural e ideológica. Para o autor, é comum um determinado grupo social, que está em situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ele esteja em contradição com a sua atividade prática. Ressalta ainda que esta concepção do mundo, imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. A adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. A compreensão crítica de si mesmo, no entanto, “é obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e prática não são um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva, e progride até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restrito”(GRAMSCI, 1978, p.15). Além disso, Gramsci ressalta que o problema de toda concepção do mundo que se transformou em um movimento cultural, produzindo uma atividade prática, é justamente conservar a unidade ideológica de todo bloco social. Um exemplo disso é a Igreja Católica, que sempre lutou pela unidade doutrinal de toda a “massa religiosa” para que, em seu seio, os estratos intelectuais não se destacassem dos “homens simples” e não formassem duas religiões. Nessa orientação, um movimento filosófico que objetive ter alguma solidez cultural deve evitar a separação entre os intelectuais e a massa. Essa premissa de unidade é semelhante ao que deve existir entre teoria e prática. Os intelectuais, portanto, devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerente os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural, formando, assim, o que Gramsci chama de intelectual orgânico (GRAMSCI, 1978, p.19-21).

⁷ Conforme Chomsky (2014, p. 14-15), construir consenso é [...] obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo por meio de novas técnicas de propaganda política. Destarte, é necessário que os interesses comuns sejam administrados por uma “classe especializada” de “homens responsáveis” que são suficientemente inteligentes para entender como as coisas funcionam. Esta teoria defende que somente uma pequena elite, a comunidade intelectual, é capaz de entender os interesses gerais, aquilo com que todos nos preocupamos, e que esses temas comuns ‘escapam às pessoas comuns’(afinal, essa classe de cidadãos é um “rebanho desorientado”, estúpida demais para conseguir compreender as coisas). Se essa massa (rebanho desorientado) tentar participar da administração de seus próprios interesses, só vai causar transtorno, por

autoritários – como o governo ditatorial instaurado em 1º de abril de 1964 – os meios de comunicação, como suportes da pretendida hegemonia, difundiram e provocaram a assimilação e o consumo, pela população do país, dos discursos oficiais como espaços privilegiados de condensação da luta ideológica. “O processo comunicativo atravessou todas as instâncias e regulou todas as práticas sociais através das suas dimensões discursivas simbólicas que são variáveis intrínsecas aos processos econômicos, políticos e culturais” (WEBER, 2000, p. 153).

É fundamental ressaltar a contribuição dos meios de comunicação no processo que desfechou o golpe midiático-civil-militar. Como organizações, os *mass média* podem optar pelo tipo de vínculo a ser estabelecido com o governo instituído e a linha editorial que guiará a sua cobertura jornalística. “Quando recurso do totalitarismo, a comunicação mascara, amplia, reduz e omite informações, verdades, realidade e controla os meios de comunicação, produzindo informações e propaganda” (WEBER, 2000, p. 140).

Nesse aspecto, e tendo como perspectiva o contexto sócio-político que desfechou o golpe midiático-civil-militar de 1964, buscar-se-á analisar, nesta pesquisa, o discurso do *Correio do Estado* no processo de construção de consenso que visou legitimar o “movimento revolucionário” de 1964 e o governo ditatorial, especificamente em 1969.

Na análise de Silva (2017), a imprensa brasileira cumpriu rigorosamente o seu papel na preparação e legitimação do golpe de 1964. Usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional. Dessa forma, a pretensa legitimidade⁸ do

essa razão é necessário domesticá-la. As propagandas, slogans, portanto, visam a produção de consenso. Consenso esse que é criado pela elite, de acordo com os seus interesses privados. São estes que assumem papel ativo na gestão de interesse público, que tomam decisões, administram as coisas do sistema público, econômico e ideológico. É importante ressaltar que essa “classe especializada” é um pequeno percentual da população que dispõe dos recursos e do poder para construir o consenso.

⁸ É utilizado nesta pesquisa o termo “pretensão de legitimidade”, utilizado por Maria José Rezende em “Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade”, que explica que a busca de legitimidade do governo ditatorial ia além da tentativa de se conseguir obediência para um determinado sistema de poder. Buscava-se por parte do grupo de poder instaurar um processo social no qual se visava criar condições para potencializar os valores tidos pela ditadura como essenciais e mantenedores da sociedade brasileiras. Nos moldes da Escola Superior de Guerra (ESG), o governo entendia que a busca de sua legitimidade estaria “fundamentada nos elementos psicossociais, os quais se pautavam na criação de valores (e/ou na sublevação daqueles já existentes e que fossem compatíveis com os seus objetivos) condizentes com a nova ordem social um amplo senso de dever e de refutação de toda e qualquer ideia que pudesse levar ao comunismo”. Para isso, era necessário o desenvolvimento de um tipo de mentalidade harmoniosa, a qual a “ditadura denominava de democrática, que rejeitasse todo e qualquer conflito e/ou rivalidade entre as diferentes classes e grupos sociais” (REZENDE, 2013, p.46). Rezende ressalta que a denominação “pretensão de legitimidade” não pode ser enquadrado em qualquer definição teórica regida do conceito de legitimidade. A autora explica: “o empenho do regime militar para construir o reconhecimento de seus propósitos e valores entre os diversos segmentos sociais está sendo caracterizado como fundamento daquele processo [legitimação]; no entanto, tem se clareza de que alguns teóricos alertam para a dificuldade de utilização da noção de legitimidade para pensar o período pós-1964. Um dos autores que Rezende traz para fundamentar o conceito de legitimidade é Raymundo Faoro, que afirma que o processo de legitimação supõe que, por meio deste,

golpe foi forjada em artigos, editoriais e notícias veiculadas na imprensa nacional e interiorana. É importante ressaltar que essas enunciações narrativas são marcadas por uma atitude argumentativa e intencional – “por uma estratégia enunciativa que visa produzir determinados efeitos, sejam eles fácticos ou fictícios” (MOTTA apud PRIOR, 2015, p. 103). Tal como ressalta Prior,

Os discursos narrativos de imprensa não são ingênuos nem construídos aleatoriamente. Pelo contrário, a comunicação narrativa estrutura-se em função de contextos pragmáticos que produzem, consciente ou inconscientemente, determinados efeitos no alocutório. De acordo com uma determinada pretensão, o narrador organiza e estrutura o discurso para que este seja interpretado de forma desejada, tendo em conta as suas intenções e os seus objetivos. (PRIOR, 2015, p. 103-104)

Nesse contexto, quatro frentes discursivas foram abertas para defenestrar João Goulart. Segundo Larangeira, no campo parlamentar agiu a Ação Democrática Popular (ADEP) – “parida pelo IBAD em 1962, congregava, conforme a Carta de Princípios, ‘patriotas que têm como lema: anticomunistas sempre; reacionários nunca’” (LARANGEIRA, 2014, p. 79). Além disso,

[...] repercutiria a pauta política nos 207 mil exemplares da revista Ação Democrática e em programas radiofônicos pelo sistema instalado em 25 estados e dois territórios. O Grupo de Publicações/Editorial (GPE), do IPES, se responsabilizaria pela formulação dos impressos e livros anticomunistas, antipopulista e antitrabalhista e a distribuição do material seria por meio das editoras afiliadas e das agências de

atue a comunidade social, dotada de autoridades, que atuam com o apoio dos governados. Conforme Faoro, portanto, caracteriza a busca, pela ditadura, de aceitabilidade e adesão entre os diversos setores sociais, como legitimidade falsa, factícia e/ou falaciosa, a qual tem de ser analisada no campo da ideologia (REZENDE, 2013, p. 6). Para a construção de uma pretensa legitimidade, o governo ditatorial buscou desenvolver um suposto ideário de democracia que visava o revigoramento da ordem, do progresso, da justiça social e de uma pretensa legalidade. Conforme Rezende (2013, p. 35), a invenção de um suposto sistema de ideias e valores sobre a democracia mascarava o fato de a natureza de seu princípio de legitimidade ser autocrática”. O fato de o governo ditatorial se ancorar no ideário de democracia deve-se a necessidade que tinha de justificar todos os seus atos e ações através da elaboração de um sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia, “a qual era mostrada como o fundamento de todo processo alavancado pelas novas condições que se estabeleciam” (REZENDE, 2013, p. 35). Além disso, “[...] a ditadura inventava um ideário de democracia pautado no processo de sedimentação de um sistema de ideias e valores em que a questão da segurança nacional, da ordem, da preservação da família, do saneamento moral, etc., sobrepunham-se em absoluto às questões relativas aos direitos políticos e individuais, dentre outros (REZENDE, p. 36). A vinculação da suposta democracia a esses valores (preservação da família, saneamento moral, entre outros) fazia parte da estratégia dos doutrinadores da ESG e os condutores da ditadura, que viam a conquista de mentes a favor do governo em vigor o único caminho para impedir que fossem abertas quaisquer brechas para a desmoralização dos governos militares. “A adesão à ditadura deveria, então, operar uma verdadeira desmoralização dos ideais comunistas. Este processo era denominado de guerra psicológica [...], expõe Rezende (2013, p.55). Com a pretensão de legitimidade, o governo ditatorial criou outras estratégias de ação abrangendo a área econômica e política, com o objetivo de estabelecer uma determinada forma de sociedade. Ou seja, de acordo com Rezende (2013, p.32) criar uma relação que envolvia não somente a construção de artifícios, mas também a internalização de uma concepção de mundo por todos os segmentos sociais.

notícias e jornais simpatizantes à causa. As empresas Jornal do Brasil, O Globo e Diários Associados formaram no Rio de Janeiro a Rede da Democracia, estatuário das produções do IPES e atividades do ADEP. A Escola Superior de Guerra e as instituições educacionais subordinadas ao Estado-Maior do Exército se encarregariam da cooptação militar e o contato subterrâneo entre as guarnições seria mediado pelo suporte logístico-financeiro do grande empresariado associado ao IBAD e IPES (LARANGEIRA, 2014, p. 79).

O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) “dividiram o trabalho de lavagem cerebral da população brasileira” (SILVA, 2017, p 15). O primeiro, fundado em 1961 pelos empresários Gilbert Huber (Listas Telefônicas Brasileiras), Gylcon de Paiva, Paulo Aires Filho (Instituto Farmacêutico de Pinheiros) e João Baptista Leopoldo Figueiredo (ex-presidente do Banco do Brasil), divulgava o pensamento dos grupos econômicos desincompatibilizados com políticas populares e reformistas e afinados à interlocução com o capitalismo multinacional.

Em 1963, o IPES “editou 280 mil exemplares de livros de propaganda e 2 milhões e 500 mil panfletos de intoxicação ideológica” (SILVA, 2017, p. 15-17). O instituto listava pessoas e entidades a fim da interrupção do governo João Goulart e enviava emissários a percorrer o país. Uma das entidades financiada pelo IPES era a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela Democracia – organizações responsáveis pela coordenação da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade.

O IBAD, fomentando a campanha anticomunista e antipopulista, manteve, em 1961, programas de rádio em 34 das principais cidades brasileiras. Em 1962, possuía 51 programas em horários nobres durante a semana e transmissões nos fins de semana. Ainda, através de 82 estações

[...] transmitia programas para o “Congresso em Revista” e ‘Semana em Revista’. Produzidas em linguagem popular, tais apresentações levavam aos ouvintes os pontos de vista da elite orgânica que, por sua vez, também formava sua própria ‘Cadeia da Democracia’, compreendendo mais de cem estações de rádio em todo o Brasil. De outubro de 1963 até o golpe de abril de 1964, as estações de rádio dessa rede organizada por João Calmon (dos Diários Associados), entre outros, entravam exatamente no mesmo horário em que as do líder trabalhista Leonel Brizola, interferindo assim efetivamente em sua transmissão e desfechando fortes ataques à esquerda e ao trabalhismo (DREIFUSS, 1981, p. 249).

A associação de João Goulart aos termos pejorativos república sindicalista e peronista⁹ propagada pelas entidades empresariais, partidos oposicionistas e grupos do porte da Cruzada

⁹ A expressão surgiu de uma operação farsesca ainda nos anos 1950 e ganhou força no avanço golpista em 1960. A carta Brandi, como ficou conhecida, foi atribuída ao deputado argentino Antonio Brandi, peronista, que a teria enviado à João Goulart, na época, ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. O documento aludia a supostas

Nacional Anticomunista (organização civil fundada em fevereiro de 1952 pelo contra-almirante Carlos Pena Boto, e extinta em 1973) reverberou na imprensa e foi fundamental para a deslegitimação de seu governo.

O golpe foi construído em rede nacional e com importante contribuição da imprensa no processo que instaurou no Brasil período ditatorial de 21 anos (1964-1985). Silva (2017) afirma que a imprensa teria agido como “intelectual orgânico” – conceito do marxista italiano Antonio Gramsci. De acordo com Gramsci, essa categoria (intelectual orgânico) refere-se a cada grupo social que,

[...] nascendo no território originário de uma função social essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um mundo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 1979, p. 3)

A imprensa, nessa perspectiva, funcionou como agente que contribuiu para difundir a ideologia dominante e colaborou para construir consenso em torno do projeto da classe que defendia. Com a pretensão de legitimar-se, o governo ditatorial recorreu à construção de uma hegemonia ideológica na sociedade brasileira. A ideia de que era preciso garantir a segurança do país e proteger as instituições das investidas dos guerrilheiros/comunistas foi imperativo nesse processo de legitimação do “movimento revolucionário” e fez parte da narrativa propagada pela imprensa.

De acordo com Silva (2017), a imprensa agiu como emissário daqueles que buscavam derrubar o governo João Goulart. Com o objetivo de construir uma espécie de consenso perante a sociedade brasileira acerca do perigo que representavam as tentativas de reformas defendidas por Jango, as narrativas produzidas pela imprensa alertavam que a permanência do presidente à frente do cargo levaria o Brasil para o caminho do comunismo.

A imprensa, apresentada como imparcial e idônea, dotada de poder para conferir legitimidade à ação política, contribuiu, dessa forma, na construção de consenso. Por meio de informação jornalística, transmitiu e incutiu conceitos, fetiches e discursos por ela produzida

articulações de Goulart com o governo argentino, chefiado por Juan Domingo Perón, visando a deflagração no Brasil de um movimento sindicalista. Além disso, o conteúdo da carta referia-se à formação de uma “coordenação sindical entre Brasil e Argentina”, à criação de brigadas operárias de choque, e à compra de determinadas mercadorias em Córdoba, que, segundo concluiu Lacerda, tratava-se de material bélico destinado ao suposto movimento armado sindicalista. Para descobrir a veracidade da carta, foi instalado em outubro do mesmo ano um inquérito-policia. A investigação comprovou tratar-se de um documento apócrifo, forjado por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart.

sobre a realidade. Afinal, “somente através das mídias é possível criar uma teia de reconhecimento das ações, sujeitos e instituições políticas e reforçar ideias, temas e movimentos [...]” (WEBER, 2000, p. 17).

Segundo Larangeira (2014, p.170), a mídia há tempo havia se alinhado com o militarismo reacionário, com o extrativismo fundiário e financeiro e o mecenato norte-americano – estandartes da deposição de Goulart e pilastras do governo ditatorial. O trabalho intelectual dos jornalistas contribuiu para

[...] uma operação de guerra retórica para desqualificar as “reformas de base” de Jango como sendo antimodernas, retrógradas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e, suprema chantagem da época, comunistas. Mais tarde, depois do AI- 5 e da introdução da censura nas redações parte dessa imprensa trabalharia para alterar as narrativas sobre si mesma de maneira a ter um novo e mais bonito papel no regime militar (SILVA, 2017, p. 11).

O convencimento da população, ou setores da população, é elemento importante para a realização de um projeto. Afinal, a hegemonia de uma classe é avaliada por sua maior ou menor capacidade de integrar, num discurso relativamente estruturado, interpelações, elementos e necessidades de alcance e natureza diferentes, que respondam a interesses de classes distintas. Weber explica que

A universalidade e a simplificação do discurso são fundamentais para que ele seja mais facilmente compreendido pela maioria das pessoas e, quando incorporado em suas vidas cotidianas, adquira a força do senso comum. Para que isso ocorra, o processo depende de estratégias que veiculem significados culturais e políticos, articulados com espaços discursivos preexistentes, compatíveis com a representação da realidade que se deseja apresentar como verdadeira (WEBER, 2000, p.155)

Nesse ponto, um dos elementos que compôs a narrativa da época e serviu como importante pressuposto para a intervenção militar, foi a propagação do fantasma do comunismo – amplamente divulgado pela mídia. Segundo Abreu (apud SILVA, 2017, p. 43), ao mesmo tempo que se criava no imaginário social o fantasma do comunismo, a imprensa propalou a existência de um caos administrativo e participou da divulgação de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar.

Abreu (apud SILVA, 2017, p. 43) divide a relação da imprensa com o governo João Goulart em várias etapas: “defesa da sua posse, em 1961; voto de confiança até a revolta dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963, com a suposta quebra da disciplina militar acobertada pelo presidente da República” – há, a partir disso, uma oposição cada vez mais aberta. Por último, o apoio ao golpe e, em alguns casos, arrependimento com a evolução da ditadura. A imprensa, portanto, atuou como intelectual orgânico do empresariado da

modernização conservadora¹⁰ em luta contra o governo de Goulart, rotulado de nacionalismo trabalhista.

Na análise Dreifuss (1981), a mídia aderiu ao “campo modernizante-conservador-militante”. O Autor situa como “intelectuais orgânicos do novo bloco econômico” empresários e tecnopresários, a tecnoburocracia e oficiais militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Acrescenta que, a ESG,

[...] encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais em um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’. Esse Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na Doutrina de Segurança Nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrina empresarial (DREIFUSS, 1981, p. 79).

Segundo Alves (1989), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento previa que o Estado alcançaria certo grau de legitimidade se houvesse um constante desenvolvimento capitalista e de sua função de defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A autora acrescenta que

A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita [...] Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista (ALVES, 1989, p.26-27).

É importante ressaltar o contexto histórico da época: o mundo vivia a Guerra Fria – conflito entre o bloco capitalista – liderado pelos Estados Unidos da América – e o bloco

¹⁰ O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Ou seja, o processo de modernização de sua sociedade foi baseado sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. O conceito, portanto, refere-se a um pacto político tecido entre as elites dominantes que condiciona o desenvolvimento capitalistas, conduzindo-os, como no caso dos países citados acima, a regimes políticos autocráticas e totalitárias. O processo de modernização conservadora conduz a formação de uma sociedade industrial moderna, porém com uma estrutura política conservadora. Na década de 60, no Brasil, o bloco econômico modernizante conservador era formado por acionistas influentes e diretores de empresas, executivos (administradores, gerentes, técnicos) e sua rede tecnoburocrática de influência dentro dos aparelhos do Estado. De acordo com Dreifuss (1981, p. 73), foram esses tecnopresários que se tornaram figuras centrais da reação burguesa contra o renascimento das forças populares do início da década de sessenta, “assim como articuladores-chave da sua classe na luta pelo poder do Estado”. Foram, portanto, os interesses multinacional e associados que formaram, “com a estrutura tecnoburocrática, uma série de *anéis de poder burocrático-empresariais* objetivando a articulação de seus próprios interesses” (DREIFUSS, 1981, p. 73).

comunista – que tinha como líder a União Soviética. Esse confronto global, de acordo com Silva,

[...] serviu de álibi para a construção do imaginário necessário à instalação de uma ditadura militar. Os jornais agitaram a bandeira do perigo vermelho como uma ameaça capaz de assustar a população e gerar um clima favorável à intervenção militar, organizada com a ajuda de civis, entre os quais políticos e empresários ligados ao capital internacional, e apoio norte-americano (SILVA, 2017, p13).

Silva define o movimento que instaurou o regime ditatorial no Brasil como um golpe midiático-civil-militar, e justifica: “sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros” (SILVA, 2017, p. 33).

O presidente Costa e Silva endossa essa análise num discurso feito em 13 de abril de 1969 para uma cadeia de rádio e televisão, no qual fala a respeito da participação da imprensa no movimento golpista:

Tomei a iniciativa deste encontro com homens que manipulam as notícias e vivem, nobremente deles, para comemorarmos justos mais um aniversário da nossa Revolução. Digo “nossa”, porque pretendemos que ela continue a ganhar a consciência nacional, de tal modo que muito brevemente, ninguém neste País, nem mesmo entre aqueles que hoje a combatem, duvidará de que o Movimento de 31 de Março nasceu de impulsos mais profundos da Nação Brasileira inconformada com a estagnação em que se encontrava e disposta a romper, com energia e rapidez a barreira do subdesenvolvimento. **Mas digo “nossa Revolução” neste instante, sobretudo, porque ela foi obra também da imprensa que nos ajudou decisivamente na tarefa preliminar e importantíssima de esclarecer a opinião pública e despertá-la para os euívicos que muitas vezes a levaram a confundir anarquia com liberdade, e a tomar, em muitos casos, o estridor da demagogia irresponsável com a expressão de servir e realizar”.**¹¹

A grande imprensa, como exposto até aqui, teve um importante papel na construção de consenso que visou legitimar o movimento golpista, mas, fora do eixo Rio-São Paulo, qual foi a atuação da imprensa no interior do país? Ela teria se alinhado ao discurso hegemônico da época e contribuído para gerar um clima favorável à intervenção militar e, posteriormente, para a legitimação do governo ditatorial? Com base nessas problemáticas levantadas, esta pesquisa visa analisar o posicionamento ideológico do jornal campo-grandense *Correio do Estado*.

¹¹ *Correio do Estado*. 13 abril 1969., p. 2. Costa e Silva: “A revolução foi obra também da imprensa. Arquivo: *Correio do Estado*.

1.3 Governo Médici: modernização da imprensa e censura

O período mais autoritário da história durante a ditadura foi a do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que marcou o “fortalecimento do regime militar iniciado em 1964 e a derrota da democracia. Médici muda as regras do jogo político e dos acordos com as classes que apoiaram a derrubada do governo João Goulart” (WEBER, 2000, p.157).

O endurecimento da ditadura militar foi marcado com a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que concedia todo o poder ao Executivo, reestabelecia as demissões sumárias, cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, “suspendiam-se as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, e de concessões de *habeas corpus* e outros fundamentos do estado de direito” (GASPARI, 2002, p. 340). Além disso, a censura aos meios de comunicação tornou-se direta. “A ambiguidade terminou na noite de 12 de dezembro de 1968, quando o general Jayme Portella de Melo determinou à Polícia Federal que se preparasse para calar as emissoras de rádio e televisão e enviar censores aos jornais do Rio e de São Paulo (GASPARI, 2002, p.211).

Prisões de jornalistas, ataques à bomba, intimidações e censura foram eventos rotineiros nas redações do país nesse período. Na análise de Gaspari (2002, p.211), eram atos de violência destinados muito mais a garantir o sucesso do golpe do que a assegurar a permanência do regime.

A rotina das redações mudou radicalmente: era proibido publicar notícias sobre atos terroristas, explosões de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em território nacional, ou sobre movimentos subversivos, atividades estudantis, movimentos trabalhistas, pessoas privadas de seus direitos políticos e más notícias sobre a economia. Assim, cada um à sua maneira, todos os proprietários de empresas jornalísticas captaram os sinais de sanções e isenções que o regime enviou. “A imprensa que gritara ‘Basta’ e ‘Fora’ a Jango, denunciara torturas no governo de Castelo Branco e se opusera ao AI-5 em 1968, fora sedada [...]” (GASPARI, 2002, p.216). No entanto, a censura fomentou o surgimento de uma imprensa alternativa, denominada de “nanica”. Os seminários impressos que mais se destacaram foram *O Pasquim*¹² e *Opinião*¹³.

¹² *O Pasquim* foi um jornal semanal fundado em 26 de junho de 1969, no Rio de Janeiro. Fez parte da chamada imprensa alternativa, que surgiu nos anos 70. É reconhecido pelo humor e irreverência na crítica ao regime militar.

¹³ *Opinião* surgiu em outubro de 1972, no apogeu do regime autoritário, bancado pelo empresário Fernando Gasparian e produzido por jornalistas profissionais, dentre eles Raimundo Rodrigues Pereira. Nasceu com uma proposta de jornalismo crítico e analítico que viria a se chocar diretamente com a censura ideológica imposta pela Ditadura Militar.

Weber (2000) explica que o período foi registrado de forma parcial pela mídia devido à sua adesão ao projeto político do governo ou devido à ação do aparato repressivo. “Por obrigação – coerção –, ou conveniência, a mídia veiculou uma história anódina, parcial, cheia de lacunas e baseada numa concepção específica sobre o futuro do país, desenhado a partir da ideologia da segurança nacional e do desenvolvimento” (WEBER, 2000, p. 150). Segundo análise de Rizzo (1976), com base nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva, a Doutrina de Segurança Nacional como ideologia ou como prática doutrinária dotada de fundamentos ideológicos que a informam, inscreveu a Escola Superior de Guerra no quadro brasileiro como reprodutora dessa ideologia. (RIZZO apud BORGES, 2014, p. 33).

O golpe e a manutenção do governo ditatorial de 1964, portanto, estão inscritos na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), originária dos Estados Unidos da América. Criada na época da guerra fria, nascida da bipolarização entre EUA e União Soviética, a DSN fornece intrinsecamente a estrutura necessária à instalação e à manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social.

A Doutrina chega ao Brasil através de militares brasileiros que ficaram “encantados com a máquina de guerra dos Estados Unidos. [...] As relações entre os oficiais brasileiros e os norte-americanos, foram, ainda, reforçados, tendo em vista a participação e a formação dos militares do Brasil nos cursos de escolas de guerra dos Estados Unidos, especializadas em táticas contrarrevolucionárias (BORGES, 2014, p. 35).

É com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, que a DSN se inscreve na vida política brasileira. De acordo com Borges (2014, p. 36), “os estudos que nela se organizam e as propostas que daí resultam vão garantir a presença política dos militares no interior do aparelho de Estado. Sob os moldes da ESG, o objetivo da Doutrina era resgatar o desejo secular do Brasil se tornar uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo.

Na América Latina, a ideologia de segurança nacional toma uma forma específica: enfatiza a “segurança interna” em face da ameaça de “ação indireta do comunismo. De acordo com Alves (1989),

[...] os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. Além disso, a ideologia latino-americana de segurança nacional, especialmente em sua variante brasileira, volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa.

Baseada nos preceitos da ESG, a DSN abrange diferentes tipos de guerra, entre elas a guerra subversiva ou a revolucionária e a guerra indireta ou psicológica. A primeira, é

automaticamente vinculada à infiltração comunistas e à iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional. A guerra revolucionária tem como estratégia envolver a população numa ação lenta, progressiva e pertinaz, “visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas [...]”. Já a guerra psicológica estimula a população a empenhar-se na oposição direta, a simpatizar com as reivindicações da oposição e a incitar à revolta contra as autoridades constituídas (ALVES, 1989, p. 38-39). Em resumo, a Doutrina de Segurança Nacional é a “manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”.

Com o objetivo de propagar essa ideologia, durante um bom tempo a ESG criou cursos programados que, de início eram dirigidos somente a militares e, posteriormente passou a abranger os segmentos civis, notadamente profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e dirigentes de órgãos públicos.

A sede da Escola era no Rio de Janeiro, mas esses cursos propagaram-se por todo o país, inclusive em Campo Grande, como noticia o *Correio do Estado* em 3 de novembro de 1964:

Terá início no próximo dia 3 (terça-feira), o Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Funcionará na sede da Associação dos Proprietários de Imóveis de C. Grande no horário de 2000 às 2200 horas. O curso será ministrado por civis e militares membros da Associação. Representa a ADESG em Mato Grosso O Exmo Sr Contra-Almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha, Cmtd do 6º Distrito Naval [...]¹⁴.

Segundo Borges (2014, p.36-37), esses cursos tinham como objetivo estudar os problemas brasileiros, em que o binômio desenvolvimento e segurança era a única resposta para a solução dos problemas do país. Acrescenta:

Vinculando segurança externa a segurança interna, os formuladores da Doutrina no Brasil criaram no imaginário dos estagiários (como são chamados, ainda hoje, os alunos da Escola) a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira agindo organizadamente para tomar o poder e, assim transformar o Brasil numa República totalitária. O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos ideais revolucionários, seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social (BORGES, 2014, p.36-37).

Além da DSN ser a matriz de sustentação político-ideológica do regime, o desenvolvimento foi associado à comunicação e à modernização, ao crescimento e ao futuro.

¹⁴ Jornal *Correio do Estado*. 3 de nov. 1964. Ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Sup. De Guerra. Arquivo *Correio do Estado*.

Os meios de comunicação de massa foram os canais de dominação ideológica utilizado pelo regime, além de fornecer subsídios para a sociedade compreender o governo.

Apesar de ser o mais fechado e ditatorial de todos os governos militares, o governo Médici foi “o primeiro na história do Brasil a instituir uma política de comunicação e a introduzir de forma pragmática a comunicação como atividade profissional do Executivo” (WEBER, 2000, p. 156). A complexa relação entre comunicação e governo Médici foi bem traduzida por Weber (2000, p.157), que diz que o período foi “marcado pelo exercício da comunicação e, paradoxalmente, de sua antítese: a repressão à palavra”.

Os grupos jornalísticos cresceram fortalecidos pelas alianças com setores governamentais. O *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *o Zero Hora*, a *Folha de São Paulo* e os grupos editoriais *Abril* e *Globo* modernizaram seus parques gráficos com sofisticados equipamentos e investimentos publicitários. Segundo Gaspari,

Em março o ministro Delfim Neto levava ao presidente Costa e Silva um decreto isentando as empresas de rádio e televisão do pagamento de impostos sobre equipamentos importados. Essa franquía foi concedida ao mesmo tempo que se renovava o parque de telecomunicações do país. [...] O benefício estava ao alcance de todas as emissoras, mas para a TV Globo, surgida em 1965, foi um duplo incentivo. Tecnicamente, significou um pulo de gato, pois permitiu que ela se modernizasse, transformando-se na primeira rede nacional de televisão (GASPARI, 2002, p. 215)

Essa modernização foi possível devido ao “milagre econômico” – entre 1968 e 1973, a economia brasileira teve um rápido crescimento, favorecido pela ampliação do comércio mundial, do capital financeiro internacional – momento em que foram aumentadas as trocas externas e os empréstimos estrangeiros. Criou-se, com isso, a imagem ufanista do “milagre econômico”, para a qual colaboraram a queda da inflação e a censura – que garantia a normalidade política e social.

A modernização e inovação na produção da comunicação foram utilizadas de maneira estratégica pelo governo militar que, apoiado na ideologia da segurança nacional, visava estimular as ideias de reconstrução do país. Na perspectiva de Abreu (2002, p.15), a modernização dos meios de comunicação pode ser explicada como uma estratégia do regime para implantar um “sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país”. Elemento essencial dentro de um projeto em que o “Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos. Para isso, foi utilizado o aparato coercitivo e policial para garantir os efeitos da comunicação persuasiva durante todo o governo Médici. Weber expõe que, diante desses fatores,

[...] pode-se apreender a singularidade do regime autoritário no período Médici, devido às complexas relações entre a comunicação e a política, marcadas pela ação combinada dos sistemas de comunicação e coerção a partir de estratégias militares e da estética publicitária. Para tanto, foram articulados, eficientemente, a mais avançada tecnologia de comunicação, o apoio das empresas de comunicação de profissionais de comunicação e a legalização das profissões, ao aparato repressivo, visando a construção de um novo pacto hegemônico (WEBER, 2000, p. 150)

Devido à tecnologia e à sedução de suas linguagens, a mídia foi e é utilizada como suporte de consenso pelas instituições políticas, estados ditatoriais ou democráticos, constituindo, dessa forma, o principal aparato de hegemonia¹⁵.

O poder da mídia, portanto, advém da sua capacidade cultural e tecnológica de consolidar e reproduzir relações sociais e políticas através de discursos simbólicos. Esse poder transforma a mídia em instituição indispensável às operações políticas que necessitam fortalecer um competente e lábil sistema cultural. A mídia não pode, dessa forma, ser considerada apenas como entidade complementar do poder; ela participa do exercício do poder pois é fundamental na transmissão de bens simbólicos, mercadológicos e políticos, cuja recepção e repercussão dependem muito mais da estética da comunicação do que de sua qualidade ou de seu poder de transformação. (WEBER, 2000, p.151).

1.4 Imprensa: do colaboracionismo à oposição à Ditadura Militar

A grande imprensa exerceu importante papel no processo que desfechou o golpe midiático-civil-militar de 1964 – contribuindo para a criação de um clima de instabilidade que legitimou as ações do movimento golpista que destituiu João Goulart.

A construção de consenso para a legitimação fora forjada em notícias, artigos e editoriais de importantes veículos de comunicação, entre os quais estavam o *Correio da Manhã*, a *Folha de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense*, *O Globo*, entre outros (a exceção representativa é a do jornal *Última Hora*¹⁶). “Se, inicialmente,

¹⁵ Os aparatos de hegemonia congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a igreja e a escola. Estes são agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoio na sociedade civil para manter a dominação. Moraes explica que esses aparatos de hegemonia (2010, p. 59), “funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelepas ideológicas cultural. De acordo com Gramsci, “o Estado tem e pede o consenso, mas também educa este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (GRAMSCI, 2000a, p. 119). Os aparelhos de hegemonia, portanto, atuam como difusores e sustentáculos de concepções de mundo particulares, que buscam legitimar-se na sociedade civil.

¹⁶ O jornal *Última Hora* foi fundado por Samuel Wainer, em 12 de junho de 1951, no Rio de Janeiro. Na década de 60, foi formalmente organizado e, além das edições carioca e paulista, surgiu uma edição nacional, impressa no Rio de Janeiro e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos,

no momento da deflagração do golpe militar, a grande imprensa e as Forças Armadas” formaram um bloco homogêneo para conseguir a dissolução do governo constitucional, “no momento seguinte, essa aliança se dissolve”, conforme Barbosa (2007, p.189).

Essa dissolução ocorre, principalmente, após a vigência do Ato Institucional nº5 que, entre outras medidas autoritárias, dava poderes ao presidente da República fechar provisoriamente o Congresso ou intervir nos estados e municípios. Além disso, a “tortura tornou-se sistemática no regime e a censura aos meios de comunicação é institucionalizada, embora sob formas disfarçadas ou negadas” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.127). Iniciava-se a fase mais repressiva da ditadura, os chamados “Anos de Chumbo”.

Segundo Kushnir (2007, p.28), apesar do AI-5 ter institucionalizado a censura direta às empresas jornalísticas, houve “uma experiência de colaboracionismo de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão. Acrescenta: “tem-se como mote a atuação de alguns setores da comunicação no país e seus estreitas (permissivas) conexões com a ditadura civil-militar do pós-1964. Além de não fazer frente ao regime e às formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie” (KUSHNIR, 2007, p.28).

Esse colaboracionismo iniciou-se anos antes, quando a imprensa participou da campanha que tentou impedir a posse de João Goulart à presidência. De acordo com Sodré (2001), a tentativa de tomada de poder em 1961 – quando Jânio Quadros abdicou a presidência – foi um ensaio para o golpe de 1964:

[...] vencido em 1961, o movimento antinacional e antidemocrático retraiu-se e preparou, longa e meticulosamente a investida que lhe permitirá a vitória. Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março – aqui à guisa de exemplo, foram esclarecedores até no título: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída [...]. Foi a última “operação” montada pela imprensa empresarial em nosso país. (SODRÉ, 1991, p. 410)

Bahia (1990, p.269) expõe que durante três meses – janeiro, fevereiro e março de 1964 – os meios de comunicação atuaram em bloco, “emitindo uma opinião e um noticiário dirigidos para enfraquecer e demolir o ‘inimigo comum’”, personificado em Goulart. O autor acrescenta:

Na concentração – ou na linguagem de caserna, no fogo concentrado – se manifesta obviamente um fator ideológico. Conservadores e liberais apostam no descrédito do governo Goulart. A conspiração é dada antecipada e seguramente como vitoriosa.

Bauri e na Região do ABC paulista. Durante o governo de João Goulart, o periódico permaneceu fiel à tradição trabalhista e apoiou o presidente até a eclosão do golpe midiático-civil-militar de 1964 que o depôs. O apoio dado à Goulart trouxe alguns problemas para o jornal, como a intensa campanha promovida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática para boicotar a publicidade de grandes empresas. Com a concretização do movimento golpista em 1 de abril de 1964, o *Última Hora* foi apedrejado e Samuel Wainer teve seus direitos político cassados.

Mas o coro dos meios converge igualmente para coincidentes interesses políticos e econômicos. (BAHIA, 1990, p. 269).

Com o pretexto de combater a subversão e restaurar as liberdades públicas tidas como ameaçadas, durante os três meses que antecedem o golpe, o noticiário da grande imprensa é uníssono. Diariamente eram veiculadas notícias que apontavam indícios de subversão da ordem e acusações diretas de corrupção envolvendo auxiliares do presidente Goulart.

É importante ressaltar que os meios de comunicação, nesse processo, assumem o papel de oradores e portadores de um ideal de verdade, defendido como fundamental para a consecução da justiça. Conforme análise de Campos (apud Barbosa, 2007, p. 181) sobre a atuação da imprensa política na década de 1960, os jornais se auto instituíaam como lugares de formação do leitor. Pelo combate, seja nos editoriais, seja nas notícias, produziram um sentido único para a cena política. A grande imprensa, portanto, defendeu os interesses de grupos que lhe deram sustentação e preparou o clima sócio-político, de forma a legitimar a intervenção militar em curso em 1964, e buscou criar uma atmosfera de desfecho urgente para a crise a partir da divulgação de notícias que enfocaram o perigo comunista e as ameaças às liberdades.

Kucinsk (1998) argumenta que a imprensa burguesa foi uma das articuladoras do golpe, pois apoiou as políticas econômicas do novo regime e foi complacente com a violação dos direitos humanos, inclusive no seu direito de informar. Nesse aspecto, a ausência de pluralismo na cobertura foi um fator importante e é considerado um ponto estratégico pelas elites dominantes. “Prevalece nessas questões uma lógica totalitária pela qual o governo não pode errar porque o caminho que escolheu, por definição, é o único possível (KUCINSK,1998, p. 21). Segundo o autor,

[...] no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados, e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica (KUCINSK,1998, p. 17)

Para entender esse uníssono da cobertura jornalísticas da grande imprensa, é necessário observar a estrutura da propriedade das empresas jornalísticas no Brasil. De acordo com Kucinsk (1998), estas reproduzem

[...] com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade de terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo da cultura de da grande propriedade rural familiar. Ainda, enquanto que na maioria das democracias liberais já avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia em comum, variando apenas em detalhes não significativos (KUCINSKI, 1998, p. 16).

Na mesma direção, Kusnir (2007, p. 28) diz que as empresas jornalísticas no Brasil podem ser vistas como clãs, feudos, oligarquias, que escolheram “conjeturar com o que há de mais forte nessas relações de cooperação, apreendendo o ato de colaboracionismo. Ou seja, de acordo com a autora a ação da grande imprensa no processo de legitimação do golpe não é visto como uma simples adesão aos pressupostos do pós-1964 e principalmente do pós-1968. Explica que além de apoio, houve compromisso. Portanto, colaborar torna-se mais acertado do que aderir. Neste cenário, destacam-se quatro principais jornais do eixo Rio/São Paulo – *Jornal do Brasil*¹⁷, *O Globo*¹⁸, *Folha de São Paulo*¹⁹ e *O Estado de São Paulo*²⁰ – que são, ou foram empresas familiares.

¹⁷ *Jornal carioca com veiculação diária, fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Em 1961, com a entrada de Alberto Dines (editor do jornal de 1961 a 1973) há a reformulação do jornal, que faz com que o veículo ganhasse notoriedade na imprensa carioca e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Em 1963, com a convocação do plebiscito para a volta do presidencialismo, *O Jornal do Brasil* manteve-se ao lado de João Goulart. Com o agravamento econômico e a “inclinação do governo para a esquerda” há uma ruptura do jornal com o governo de Goulart. *O Jornal do Brasil* passou, então, a fazer oposição ao governo. Repudiou a Revolta dos Sargentos o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros. Adotou o discurso de que a democracia estava ameaçada, e passou a apoiar a intervenção militar como solução para a crise.*

¹⁸ *O Globo*, fundado por Irineu Marinho em 29 de junho de 1925, fez oposição ao governo de João Goulart desde o início. O embate começou em 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou à presidência. Nesse momento, o periódico mostrou-se contrário à posse de Goulart, e apoia a solução parlamentarista, adotada pelo Congresso em 1961. Durante o governo de Goulart, o jornal permaneceu na oposição, defendeu os interesses do capital estrangeiro e atacou as reformas de base, entre elas a reforma agrária, propostas pelo presidente. Em 1963, foi contra o plebiscito – que promoveu o retorno ao presidencialismo –, condenou a desapropriação dos bens da American and Foreign Power Company (Amforp) e foi contra a lei de remessas de lucros. Em 1964, com o golpe midiático-civil-militar que instituiu o governo de exceção, pregou que a nação retornava à normalidade e ao seu grande destino, com os direitos individuais e a liberdade pública garantidos.

¹⁹ *Jornal paulista diário em circulação desde o início da década de 1960. Foi precedido por três jornais pertencentes à empresa Folha da Manhã S.A., denominados Folha da Tarde, Folha da Noite e Folhada da manhã. A linha editorial era abertamente antijanguista e pró-mobilização para o movimento que culminou com o golpe midiático-civil-militar de 1964. “Ante os acontecimentos de março de 1964, o jornal se autodefiniu como ‘liberal e democrático’, reafirmando a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública”. (Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>>. Acesso em: 28 fev. 2020).*

²⁰ *O Estado de São Paulo* foi fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *Província de São Paulo*, liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campo Sales. Somente em 1885 ingressa na redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que em pouco tempo tornou-se diretor. Desde então, a direção do jornal segue nas mãos da família Mesquita. Assim como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* se opôs à posse de Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O periódico assumiu postura hostil no governo Goulart e confrontou à atuação política de Leonel Brizola, denunciando aumento de “infiltração comunista”, e inclinação ditatorial do presidente. A partir de agosto de 1963, o jornal iniciou uma série de editoriais denunciando o avanço da frente esquerdista, a intranquilidade nos meios trabalhistas ocasionada pelas greves frequentes e a queda do poder aquisitivo provocada pelo alto custo de vida. “A deposição de João Goulart desencadeou uma fase de verdadeira euforia em *O Estado de São Paulo*, cujos editoriais exaltavam o movimento militar e ressaltavam sobretudo a participação paulista”. (Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>>. Acesso em: 28 fev. 2020).

No cenário do sul do estado de Mato Grosso, o *Correio do Estado* dava indícios de seu colaboracionismo ao fazer uma cobertura favorável à intervenção militar. Dreifuss (1981, p, 234) ressalta que os jornais mantiveram sua própria e acirrada campanha editorial, que beneficiava a elite orgânica que via na intervenção militar o caminho para a manutenção de seus interesses.

Após o golpe e até 1968, a forma mais comum de controle da informação foi o telefonema para as redações de jornais proibindo a divulgação de notícias. A partir da edição do AI-5 a ação da censura é mais contundente. Quanto ao aspecto legal, Aquino enfatiza que,

[...] a única tentativa de regulamentação do exercício da censura prévia ocorre com a introdução de adendos ao Artigo 153, § 8º, da Constituição de 1967. Esses adendos são introduzidos pelo Decreto-lei nº 1077 de 26 janeiro de 1970. A parte final estabelece que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. O decreto relaciona eventuais proibições a um plano subversivo que põe em risco a segurança nacional e encarrega o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, por meio do Conselho de Superior de Censura e do Juizado de Menores, de cercear as publicações, podendo inclusive determinar a busca e apreensão de todos os exemplares (AQUINO apud BARBOSA, 2007, p. 190-191).

Inicialmente, o órgão responsável pela censura era as Forças Armadas. Num segundo momento passou a ser responsabilidade do Ministérios da Justiça e, finalmente, da Polícia Federal. “A censura à imprensa perdurou, com intensidade variada, de 1969 a 1978 (BARBOSA, 2014, p.10). Para sua instauração, o governo usou como argumento o papel dos meios de comunicação, que deveriam informar e orientar a população, porém, sob a tutela do Executivo. Assim, “os conteúdos que poderiam servir de estímulo à oposição aos militares deveriam ser alijados das publicações. O argumento de que se vivia um período de ‘guerra’ (promovida por estudantes e pelos terroristas) serviu para justificar as ações de exceção” (BARBOSA, 2007, p.189). Os assuntos censurados eram: corrupção no governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, citações a determinados indivíduos, as condições de vida dos cidadãos comuns, informações sobre a existência de censura e violação dos direitos humanos.

O AI-5 introduziu duas modalidades de censura aos meios de comunicação: censura prévia e autocensura. A censura prévia era praticada por censores que viam todo o material que estava sendo preparado para a publicação no local em que era produzida (na redação ou oficina de impressão). “A liberavam, vetavam ou liberavam com restrições (suprimiam palavras, frases ou parágrafos, por exemplo, os textos, imagens ou fotos examinadas, a partir das instruções regulares emanadas pela Polícia Federal” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.129).

Como forma de punição a alguns veículos, a censura prévia passou a ser realizada em Brasília, para onde todo o material devia ser enviado. “Isso acarretava um grande ônus para

publicações, caso de *Opinião*, por exemplo, que tinham que arcar com todos os custos envolvidos no transporte e também em perda de tempo” (LAGO; ROMANCINI, 2007, p.129).

Apesar das múltiplas formas censórias à imprensa, principalmente pós-AI-5, Barbosa ressalta:

[...] há que se considerar também que a reação da imprensa também é diversificada. Há aqueles que optam por aceitar as ordens que chegam às redações por meio de bilhetes e telefonemas; há aqueles que promovem um discurso de inclusão no ato censório posterior a sua efetiva existência, como forma de se incluir num movimento de defesa do interesse do público (BARBOSA, 2007, p.191-192).

A autocensura, foi “bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande imprensa e consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida” (LAGO; ROMANCINI, 2017, p. 131). Dessa forma, cabia aos jornalistas suprimir temas sob o risco de represálias. De acordo com Barbosa,

O movimento generalizado de autocensura na grande imprensa, da qual participaram não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que houve altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de centenas de pessoas nas dependências militares do regime. Contribuiu também em uníssono um discurso que destacava os “milagres” econômicos do período e negava o empobrecimento da população. Glorificou também as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população (BARBOSA, p 2007, p. 196).

Kucinsk (1998, p.52) define autocensura como a “supressão intencional da informação ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes”. Para o autor, a pratica é uma forma de fraude pois trata-se de uma mentira ativa. “Oriunda de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade”. O autor analisa que

A autocensura instalou-se antes ainda do golpe de 1964, porque os barões da imprensa participavam ativamente da conspiração e, portanto, do segredo. A relação entre jornalismo e conspiração é altamente antagônica, insolúvel. Ou se conspira ou se denuncia a conspiração. Os barões da imprensa não só se identificavam com os interesses gerais das classes da burguesia naquele momento como tinham um objetivo próprio dentro do golpe, o de destruir *Última Hora* [...] (KUCINSKI, 1998, p.56).

Um dos fatores que marcou o colaboracionismo da grande imprensa durante o período de autocensura e censura prévia foi o clientelismo. De acordo com Barbosa (2007, p. 195), as empresas jornalísticas são clientelistas e ligadas ao poder, “como forma de construir estratégias empresariais para sobreviver, mas também como forma para atingir o sucesso. A autocensura, portanto, passou a ser uma espécie de palavra de ordem, fundamental para a aproximação com cercanias do poder”. Acrescenta:

[..] do ponto de vista empresarial a aproximação com os grupos políticos (militares e civis) articuladores do golpe representou, em muitos casos, ganhos econômicos e

simbólicos, transformando empresas ainda incipientes em organizações que assumiriam a liderança no cenário midiático nacional (como foi o caso das Organizações Globo) [...] (BARBOSA, 2014, p. 16).

O colaboracionismo de parte da grande imprensa e o movimento generalizado de autocensura mostram que houve altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação. Barbosa analisa o período ditatorial e remarca que “não houve só resistência e nem só cooptação. A rigor, houve as duas coisas. A imprensa lutou e recuou. Alguns jornalistas se curvaram às ordens, enquanto outros empreenderam lutas solitárias”. (BARBOSA, 2014, p. 19)

Por fim, é fundamental ressaltar que o regime político ditatorial só durou 21 anos devido o envolvimento e a participação de múltiplas forças militares e civis, nas quais a imprensa teve papel relevante. Não há possibilidade de um regime de exceção perdurar por tanto tempo sem o respaldo social, que se consegue pela força, mas também pela criação de consenso. (BARBOSA, 2014, p.18).

1.5 Conceito de Ideologia

O conceito de ideologia, formulado pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, nasceu como “ciências das ideias”. Desde então, “a ideologia tem sido alvo de diferentes definições, dependendo do contexto sócio-histórico e político em que é formulado, dos diferentes campos do conhecimento no qual é empregado, do posicionamento político de seus autores”, entre outros fatores que interferem na sua elaboração (FERNANDES, 2007, p. 36). De acordo Thompson,

Parte dos motivos de este conceito ser tão ambíguo hoje, de ter tantas acepções e nuances diferentes, deve-se ao fato de este conceito ter percorrido um caminho longo e sinuoso desde que foi introduzido nas línguas europeias, há dois séculos atrás: a multiplicidade de significados que ele tem hoje é um produto de seu itinerário histórico (THOMPSON, 2011, p. 13-14).

Michael Löwy (1993) argumenta que “é difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia”. De acordo com o autor, o conceito tem uma “acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos”, o que torna complexo chegar a uma conclusão sobre a formulação conceitual de ideologia.

Em sua obra *Ideologia e cultura moderna*, Thompson recupera a origem do conceito de ideologia desde de Destutt De Tracy até pensadores contemporâneos. O teórico busca apresentar um novo conceito de ideologia e, principalmente, sistematizar uma metodologia em

que identifique os modos como a ideologia opera nos meios de comunicação de massa. Afinal, a comunicação de massa é um dos principais meios para a transmissão da ideologia nas sociedades modernas, embora não seja o único (THOMPSON, 2011, p. 31).

Nas análises da trajetória do conceito, o autor apresenta duas categorias de concepções da ideologia: a neutra e a crítica. A concepção neutra inclui os conceitos de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim (na sua formulação geral da concepção total). Na segunda categoria enquadra os conceitos de Mannheim (na sua concepção restrita), Napoleão e Marx.

Para entender, brevemente, a complexa trajetória do conceito, esboçar-se-ão algumas concepções de ideologia e seus teóricos. O termo ideologia, como já foi dito, foi primeiramente usado pelo francês Destutt de Tracy, em 1796, “para descrever seu projeto de uma nova ciência que estaria interessada na análise sistemática das ideias e sensações” (THOMPSON, 2011, p.44). Nasceu com inspiração iluminista e associado ao republicanismo francês. Para o filósofo, “não podemos conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que temos delas”. Assim, se pudéssemos analisar essas ideias e sensações de uma maneira sistemática, “poderíamos garantir uma base segura para todo o conhecimento científico” (THOMPSON, 2011, p.45).

Logo, para de Tracy, a ideologia é uma “ciência superior”, com funções “positiva, útil e suscetível de exatidão rigorosa”. Pois, através de uma “análise cuidadosa das ideias e das sensações, a ideologia possibilitaria a compreensão da natureza humana e, desse modo, possibilitaria a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos” (THOMPSON, 2011, p.45).

Anos mais tarde, em 1812, de Tracy e seu grupo do *Instituto Nacional*, próximos ao ideal republicano, confrontam o autoritarismo de Napoleão Bonaparte – que os ataca em um discurso chamando-os de ideólogos, “no sentido de especuladores metafísico” [...] (LÖWY, 1993, p. 12). A partir desse fato, ideologia “deixou de referir-se à ciência das ideias e passou a ser também as ideias em si mesmas, isto é, um corpo de ideias que, supostamente, seria errôneo” [...]. Com a mudança de sentido, o termo já não podia referir-se ao espírito positivo do Iluminismo. A ideologia como “ciência política e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como ideias abstratas, ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo” (THOMPSON, 2011, p. 48).

É nesse sentido que Marx e Engels irão utilizá-lo em seu livro chamado *A Ideologia Alemã*. Löwy (1993, p.12) expõe que esse caminho “tortuoso do termo”

Começa com um sentido atribuído por Destutt, que depois é modificado por Napoleão e, em seguida, é retomado por Marx que, por sua vez, lhe dá outro sentido. Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa

consciência, concepção idealista, na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.

É esse uso do termo “ideologia” feito por Marx e Engels que Thompson vai caracterizar como “concepção *polêmica*”. O autor extrai três concepções dos diversos conceitos de ideologia formulados por Karl Marx: a concepção *polêmica*, a *epifenômica* e a *latente*.

A concepção *polêmica* é “uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 51). A originalidade da concepção *polêmica*, de acordo com Thompson (2011, p.51), “está não tanto na sua concepção mesma como no fato de que ela está ligada a uma série de pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho e ao estudo científico do mundo sócio-histórico”.

A concepção *epifenômica* coloca a ideologia como “dependente e derivada das condições econômicas, das relações de classe e das relações de produção de classe”; Ideologia, nessa perspectiva, “é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória” (THOMPSON, 2011, p. 54).

Esse reducionismo econômico presente na teoria marxista tem sido criticado, como expõe Stuart Hall (2003, p. 253-254):

Afirmar que as ideias são determinadas “em última instância” pelo econômico é tomar o caminho do reducionismo econômico [...] O modelo de ideologia de Marx tem sido criticado por não conceber a formação social como algo complexo, composto de várias práticas, mas como algo simples ou (como Althusser denominou *A favor de Marx* em *Lendo O capital*) uma estrutura expressiva. Althusser quis dizer com isso que uma prática – “o econômico” – determina de forma direta todas as outras e cada efeito é simples e simultaneamente reproduzido em todos os demais níveis (ou seja, é expresso).

A última concepção com base em Marx, analisada por Thompson, é a latente. De acordo com essa perspectiva, ideologia

[...] é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (THOMPSON, 2011, p. 58).

Essa concepção, na interpretação de Thompson (2011, p.59), chama a atenção para o fato de que “as relações sociais podem ser sustentadas, e as mudanças sociais impedidas pela prevalência ou difusão de construções simbólicas”.

A razão de o autor definir essa concepção como latente deve-se ao fato de ela não se referir somente a um conjunto de fenômenos considerados meros *epifenômenos* das condições

econômicas e das relações de classe; ao contrário, eles são construções simbólicas que têm certo grau de autonomia e eficácia. Esses fenômenos

[...] se constituem em símbolos e “slogans”, costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção. Mais: os fenômenos referidos como sendo a concepção latente de ideologia demonstram a persistência de símbolo e valores tradicionais, “deste séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo”, no coração da sociedade burguesa (THOMPSON, 2011, p. 58).

A concepção latente de ideologia “nos obriga a examinar as maneiras como as relações sociais são criadas e sustentadas por formas simbólicas que circulam na vida social, aprisionando as pessoas e orientando-as para certas direções (THOMPSON, 2011, p. 62).

É importante ressaltar que, nos escritos de Marx, o conceito de ideologia preservou o sentido negativo que havia adquirido nas mãos de Napoleão. Na literatura subsequente, no entanto, o conceito de ideologia “tende a perder seu sentido negativo. Tanto dentro do marxismo, como dentro das disciplinas emergentes das ciências sociais, o conceito de ideologia é neutralizado de várias maneiras [...]” (THOMPSON, 2011, p. 63).

Os escritos de Lênin e Lukács apresentam uma “neutralização implícita” do conceito de ideologia, pois ambos apontam em direção a uma ideologia do proletariado. Para o primeiro, a ideologia socialista poderia apenas ser elaborada por teóricos e intelectuais que, desligados das lutas do cotidiano, seriam capazes de ter uma visão mais ampla e, então, produzir uma ideologia que expressasse e promovesse os interesses do proletariado no contexto da luta de classes. De modo similar, Lukács também atribuía um papel significativo ao proletariado e a sua ideologia dentro do processo de luta de classes. Thompson chama a atenção para o fato de que, ao generalizar o uso de ideologia, Lenin e Lukács “eliminaram o aspecto assimétrico da concepção *epifenomênica* e neutralizaram o sentido negativo do termo nos escritos de Marx (THOMPSON, 2011, p.63-64). De acordo com Terry Eagleton (1996, p.180),

Lukács toma de alguns aspectos da Segunda Internacional o sentido positivo, e não pejorativo, da palavra ideologia, escrevendo desembaraçadamente a favor do marxismo como “a expressão ideológica do proletariado”; essa é uma razão porque a difundida visão de que a ideologia é, para ele, sinônimo de falsa consciência constitui simplesmente um erro. Mas Lukács preserva, ao mesmo tempo, todo o aparelho conceitual da crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria e, desse modo, mantém vivo um sentido mais crítico do termo.

Para finalizar o percurso traçado por Thompson sobre o complexo histórico do conceito de ideologia, e antes de o autor apresentar a sua concepção, é analisada a obra *Ideologia e*

Utopia, de Karl Mannheim – uma concepção mais atual de ideologia, que estabelece uma ponte entre a teoria da ideologia e a Sociologia do Conhecimento.

Mannheim distingue a ideologia em dois significados: o particular (relacionado ao nível psicológico do indivíduo) e o total (vinculado à estrutura global do pensamento coletivo). O primeiro é expresso pelo ceticismo a respeito das ideias e representações apresentadas pelo oponente. Ou seja, são disfarces mais ou menos conscientes, de enganos e mentiras. O segundo tem a ver com os sistemas coletivos de pensamento, que estão relacionados a contextos sociais, em outras palavras, é a ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto (THOMPSON, 2011, p. 66).

Ao analisar essa perspectiva teórica, Thompson (2011, p.70) ressalta que o interesse principal de Mannheim é “ir além do caráter partidário das primeiras teorias e transformar a análise da ideologia numa sociologia do conhecimento” que estaria baseada na formulação geral da concepção total de ideologia – que, refere-se

[...] a um sistema de pensamento e ideias que são situados socialmente e coletivamente compartilhados; e a análise ideológica é o estudo das maneiras como esses sistemas de pensamentos e ideias estão influenciados pelas circunstâncias sociais e histórias em que estão situados. O novo programa de Mannheim, por isso, procura explicitamente deixar de lado a consideração crítica, negativa, associada ao conceito de ideologia desde Napoleão, e reconstruir o projeto original de uma “ciência das ideias” que teria consequências práticas e políticas (THOMPSON, 2011, p.70).

O que é esquecido nessa teoria é o fenômeno da dominação – que será recuperado e desenvolvido por Thompson em sua proposta metodológica de análise da ideologia nas sociedades modernas. Estudar a ideologia, nessa nova perspectiva, “é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 75-76).

Ao formular essa concepção, Thompson apoia-se na concepção *latente* de Marx. Como observa o próprio autor: “[...] estou mantendo, de uma forma modificada, apenas um critério de negatividade, como uma característica definidora de ideologia: isto é, os critérios de sustentação das relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 76).

A concepção de ideologia proposta pelo autor está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Thompson (2011, p.75) explica que

Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posição de poder [...]

estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Entende-se por formas simbólicas um “amplo espectro de ações e falas, imagens e texto que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”. O teórico propõe conceituar ideologia em termos das “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação [...]” (THOMPSON, 2011, p.79).

Nessa mesma perspectiva, e tendo como pressuposto de que a ideologia nada tem a ver com falsa consciência, como teorizou Marx em sua concepção polêmica, Slavoj Žižek (1996, p. 12-14) explica que

A ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (verdadeiro) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica”. [...] Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto ao seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado com tal, mas *o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”, de maneira intrinsecamente não transparente: *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*). Em outras palavras, o ponto de partida da crítica a ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade

Para Žižek, ideologia pode “designar qualquer coisa”, “desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação”. Isso inclui desde o “meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante” (ŽIŽEK, 1996, p.9).

Ideologia, nessas perspectivas, é por natureza hegemônica, “no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (THOMPSON, 2011, p. 91). Em orientação similar, Gramsci costuma usar a palavra hegemonia para “se referir às maneiras como um poder governante obtém, daqueles a quem subjuga, o assentimento à sua dominação” (ŽIŽEK, 1996, p.195). Embora, vez por outra, ele usa o termo para abranger, ao mesmo tempo, consentimento e coerção.

Para Gramsci, o conceito de hegemonia amplia e enriquece a noção de ideologia. “Ele também empresta a esse termo abstrato um corpo material e uma agudeza política” (EAGLETON, 1996, p, 196). Eagleton observa que “hegemonia não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos”. O autor explica que

A ideologia refere-se especificamente ao modo como as lutas pelo poder são travadas no nível da significação; e, embora, essa significação esteja presente em todos os processos hegemônicos, ela não é, na totalidade dos casos, o nível dominante pelo qual a norma é mantida. [...]Em termos muito gerais, portanto, poderíamos definir a hegemonia como toda uma gama de estratégias práticas mediante as quais um poder dominante obtém, daqueles a quem subjuga, o consentimento em sua dominação. Conquistar a hegemonia, na visão de Gramsci, é estabelecer uma liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria “visão de mundo” pelo tecido societário como um todo e, assim, equiparando os próprios interesses aos interesses da sociedade como um todo. Essa dominação consensual, evidentemente, não é peculiar ao capitalismo; na verdade, pode-se dizer que qualquer forma de poder político, para ser duradoura e bem fundamentada, tem que evocar ao menos um certo grau de consentimento em seus subordinados (EAGLETON, 1996, p.196-1968).

No âmbito da operacionalização dos processos hegemônicos no mundo social, Stuart Hall – que reflete a respeito da relação entre hegemonia, senso comum e jornalismo -, expõe que a hegemonia

Existe quando uma classe dominante (ou preferencialmente, uma aliança de frações da classe dominante, um ‘bloco histórico) é capaz não somente de coerir uma classe subordinada conforme seus interesses, mas também exercer uma “total autoridade social” sobre essas classes e sobre as formações sociais como um todo. “Hegemonia” está em operação quando as frações da classe dominante não somente dominam, mas guiam – conduzem: quando elas não apenas possuem a força para coerir, mas ativamente se organizam para comandar e ganhar consenso das classes subordinadas mesmo em suas contínuas oscilações. “Hegemonia”, então, depende da combinação de força e consenso [...] (Apud SILVA, 2013, p.84).

O sociólogo norte-americano Todd Gitlin (apud SILVA, 2013, p.83) ressalta que “a ideia de hegemonia tem seus efeitos produzidos na dominação estabelecida por uma determinada classe dominante através da elaboração e penetração de ideologia (ideias e práticas) no senso comum da prática cotidiana”. E acrescenta: “é o fato de o sentido hegemônico do mundo reproduzir-se no âmbito do senso comum e fazê-lo dele sua própria aparência, como se ali tivesse sido gerado”.

Nesse aspecto, a construção de hegemonia e a realização de hegemonia de uma fração de classe que, num momento histórico, detém o poder político ou busca obtê-lo, são efetuados através dos processos comunicativos. A mídia, portanto, aparece como um suporte ideológico de maior eficácia para a construção da hegemonia. Segundo Weber (2000, p. 153), “a difusão

da ideologia dominante depende do comportamento das mídias, cuja eficácia decorre de sua aparente autonomia conceitual em relação à política”.

A construção de um discurso hegemônico e a legitimação do movimento golpista de 1964, portanto, não se tratou somente de veiculação de uma ideologia dominante, mas também da construção de um processo de legitimação. Para isso, não fez uso somente de ações repressivas, mas buscou “conquistar a legitimidade e obter consenso do conjunto da sociedade, em particular das subalternas” (WEBER, 2000, p. 151). Afinal, como expõe Weber (2000, p. 151), as formas de controle político se dão tanto “através da força e da coerção física” quanto através do controle e dominação ideológica”.

1.6 A ideologia dos coronéis e latifundiários na cidade que nasceu do boi

O pequeno centro de compra de gado magro de Vacaria²¹, conhecido inicialmente como Arraial de Santo Antônio de Campo Grande, tornou-se vila, situada nas ribas do córrego Prosa – quando só existia a rua 26 de Agosto – e, mais tarde, deu origem a cidade de Campo Grande.

Alguns dos fatores que somaram para a mudança do cenário do sul de M foi a fundação de presídios militares. Conforme Trubiliano (2014, p.2), a coroa portuguesa “temendo as pretensões castelhanas e buscando consolidar o domínio territorial”, fundou o Forte de Coimbra (1775), o Forte de Miranda (1797) e a povoação de Albuquerque (1778).

Já em 1872, Campo Grande servia como pouso de boiadeiros e funcionava como uma plataforma para a região que concentrava gado e atraía alguns fazendeiros que aqui se instalavam e formavam fazendas por perto (MACHADO apud BITTAR, 2009, p. 195). Com a entrada de rebanhos, deu-se início a conquista pastoril e a definição dos novos contornos econômicos e sociais no sul de Mato Grosso. Mas somente a partir de 1830 tem-se “início, de fato, o povoamento não-índio das terras do sul da província de Mato Grosso” (TRUBILIANO, 2014, p.2).

A classe dos grandes proprietários de terra sul-mato-grossenses originou-se também a partir do processo de ocupação do sul do Estado, que se iniciou nas três primeiras décadas do século XIX. Conforme Bittar, o movimento de povoação consistiu em três núcleos distintos:

- a) o que partiu de Minas Gerais e São Paulo por volta de 1830, liderado por Lopes, Garcia e Barbosa, fixando-se em Santana do Paranaíba e Campos de Vacaria [...] b)
- o que partiu do Rio Grande do Sul após 1840, fixando-se na região de Ponta Porã e

²¹MACHADO apud BITTAR Região rica para pastoreio, designada nos antigos roteiros sertanistas com esse nome por causa do gago vacum. Compreendia as regiões entre Campo Grande e Ponta Porã e cerrados do Planalto.

avolumando-se no início da era republicana ; c) o que se deslocou do próprio Mato Grosso deixando o centro-norte em direção ao sul do estado desde 1834 [...] Essa leva preferiu o pantanal e afazendou-se na região de Miranda. (BITTAR, 2009, p.57).

A implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) em 1914, a expansão da criação e comércio de gado na região e a transferência do comando Militar do Oeste de Corumbá, em 1921, fez com que Campo Grande se tornasse a capital militar do estado e se consolidasse. Além disso, o clima, a fertilidade do solo, a sua localização nos campos de Vacaria e a sua privilegiada posição geográfica no centro da região sul do estado transformaram o Arraial de Santo Antônio de Campo Grande na “capital comercial não só da região sul do estado como de todo ele”, açambarcando Corumbá – município que liderava no sul de Mato Grosso na época (BITTAR, 2009, p. 57).

Com o desenvolvimento do sul do estado aliado à expansão da criação e comércio de gado, instalou-se na região uma elite agrária que desenvolveu uma prática política conhecida como coronelismo. De uma perspectiva sociológica, é intitulado coronel indivíduos de uma “elite controladora do poder econômico, político e social no país – integrante, portanto, de uma oligarquia (QUEIROZ apud BITTAR, 2009, p.75). O título era dado à importantes proprietários de terras.

A prática política conhecida como coronelismo foi uma característica do primeiro período republicano, no qual o voto de cabresto resultava da organização rural da época. O coronel era visto como benfeitor que levava melhorias aos trabalhadores que viviam no abandono e pobreza. Criava-se desse assistencialismo um grau de dependência em que o coronel se beneficiava, garantindo seu domínio político. Esse fenômeno fez parte do panorama de Mato Grosso entre o fim do século XIX e a década de 1910. Segundo Bittar,

A expressão “a lei era o 44” confirma-se num contexto em que, de fato, as divergências políticas, as disputas pela terra e pelo poder estadual resolviam-se, muitas vezes, nos confrontos armados, na destruição das propriedades aos adversários e no extermínio físico de líderes das facções opostas (BITTAR, 2009, p.81).

O coronelismo sul-mato-grossense deve-se ao povoamento descentralizado, aliado à formação de grandes propriedades – o que permitiu um sistema baseado nos domínios familiares e sociais. A parentela é outra característica da estrutura coronelista que dominou a formação do sul do Estado.

Parentela “é um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes” (ou seja, que ultrapassa o grupo pai-mãe-filho), que são economicamente independentes e podem se encontrar afastados geograficamente, mas mantêm os laços e obrigações recíprocas (QUEIROZ apud BITTAR, 2009, p. 79). O fenômeno

aconteceu em Mato Grosso, no qual grupos assim constituídos dominaram por muito tempo o poder político no estado. “Quando não contavam com extensa base de parentesco não conseguiam conquistar hegemonia” (BITTAR, 2009, p.80).

Uma dessas famílias que dominaram por muito tempo o poder político no sul de Mato Grosso era a do latifundiário Paulo Coelho Machado – descendente de proprietários rurais e intelectual do boi zebu. Apesar de não ter sido chefe político, esteve envolvido na vida política sul-mato-grossense, especialmente na luta da divisão do estado. Foi Secretário de Agricultura no governo José Fragelli (1971-1975) e Chefe da Casa Civil do primeiro governo sul-mato-grossense em 1979.

“Outra família vinculada à grande propriedade rural e à política sul-mato-grossense foi a Alves Ribeiro, que fez parte da leva migratória que desceu do centro-norte em direção ao sul do estado, tomando posse de extensa área pantaneira [...]” (BITTAR, 2009, p 64). Já nas primeiras décadas do século XX, José Alves Ribeiro, o coronel Jeje, foi o primeiro da família a destacar-se na política sul-mato-grossense. O filho, José Alves Ribeiro, conhecido como coronel Joselito, seguiu o mesmo caminho e destacou-se na atividade política, abandonando, para isso, a atividade pecuarista.

Segundo Bittar (2009, p.70), coronel Joselito, como todo chefe político da época, adotou práticas coronelistas em Mato Grosso. Nas eleições entre 1946 e 1965, por exemplo, ele buscou garantir uma rede de favores: “a raia miúda daqueles distritos tinha no coronel talvez a possibilidade única de conseguir algumas benfeitorias e ajuda para os seus problemas cotidianos”. O coronel, detentor de prestígio,

[...] deixou uma série de seguidores, a começar pelo seu filho Fernando Alves Ribeiro, conhecido como coronel Tico Ribeiro, que exerceu duas vezes o cargo de prefeito de Aquidauana. Os mais ilustres, contudo, foram seu cunhado Fernando Corrêa da Costa, filho do ex-presidente de Mato Grosso Pedro Celestino, eleito duas vezes governador de Mato Grosso (1950-1960), e o genro José Fragelli, que exerceu mandatos de deputado estadual e federal (BITTAR, 2009, p.71, v.2).

O genro do coronel Joselito, José Fragelli – descendente de imigrantes italianos, que chegou ao Brasil no século XX –, vinculou-se as duas das mais importantes famílias que compõem a elite agrária sul-mato-grossense. “Politicamente conservador, Fragelli pode ser identificado como um convicto defensor” do golpe midiático-civil-militar de 1964. “Permaneceu fiel aos princípios que motivaram [...] a defesa da ‘moralidade’ e o ‘combate à corrupção. Em entrevista a Bittar, Fragelli afirmou que, durante a vigência do AI-5, “foi ótimo” ser governador (BITTAR, 2009, p.73).

Em relação à família Barbosa, estabeleceram-se na região de Vacaria entre 1836 – quando chegou Antônio Gonçalves Barbosa –, e 1842, quando chegou a segunda caravana da família. Foram os filhos de Henrique Martins – Plínio Barbosa Martins e Wilson Barbosa – que “desempenharam importante papel na oposição ao regime militar e ocuparam cargos públicos de destaque na história política dos dois estados”. Sendo que Wilson Barbosa Martins foi governador de Mato Grosso entre os anos de 1983-1986 e 1995-1999 (BITTAR, 2009, p.79).

Bittar esclarece que antes do golpe de 1964, Wilson Barbosa Martins e Plínio Barbosa Martins pertenciam à União Democrática Nacional (UDN), ingressando somente em 1966 no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido que fundaram e pelo qual Wilson se elegeu deputado federal mais votado de Mato Grosso. “Entretanto, por divergir do regime, teve o mandato cassado” (BITTAR, 2009, p.80).

A família de Lúdio Martins Coelho – expressão da grande propriedade rural em Mato Grosso do Sul –, estabeleceu-se no sul do estado no século XIX e chegou a acumular um império de terras. Destacaram-se na política os irmãos Itálvio Coelho, como senador (ARENA) e, depois, Lúdio Martins Coelho no mesmo cargo. De acordo com Bittar (2009, p. 83), Lúdio, provavelmente, era um dos “políticos mais personificados com o latifúndio, no Senado era conhecido como o ‘rei do gado’. Em 1986, segundo a sua declaração de bens, possuía seis fazendas, além da maior entre elas, a Santa Lúcia, de 46 mil hectares.

Diferentemente dos grupos dominantes que tiveram origem remontada aos primeiros tempos do povoamento no sul de Mato Grosso, no final do século XIX, chegaram na região as primeiras levas de imigrantes estrangeiros. “Dessa importante corrente povoadora surgiu aquele cujo ingresso no cenário político mato-grossense foi anunciado como um fato contrário às oligarquias que dominavam Mato Grosso” (BITTAR, 2009, p. 91). Era Pedro Pedrossian, que iniciou na vida política mato-grossense como candidato contrário às oligarquias, e, “embora não nomeasse, aludia aos ‘grandes fazendeiros da UDN’, partido que desde a sua criação em Mato Grosso, teve forte base entre essa classe no sul” (BITTAR, 2009, p.96).

Eleito governador nas eleições de 1965, quando disputou com Lúdio Coelho (UDN), Pedrossian enfatizou sua campanha contra as oligarquias. A vitória resultou de diversos fatores, entre eles a aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo Bittar (2009, p.98), o fato de Pedrossian ser candidato de oposição, enquanto que a “União Democrática Nacional e seu candidato Lúdio Coelho” já estavam alinhados ao regime militar, foi “fator menos determinante de sua vitória do que o fato de se apresentar como alternativa aos grandes chefes políticos mato-grossenses”.

Pedrossian foi o último governador eleito em Mato Grosso depois do golpe midiático-civil-militar de 1964 e o mais votado da história, com 109.905 votos. Segundo Bittar (2009, p. 121), “fora eleito em oposição ao regime militar, mas depois ele aderiu, filiando-se à ARENA quando foi imposto o bipartidarismo” - resultado da vigência do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Ainda, de acordo com a autora,

[...] a despeito de seu prestígio e força eleitoral, o que se verifica no período posterior a 1964, com a implantação da ditadura militar, é que os grupos que constituíam a União Democrática Nacional, fortes no sul e tendo apoiado o golpe de Estado, passarão a exercer a hegemonia no processo político estadual. Isto porque, especialmente com a instauração das eleições indiretas para governador, os integrantes desse extinto partido, favorecidos pela nova correlação de forças impostas pela ditadura, vão conseguir desmontar do governo estadual algumas velhas oligarquias políticas do ex- PSD [...] (BITTAR, 2009, p. 103).

Em relação ao poder oligárquico que dominava o cenário político sul mato-grossense, Pedrossian explica que,

Um dos objetivos da preservação do Poder pelas oligarquias tradicionais, em Mato Grosso, até o ano de 1965, quando fui eleito Governador do Estado, era a manipulação de terras públicas em benefício de interesses particulares. A questão fundiária mato-grossense chegou a atingir situação de verdadeira calamidade pública. A história do Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso registra o desmonte da máquina de favorecimento, justamente ao meu governo. Meus antecessores, com honrosa exceção, distribuía, através daquele famigerado departamento, milhões de hectares de terras públicas, quase sempre a parentes e apaniguados políticos. Usava-se, por isso, documentação duvidosa, títulos “frios” e até mesmo títulos assinados em branco para serem, posteriormente, preenchidos pelo favorecido. Minha primeira providência governamental, foi o fechamento incontinenti do Departamento de Terras [...]. Fechar aquele Departamento [...] foi ferir, mortalmente, os interesses do clã político que se revezava, encastelado no Poder (PEDROSSIAN apud BITTAR, 2009, p. 92).

Em relação ao clã político que se revezava no poder, Pedrossian refere-se aos grupos ligados à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrático (PSD), o primeiro com forte representatividade no sul do estado de Mato Grosso, enquanto que o outro tinha mais inserção no Norte.

Essa elite política do sul de Mato Grosso é formada a partir de 1930 com a chegada de indivíduos de famílias abastadas, que se juntaram aos grupos hegemônicos locais, como exposto acima. De acordo com Bittar (2009, p. 203), Campo Grande, em 1940, tinha arrecadação tributária superior à de Cuiabá, além de ser a cidade mais populosa de Mato Grosso. A essa altura, a cidade já ocupava a posição de centro político e econômico do sul do Estado e era orgulho da elite pecuarista, “sempre manifestando a convicção no ‘progresso’ e no ‘destino’ da cidade que não era outro senão o de vir a se tornar capital”.

A singularidade de Mato Grosso em relação à política nacional era que a política era articulada em duas demandas: a alternância político partidária entre a UDN e PSD e a

“manutenção de um equilíbrio regional entre norte e sul” (OLEGÁRIO, 2018, p. 71). Nesse cenário, verificava-se também recorrência da coligação PSD/PTB em períodos alternados.

Segundo Olegário (2018, p. 72), o acordo tácito entre PSD e UDN e suas seções do norte e sul do estado desde 1947, pode ser percebido na conjuntura do surgimento da Associação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT), quando os dois partidos alinham seus interesses.

A ADEMAT foi uma subsidiária do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, fundada em 1963 em Campo Grande e, posteriormente, em outros doze municípios do estado de Mato Grosso. A organização contava com 62 pessoas das cidades de Campo Grande e Cuiabá, tinha caráter anticomunista e após o golpe de 1964 realizou atividades repressivas constituindo-se em um grupo de ação paramilitar. Mesmo com a existência da aparente rivalidade entre os dois partidos, ambos se uniram com o objetivo de perpetuar sua hegemonia na política mato-grossense e não hesitaram em realizar acordos e alianças.

É importante ressaltar que, apesar da rivalidade, PSD e UDN tinham origem conservadora. No entanto, possuíam propostas e direcionamento políticos diferentes. De acordo com Motta,

Embora tivessem igual origem conservadora, ambos ligados às classes dominantes, havia importantes distinções afastando UDN e PSD e tornando-os rivais na disputa pelo poder. A UDN tinha um perfil mais urbano, ligações estreitas com o empresariado moderno e com as classes médias das grandes cidades. O PSD, por seu lado, era um partido com bases mais fortes nas zonas rurais, contando com elementos vinculados fortemente aos interesses agrários. [...] A UDN tendia a ser mais doutrinária, defendendo majoritariamente posturas liberais [...] Já o PSD tinha posturas mais pragmáticas, mais flexíveis. Evitando adotar posições doutrinárias rígidas. (MOTTA apud OLEGÁRIO, 2018, p.72).

O poder que emanava da posse de terras estava cristalizado nos quadros da UDN, cuja maior força política residia no sul do estado. Por outro lado, apresentava-se o PSD como alternativa às oligarquias, discurso este que se fez sentir na campanha para governo do estado de 1965 de Pedro Pedrossian, como exposto acima.

Na época, a elite pecuarista que fazia parte dos quadros da UDN estava concentrada em Campo Grande e concebia o progresso como elemento que distinguia a cidade. Conforme Bittar (2009, p. 204), a concepção de progresso estava associada à pecuária e, “sendo ela a principal base econômica do Sul, a classe social que dela se beneficia se vê a si própria como uma espécie de *condottiere* da divisão”.

Machado (apud BITTAR, 2009, p. 207) ressalta a importância atribuída aos condottieri – que representavam o pensamento da elite sul do sul de Mato Grosso – cabia aos “varões do sul-mato-grossense identificar e reconhecer os valores para os quais convergiam as aspirações

do grupo e, sobretudo, dirigir e administrar as mudanças sociais e culturais no sentido desses interesses coletivos”. Assim, a classe hegemônica da época buscava direcionar as decisões políticas e econômicas de Campo Grande.

Esse direcionamento era baseado na ideologia do progresso – que foi “uma constante ao longo da história de Campo Grande [...] Houve sempre um consenso geral no sentido de que a comunidade estava fadada a um grande destino. Toda gente, em todos os tempos acreditou nisso” (MACHADO apud BITTAR, 2009, p. 208).

A ideologia fundamentada no progresso foi o pressuposto que orientou as classes dominantes a aderir ao movimento golpista de 1964. A campanha golpista, portanto, tinha a aderência da classe dominante sul-mato-grossense. À guisa de exemplo, a destituição do presidente João Goulart obteve “não apenas a anuência do governo mato-grossense, mas das duas elites que simbolizavam a rivalidade norte-sul” (BITTAR, 2009, p. 281).

O governo de Goulart era visto com certa rejeição pelas classes dominantes do sul de Mato Grosso, o que evidencia o alinhamento destes com a ideologia dominante da época. Inclusive, o movimento golpista contou com o apoio do governador Fernando Corrêa da Costa – que esteve no cargo entre 1961 e 1966, como demonstra Martins,

O novo presidente, mesmo no curto tempo do parlamentarismo achamboado, esteve envolvido pelos corifeus da pregação demagógica que pretendiam soluções hauridas de ideologias que se chocavam, frontalmente, com o regime democrático. Aos poucos, mas inexoravelmente, íamos sendo conduzidos para o caos – a não ser que reagíssemos a tempo. Integrou-se [Fernando Corrêa da Costa], assim, consoante a orientação do seu partido, a UDN, na reação oferecida a semelhante situação, participando ativamente do movimento político insurrecional que se articulava e que ganhou amplitude e força depois da manifestação dos senhores do poder central, no célebre comício de 13 de março de 1964 e na reunião de 30 de março no Automóvel Club, no Rio de Janeiro, o conteúdo subversivo do regime democrático, no governo Goulart. (MARTINS, 2013, p. 104)

O movimento golpista teve apoio ainda do general Meira Matos, que dirigiu o Comando do 16º BC em Cuiabá. De acordo com Bittar (2009, p. 281), o general afirmou que, Cuiabá, “capital de ricas tradições políticas”, não poderia ficar insensível ‘às preocupações que dominavam o espírito dos democratas brasileiros’. A autora acrescenta que, em relação às articulações em curso para depor o presidente João Goulart, o general as descreveu da seguinte maneira:

Nesta capital encontrou o Cel Meira Mattos o apoio decidido e franco do Governador do Estado, doutor Fernando Corrêa da Costa, homem de formação democrática e cristã e que, assim como a maioria dos brasileiros de responsabilidade, se impressionava ao ver o Brasil precipitando-se no abismo da desonestidade oficial desenfreada e da subversão de asas soltas [...] Passaram-se os últimos meses de 1963 e os primeiros de 1964 em conversas domiciliares frequentes, nas quais o espírito

daqueles que não se conformavam robustecia-se na fé de que um movimento político haveria de surgir breve para conter a avalanche de desmandos que avassalava o país. O ponto preferido desses encontros, verdadeiras tertúlias políticas, era o caramanchão da residência do Governador Corrêa da Costa [...] (MATTOS apud BITTAR, 2009, p. 281).

Atestando a convergência ideológica das elites nortistas e sulistas a favor do golpe militar, a edição histórica da revista *Manchete*, em abril de 1964, fez ampla cobertura da tomada do poder pelos militares com as fotos da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Em uma das fotos está presente a esposa do governador de Mato Grosso, Maria Elisa Bacaiúva Corrêa da Costa. De acordo com Bittar (2009, p. 282), o fato demonstra que o governador Fernando Corrêa da Costa (sulista) apoiava o golpista Carlos Lacerda e representava também o pensamento da elite do norte mato-grossense (BITTAR, 2009, p.281-282).

Os grupos hegemônicos do norte e do sul de Mato Grosso, portanto, apoiaram o golpe civil-militar de 1964, pois acreditavam que haveria valorização regional. Bittar afirma que, Martins, “a propósito, entendia que, até 1964, Mato Grosso estivera relegado ao abandono pelo governo federal”, situação que começou a mudar com o golpe civil-militar (BITTAR, 2009, p. 282). Nesse ponto, Martins assinalou que

A partir da vitória da Revolução de 31 de março [...] graças ao espírito desenvolvimentista dos governos revolucionários, nosso Estado viu-se enxergado, neste caminho de integração nacional, maximé nesta encruzilhada da penetração da Amazônia. Com o apoio federal, que faltou dos governos até Fernando Corrêa, Mato Grosso pôde conhecer uma nova era de progresso (MARTINS, 2013, p. 107).

“Entusiasmado pelo ‘espírito desenvolvimentista’ que propiciaria a Mato Grosso ser enxergado, celebrou-se o advento da ditadura militar”, que, segundo Martins, “teve apoio unânime em Mato Grosso, tanto no Norte quanto no Sul” (BITTAR, 2009, p. 282).

Com a vitória do movimento golpista de 1964, portanto, iniciava-se o projeto desenvolvimentista. E os governos militares, segundo Bittar (2009, p.283), “saudados pelas elites políticas e econômicas mato-grossenses, estavam bem apetrechados de estudos geopolíticos sobre o Centro-Oeste”. A ideologia do progresso e do desenvolvimentismo “vinculado ao conceito de segurança nacional, não descuidaria dos destinos de Mato Grosso”. Segundo a autora, a implementação do modelo capitalista preconizado pelos autores do golpe civil-militar de 1964, incluiu a divisão de Mato Grosso “de modo a melhor ocupar o Centro-Oeste e integrá-lo ao ‘Brasil litorâneo e desenvolvido’ [...] (BITTAR, 2009, p. 283). O projeto progressista e desenvolvimentista almejado pelas elites dominantes é concretizado em 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso no governo do general Ernesto Geisel.

2. Referencial Metodológico

A metodologia adotada para a análise das notícias veiculadas pelo *Correio do Estado* é a Hermenêutica de Profundidade (item 2.2) , com enfoque na análise da ideologia – que busca identificar o *modus operandi* da ideologia – uma especificidade do campo de estudo da HP, que visa realçar o caráter ideológico das formas simbólicas, ou seja, salientar as maneiras como o sentido serve para sustentar relações de dominações.

A HP é composta por três etapas: a análise sócio-histórica (item), a análise formal ou discursiva (item) e a interpretação e reinterpretação (item), que serão abordadas neste capítulo. Na análise sócio-histórica é apresentado o impacto do golpe midiático-civil-militar em Campo Grande, que, assim como o resto do país, teve prisões arbitrárias, Marchas da Família com Deus pela Liberdade, cassação de políticos e a difusão, por parte da classe dominante, da ideologia do governo ditatorial. Além de contextualizar sobre a fundação do *Correio do Estado* e a sua aproximação à classe dominante do sul do Estado na época.

No tópico seguinte, análise formal ou discursiva, são abordadas as fases para a constituição do *corpus* de pesquisa para, posteriormente, passar para a interpretação e reinterpretação das notícias.

A análise, como dito, será empregada em notícias veiculadas pelo jornal durante o ano de 1964 e entre dezembro de 1968 e 1969. A escolha pelo gênero deve-se ao fato do seu caráter informativo, que tem como princípio a busca pela objetividade. Visto isso, a análise debruçar-se-á para verificar o rigor do *Correio do Estado* em relação à busca de objetividade para transmitir informações sobre o golpe e, também, sobre as ações do governo ditatorial. O tópico abaixo, portanto, apresenta algumas das características do gênero escolhido para a análise nesta pesquisa.

2.1 Gêneros jornalísticos

Melo divide o jornalismo em duas categorias e seus respectivos gêneros: jornalismo informativo e opinativo. No primeiro, enquadram-se os formatos notícia, reportagem, nota e entrevista. Já o jornalismo opinativo é composto por editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e a carta. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, o jornalismo informativo, especificamente a notícia, é o objeto estudado na análise discursiva (MELO apud COSTA, 2010, p.45).

No verbete do manual da *Folha de São Paulo*, notícia é definida como "puro registro dos fatos, sem opinião". A exatidão, portanto, é o seu elemento-chave. Isso, porém, não isenta que os "vários fatos descritos com exatidão" não sejam justapostos de maneira tendenciosa (MANUAL, 2001, 90).

Na perspectiva de Melo (apud COSTA, 2010, p. 52), notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Tecnicamente, o gênero se pautaria na reprodução do real, tendo como princípio a imparcialidade, a veracidade e a objetividade. O jornalismo informativo teria, portanto, a função exclusiva de descrever os fatos que o caracteriza como o relato do real.

Outra definição formulada sobre o gênero é dada por Assis. Com base em Kunczik (2002) e Lage (2001), o autor sintetiza que jornalismo informativo é o relato do real. Acrescenta que o gênero é fruto daquilo que Kunczki chama de "jornalismo objetivo e neutro" – aquele que se distancia "passivamente dos eventos que trata". "Tradicionalmente, portanto, o gênero informativo é formado por três elementos identificados por Nilson Lage: a veracidade – comum a qualquer produto jornalístico –, a 'imparcialidade' e a 'objetividade'" (ASSIS, 2010, p. 18).

A objetividade jornalística, cânone do jornalismo informativo, é um método de trabalho capaz de assegurar algum rigor científico ao jornalismo e tentar reduzir a influência da subjetividade no relato dos acontecimentos. (PENA, 2007, apud AGUIAR, p. 114).

Nesse ponto, é importante ressaltar que as empresas jornalísticas têm se autopromovido como isentas de conteúdos ideológicos e interesses particulares na divulgação de notícias, ao utilizar de uma linguagem objetiva. Essa isenção, no entanto, nem sempre ocorre.

De acordo com o Manual de Redação da *Folha de São Paulo* (2010, p. 25), "não existe objetividade em jornalismo". Ou seja, pela objetividade, os fatos deveriam ser narrados tal como aparecem na realidade. No entanto, um jornalista ao redigir uma matéria está num processo de escolhas que resultam na construção da notícia, e as decisões tomadas são medidas subjetivas. Mas o fato não isenta o jornalista "da obrigação de ser o mais objetivo possível".

Guiado pelo pressuposto da objetividade, na década de 1950, os jornalistas Pompeu Sousa, Danton Jobim, Samuel Wainer e Alberto Dines, que se encontravam nos EUA foram os responsáveis por implantar as técnicas do texto na diagramação dos jornais *Diário Carioca*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* (MENDEZ apud ASSIS, 2010, p.19).

De acordo com Silva (apud ASSIS, 2010, p.20), a assimilação da objetividade na imprensa brasileira mostra que as condições de produção e questões históricas que configuram a prática jornalística no país não se assemelham ao processo de formação do jornalismo norte-americano. Acrescenta:

Nos EUA, [...], "a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la na medida do possível (com textos desadjetivados, contidos, com os vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade)"; já no Brasil, o jornalismo - por mais que seja taxado de objetivo - é, quase sempre, "ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editorializados, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular do mundo (SILVA apud ASSIS, 2010, p. 20).

Exposto isso, a objetividade e imparcialidade são questões caras ao desenvolvimento dessa pesquisa. Pois, ao analisar o *modus operandi* do jornal *Correio do Estado* e da imprensa nacional, percebe-se que a mídia atuou de acordo com os seus interesses particulares, relegando a segundo plano seu compromisso com a imparcialidade jornalística.

2.2 A Hermenêutica de Profundidade como metodologia de análise

O referencial metodológico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa é a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (2011). A metodologia abarca estudos sobre o conceito de ideologia, o papel da ideologia na sociedade, transmissão cultural e comunicação de massa. Elementos fundamentais para a compreensão e a análise do objeto de pesquisa - no caso, o jornal campo-grandense *Correio do Estado*.

O enfoque da Hermenêutica de Profundidade é um referencial para a análise cultural, mas que pode ser adaptado para a análise da ideologia - a especificidade desse estudo está no fato de que as várias fases do enfoque da HP são empregadas com o objetivo de realçar o caráter ideológico das formas simbólicas, ou seja, realçar as maneiras como o sentido serve para sustentar relações de dominação.

Na observação de Thompson (2011, p. 363), na análise, ao focalizar a atenção

[...] nas inter-relações entre significado e poder, nas maneiras pelas quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominações, a análise da ideologia assume um caráter distintivo crítico. Ela levanta novas questões concernentes aos usos das formas simbólicas e às relações entre interpretação, autorreflexão e crítica.

Bardin (2016, p.20) ressalta que a Hermenêutica é uma tradição antiga que surgiu da arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos. São passíveis de interpretação "mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda (o que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação

cuidadosa ou de uma intuição carismática”. Por detrás do discurso aparente, portanto, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar.

Nessa tarefa, Thompson elabora sua obra com base nos trabalhos dos filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, Dilthey, Heidgner, Gadamer e Ricouer. Mas, são nas formulações de Ricouer e Wittgestein, especificamente, que o autor constrói a sua *Hermenêutica de Profundidade*.

A proposta de Thompson (2011) é um esquema intelectual estruturado em três fases: 1) análise sócio-histórica, que envolve as questões espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão; 2) análise formal ou discursiva; 3) interpretação/reinterpretação.

2.3 Análise sócio-histórica

A primeira fase, a análise sócio-histórica, tem como princípio que as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas de um determinado contexto. Ou seja, as formas simbólicas não subsistem num vácuo, elas são produzidas, transmitidas e recebidas em condições sociais e históricas específicas. De acordo com Motta (2014, p.10), essa etapa trata das “relações de dominação que orbitam o fenômeno social em estudo, ao qual as formas simbólicas presentes vão se referir, produzindo (ou não) sentidos ideologicamente orientados”.

O objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção das notícias veiculadas no jornal *Correio do Estado* (espaço) em 1964 (tempo), quando houve o golpe-midiático-civil-militar, e entre dezembro de 1968 (mês que foi instituído o AI-5) a dezembro de 1969 (primeiro ano do governo Médici – marcado pelo endurecimento do regime militar).

A análise sócio-histórica se dá em quatro níveis: espaço-temporal, campos de interação, instituições sociais e estrutura social. O espaço-temporal envolve o processo de identificação e descrição de como as formas simbólicas são produzidas e recebidas pelas pessoas em locais específicos.

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, escritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempo particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica.

A análise sócio-histórica abrange também as instituições sociais que dão forma particular aos campos de interação. No caso da pesquisa, o objeto analisado é a organização

jornalística *Correio do estado*, na década de 1960. Essa é uma das organizações que, através da divulgação de informações, estabelecia campos de interação, ou seja, o envolvimento do leitor a causa do projeto político que desfechou o golpe civil-militar de 1964.

Os campos de interação referido por Thompson (2011, p.366) são o “espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas oportunidades acessíveis a elas”. Motta (2014, p.8) expõe que

As posições e as trajetórias, por sua vez, refletem diferentes recursos ou capitais disponíveis aos que interagem e que, na interação mesma, os colocam em prática, distinguindo-os ou aproximando-os entre si, seja sob a forma de capital simbólico (méritos acumulados, prestígio e reconhecimento), seja como capital cultural (conhecimento, habilidades e qualificações educacionais).

O terceiro elemento da análise sócio-histórica é a abordagem das instituições sociais, no caso da pesquisa, o jornal *Correio do Estado*. “As instituições sociais são constituídas por um conjunto estável de regras e recursos, bem como das relações sociais daí derivadas, que se formam dentro dos campos de interação” (MOTTA, 2014, p. 8). Através de uma série de posições e estratégias de reprodução, as instituições sociais acabam criando novos campos de interação, estabelecendo novas posições e trajetórias, de acordo com as necessidades de manutenção das relações de dominação que sustentam. Assim, “a dinâmica das instituições sociais é determinante sobre a forma como é operada a ideologia e, por extensão, sobre o modo como as formas simbólicas são articuladas para servir ao poder” (MOTTA, 2014, p.8).

A estrutura social refere-se às assimetrias e desigualdades presentes nas instituições sociais e nos campos de interação. Ou seja, a análise das assimetrias na distribuição de poder e recursos em questões como a de classe, trabalho, gênero, etnia, entre outros elementos.

Exposto isso, os tópicos seguintes apresentam o contexto sócio-histórico no sul do Estado, especificamente Campo Grande, após o golpe midiático-civil-militar e a atuação do *Correio do Estado* diante do novo cenário nacional, assim como o seu posicionamento editorial em relação ao governo ditatorial.

2.3.1 Operação Limpeza em Mato Grosso

A madrugada de 31 de março de 1964 começou agitada com o levante do general Olympio Mourão Filho, da 4ª Divisão de Infantaria de Juiz de Fora, em Minas Gerais, que

visava afastar João Goulart da presidência. Era o estopim que as classes dominantes aguardavam para tomar o poder e implantar seu projeto político.

Nas primeiras horas do governo militar, o “Comando Supremo da Revolução” prometia “restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas, reestabelecer a “composição federativa da nação” e eliminar o “perigo da subversão e do comunismo” (ALVES, 1989, p. 52). Uma das primeiras atitudes nessa direção foi eliminar os “inimigos internos”. Para isso, o Ato Institucional nº 1 (AI-1) dava respaldos.

O Ato forneceu as bases legais que institucionalizaram o golpe e as perseguições a políticos e cidadãos contrários ao governo vigente. Segundo Alves (1989, p. 52), a “busca pela segurança interna pela eliminação do ‘inimigo interno’ entrou em conflito com os objetivos declarados de reestabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas”.

Expõe:

As medidas adotadas para expurgar os que estiveram associados a movimentos sociais e ao governo anterior levaram a institucionalização do Estado de Segurança Nacional, a começar – no período inicial, sob a tutela do Alto Comando da Revolução – pela promulgação do Ato Institucional Nº1 (ALVES, 1989, p. 52).

Em suma, o AI-1 limitava os poderes do Congresso Nacional e, concomitantemente, aumentava os poderes do Executivo. O presidente da República podia remeter emendas constitucionais ao Congresso que deveria ser votada com prazo de 30 dias na Câmara e no Senado a partir da data de recebimento. Além disso, definia a votação pelo Congresso Nacional para escolha do presidente e vice-presidente da República.

De acordo com Alves (1989, p. 55), os artigos 7º, 8º e 10º do Ato foram os mais importantes para a institucionalização da ditadura, pois significava o acionar da prática repressiva. O artigo 8º, especificamente, foi que lançou as bases dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Os artigos estabeleciam a suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade ou estabilidade, a investigação sumária de funcionários públicos, federais, estaduais e municipais, e a instauração de inquéritos e processos para apurar a responsabilidade por crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social, além de atos de guerra revolucionária. Ainda instituía a possibilidade de suspensão dos direitos políticos no prazo de 10 anos e a cassação de mandatos “legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”²².

O AI-1, portanto, constituiria o aparato legal da “Operação limpeza” – “codinome dado pelos militares ao conjunto de medidas destinadas a ativar as forças repressivas e dar ao Estado

²² BRASIL, Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964. Disponível em: <goo.gl/S59o1g>. Acesso em: 28 ago. 2019.

controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais” (ALVES, 1989, p. 56). O Ato não se limitou ao expurgo político e burocrático, pois “[...] desde o início cresceram em círculos militares as pressões para uma repressão mais direta da população. Elaboravam-se nos quartéis listas dos que deveriam ser expurgados e presos” (ALVES, 1989, p. 56). Destarte, logo após o golpe, foram acionadas operações de larga escala.

[...] o objetivo era “varrer” todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964. Especialmente visados eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo (ALVES, 1989, p. 56)

Instituído o aparato legal que justificava a Operação Limpeza, foram presas pouco mais de cinco mil pessoas, de acordo com a embaixada norte-americana. Além disso, entre 1964 e 1966 passaram pelas embaixadas latino-americanas, no Rio de Janeiro, e pela embaixada da Iugoslávia, que funcionava em Brasília, cerca de quinhentos exilados políticos. Outros milhares de brasileiros fugiram pela fronteira, entre eles, o presidente Goulart e Leonel Brizola, que seguiram para Montevideu e Buenos Aires, respectivamente.

Com a suspensão das garantias constitucionais, o Executivo utilizou-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. A partir de então, passar-se-ia conhecer o termo “cassado” – palavra que rotularia as pessoas vitimadas durante o regime. Cerca de dois mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente nos dois primeiros anos do Regime Militar. Outras 386 pessoas tiveram os mandatos cassados ou tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos.

Além da Operação Limpeza havia a “Operação Silêncio”, a “Operação Gaiola e a “Operação Popeye”. A primeira visava o controle de informações e divulgações, e o estabelecimento de contato com “autoridades democratas do país”. A segunda consistia na prisão de líderes políticos, sindicais e todos aqueles considerados subversivos. A terceira tinha como objetivo o deslocamento das tropas em direção ao Rio de Janeiro e Brasília. (OLEGÁRIO, 2018, p. 155).

De acordo com Olegário (2018, p. 155), em Mato Grosso houve a “Operação Gaiola”. A notícia veiculada no jornal *O Matogrossense* atesta o fato por meio da entrevista realizada com o general da 9ª Região Militar de Campo Grande, Mario Barbosa Pinto:

Completa ordem em toda a Região Militar. Exército cumpriu mais uma vez seu papel histórico

Falando na tarde de ontem a êste diário, sôbre a atual situação, assim se expressou o ilustre General Márcio Ferreira Barbosa Pinto, Cmte da 9.a. R.M., que vem mantendo completa ordem em todo o Estado de Mato Grosso: – “Reina completa tranquilidade em tôdas as cidades matogrossenses. Sinto-me orgulhoso de ser brasileiro e comandar tropas coesas e disciplinadas como as da 9ª Região Militar. Tropas admiráveis, que dão edificante exemplo democrático. O Exército cumpriu mais uma vez o seu papel histórico”. Acrescentou-nos o valoroso cabo de Guerra, que o Exército continua vigilante, velando pela segurança e socêgo da família matogrossense e que os elementos perniciosos estão sendo detidos e enquadrados na “Operação Gaiola” [...]”²³.

A nova conjuntura política era apoiada por políticos do estado de Mato Grosso, que se mostravam empenhados em cooperar com a “revolução” para salvar a nação do comunismo. O governador Fernando Correa da Costa, por exemplo, foi chamado pelos líderes do movimento para a organização do novo governo da República. Pelo telefone, o governador anunciou para a imprensa “sua integral solidariedade aos chefes civis e militares do movimento”. Num pronunciamento na capital mato-grossense, Cuiabá, o chefe do Executivo estadual declarou:

Nesta hora decisiva para o destino democrático do país, Mato Grosso, tendo seu Governador à frente, ao lado da Democracia, da sã Democracia, quer a ordem dentro da Disciplina, a Paz com Justiça, o Progresso sem ferir direitos de ninguém. A democracia pura, sem privilégios, estava distorcida por aqueles que detinham o Poder.²⁴

Outro político que saudou o movimento golpista foi José Ferreira de Freitas. O deputado afirmou que a Assembleia Legislativa estava em sessão permanente desde 1º de abril em “vigília democrática”, resguardando as instituições e princípios de liberdade milenarmente inspirados no cristianismo.²⁵

Grande parcela da sociedade mato-grossense também se identificava com a ideologia do movimento golpista e, inclusive, apoiou a “revolução” para tentar deter o comunismo e acabar com a corrupção – o discurso legitimador difundido pelos militares era de que o “governo João Goulart estava mergulhado num lamaçal de subversão e corrupção” (ARAKAKI, 2015, p. 115). O objetivo do movimento golpista era simples: convencer as classes dominantes e a população geral da necessidade de se organizar para enfrentar um inimigo que estaria se tornando cada vez mais ameaçador, o comunismo.

²³ Jornal *O Matogrossense*. 04/05 abr. 1964, p. 01. General Mário Barbosa Pinto: “Completa ordem em toda a Região Militar Exército cumpriu mais uma vez seu papel histórico”. ARCA.

²⁴ Fernando Correa da Costa e a crise nacional. *Folha da Tarde*, 7 de abril de 1964. Arquivo Instituto Luiz Albuquerque.

²⁵ Assembleia Legislativa do Estado em sessão permanente. *Folha da Tarde*, 6 de abril de 1964.

É neste cenário, no qual o regime militar conta com o apoio popular, que este irá justificar suas ações antidemocráticas, perseguindo políticos e cidadãos contrários à ideologia imposta. Em Mato Grosso, as primeiras ações se deram contra políticos de diversos partidos, mas principalmente contra políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (ARAKAKI, 2015, p. 98).

A Operação Limpeza em Mato Grosso havia começado. O primeiro político cassado foi o deputado federal e médico petebista Wilson Fadul, que também era militar da Aeronáutica. Fadul entrou na política para evitar sua transferência para outra cidade, devido a sua recusa de apoiar Fernando Corrêa da Costa nas eleições para governador. Em 1953 assumiu o cargo de prefeito, após a morte de Ari Coelho, assassinado durante uma convenção de seu partido. De acordo com Arakaki (2015, p. 100), o “crime comoveu a população de Campo Grande, que votou maciçamente” em Fadul. Posteriormente, foi eleito para os cargos de deputado federal e estadual e, como homem de confiança de Goulart, assumiu o cargo de ministro da Saúde.

Após ter o mandato cassado, Fadul entrou para o movimento Frente Ampla e abriu a editora Paz e Terra – que se tornou a maior editora de publicações contrárias ao regime. A Frente Ampla ganhou força com a entrada de Carlos Lacerda, Jucelino Kubitschek e João Goulart. O movimento, no entanto, entra na ilegalidade após o Ato Institucional Nº 5. Durante a ditadura militar, Fadul é preso diversas vezes até 1969, quando é afastado da Aeronáutica. Somente em 1979 é reintegrado, após a Lei da Anistia. Esta lei concedia anistia aos cidadãos brasileiros que, entre 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.

A repressão atingiu também a esposa de Fadul, a médica Graciela Meinberg Fadul. De acordo com o major Barbosa, ela foi presa por “prática de atividades subversivas”. A família de Graciela ficou 55 dias sem notícias de seu paradeiro. “Até que conseguiram, via amigos políticos, com que Orlando Geisel determinasse que o Exército apresentasse a médica presa. Foram encontrá-la numa cama de hospital, depois de ela ter sido barbaramente torturada” (ARAKAKI, 2015, p. 107).

Outro político cassado em Mato Grosso foi o deputado federal Wilson Barbosa Martins (UDN). “Nascido em família atuante na política no sul do estado, dono de muitas terras”, Barbosa sempre participou da política local pela União Democrática Nacional – “partido formado em grande parte por proprietários rurais” (ARAKAKI, 2015, p. 108). Após o AI-2 – que implanta o bipartidarismo, Barbosa contraria a lógica de ir para a Arena (considerando que seu partido era a UDN), e alia-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Segundo

Arakaki, a sua ligação com ‘comunistas’ e sua atuação em causas que contrariaram os interesses dos ruralistas, causaram a cassação do seu mandato (ARAKAKI, 2015, p. 108).

Foram presos também o médico Alberto Neder e o estudante de Direito, Ricardo Brandão. Neder, logo após o golpe, refugiou-se na fazenda de um amigo, mas acabou detido em Rio Brilhante e transportado de volta a Campo Grande. De acordo com Silva (2005, p. 134), “os militares responsáveis pela prisão desfilaram com o médico algemado dentro de um jipe pela Avenida Afonso Pena, com o intuito, talvez, de mostrar à população que o mais conhecido ‘comunista’ de Campo Grande estava preso.

Já Ricardo Brandão, foi detido em Campo Grande, onde permaneceu por alguns meses antes de ser enviado para o Rio de Janeiro. Pesava sobre ele a acusação de pertencer ao Partido Comunista e ser líder estudantil e ativista assumido contra o que estava acontecendo no país (ARAKAKI, 2015, p. 135). O prontuário do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), analisado por Arakaki, relata que Brandão foi questionado sobre uma carta que enviou ao companheiro José Roberto de Vasconcelos (conhecido como Vasco), em 3 de abril de 1963. Vasco era redator do jornal *O Democrata* e membro do PCB. O conteúdo da carta revelava o posicionamento contrário de Brandão à criação da filial do IBAD em Mato Grosso. Segundo ele, “[...]o IBAD era um órgão corrupto, e a criação do mesmo no seu Estado, viria a criar um clima de intranquilidade [...]” (ARAKAKI, 2015, p. 137).

Conforme pesquisa de Arakaki, parte do dossiê Ricardo Brandão não faz menção sobre a sua liberação do DOPS e tampouco consta seu depoimento ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). A pesquisadora acredita que o longo período de prisão (Brandão ficou detido até 1967) “faz ensejar a existência de algum processo, provavelmente um Inquérito Policial Militar, comum no período (ARAKAKI, 2015, p.138).

No período pré-golpe também houve certa resistência em Mato Grosso por parte dos sindicatos que estavam engajados na luta pelas Reformas de Bases propostas por Goulart. De acordo com Arakaki (2015, p. 147), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Imobiliário se sobressaiu, manifestando-se contra a elite política local por meio de uma nota publicada em 7 de outubro de 1963 no *Correio do Estado*, escrita pelo presidente do órgão, Durvalino Pereira de Barros. A nota reiterava o apoio dado à Goulart e repudiava as “manobras golpistas do Governadores da Guanabara e São Paulo; dos Apátridas do IBAD, e de suas organizações secundárias. Silva (2005) expõe que

Este sindicato, que tinha no seu quadro dirigentes, trabalhadores altamente politizados foi alvo fácil do Exército por ocasião do golpe de 64. Oficiais do Exército ocuparam o sindicato, prendendo quem lá estivesse, dentre eles, Durvalino, aquele

que assinou a nota contra o IBAD e a ADEMAT. Naqueles dias de muita tensão, os trabalhadores e dirigentes na sede do sindicato ante a possibilidade de João Goulart resistir contra o golpe iminente. Ezequiel Ferreira Lima, membro do sindicato e também do PCB foi preso no dia 2 de abril de 1964 tendo sido decretada a intervenção do sindicato pelo Ministério do Trabalho, agora já sob o domínio do governo militar. (SILVA, 2005, p. 140-141).

O repúdio à fundação da ADEMAT também foi realizado por Omar Lins Canavarros, Juvêncio da Fonseca e Altair Vieira Mundim, que assinaram o “manifesto ao povo Mato Grossense”, em 1963. O informe nº 019, elaborado pela Agência de Campo Grande, ainda relata que o estudante Omar Lins Canavarros era contrário à “revolução de 31 de março” e que teria fugido do Rio de Janeiro após a “revolução”, devido ao pronunciamento realizado na Rádio Nacional, onde posicionou-se a favor do presidente Goulart²⁶. Segundo Olegário (2018), é possível que quando circulou o referido manifesto, membros da ADEMAT tenham “marcado” os indivíduos opositores, incluindo-os na lista de subversivos. Afinal, de acordo com a autora, todos os cidadãos que se “posicionaram antes do golpe contra o IBAD e suas filiais” – no caso de Mato Grosso, a ADEMAT -, “seriam considerados seus inimigos, portanto, monitorados e até perseguidos sobre a insígnia da subversão” (OLEGÁRIO, 2018, p. 160).

Em 1969, com o advento do Ato Institucional nº 5, cinco deputados estaduais são cassados e têm suspensos seus direitos políticos. São eles: Américo Porphirio Nassif, Augusto Mario Vieira, João Chama, Luiz Thomaz de Aquino e Sebastião Nunes da Cunha. Dos cinco políticos, quatro pertenciam à porção sul do estado de Mato Grosso.

Os integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também foram atingidos pela repressão. O partido tinha bases fortes no sul do estado devido à presença concentrada de trabalhadores na estrada de ferro Noroeste do Brasil e na Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Foram alvos da repressão trabalhadores da construção civil, bancários e carroceiros, todos organizados através de associações sindicais (OLEGÁRIO, 2018, p. 156).

Um dos acusados que pertencia à Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), era Pedro Pedrossian, que, à época, estava no cargo de superintendente da empresa. Pedrossian foi indicado por se recusar a denunciar funcionários considerados subversivos pelo Comando Supremo da Revolução. O documento de cassação relatava que, se Pedrossian “não praticava a subversão”, também não a combatia. Além disso,

[...] a autoridade nunca esteve tão comprometida, como na administração do Eng. Pedro Pedrossian, o qual utilizou elementos comprovadamente comunistas, em

²⁶ Informação nº 019/740/ACG/80 ACE 755/80 e Informação nº 091/79 9ª RM, ACG/ACE 106/79. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2019.

cargos de chefia e mesmo em colaboradores diretos, como o diretor assistente administrativo, permitindo que inúmeros outros servidores comunistas tivessem livre ação, dada a submissão à política do então presidente da República e do órgão de classe [...] (Arquivo Nacional Fundo Conselho de Segurança Nacional apud OLEGÁRIO, 2018, p. 156).

As sumárias prisões realizadas em Mato Grosso foram realizadas por meio da Comissão Estadual de Investigação (CEI), criada através do decreto estadual nº 713 de 11 de maio de 1964, atendendo à demanda do artigo 7º do AI-1. O Decreto, com dezesseis artigos, ampliava as disposições do AI-1 e a abrangência das investigações. Poderiam ser punidos

[...] servidores públicos estaduais ou municipais, civis, militares, autárquicos, ou membros da sociedade de economia mista, fundações ou empresas de serviços públicos. Os investigados seriam julgados por terem atentado contra: a) segurança nacional, b) o regime democrático e c) a probidade de administração pública. Também estabelecia que as denúncias pudessem ser apresentadas pelo governador do estado, por qualquer dirigente de órgão estadual, pela própria comissão ou por “pessoa de idoneidade comprovada e com indicação de prova em que se baseia. Por fim, a comissão – findas as investigações que não poderiam ultrapassar 30 dias – enviaria um relatório ao governador do Estado a quem caberia a decisão sobre a penalidade a ser aplicada (OLEGÁRIO, 2018, p. 161).

Conforme Martins (1981, p. 246), a CEI instaurou 22 inquéritos que resultaram na “demissão de 12 e a exoneração de 1 servidor, sendo 11 funcionários estaduais, 1 de autarquia e 1 municipal”. Acrescenta as punições ainda abrangeram

[...] 3 juízes de Direito, o da 1º Vara da Comarca da Capital e os de Três Lagoas e Porto Murtinho respectivamente, Drs. João Gonçalo de Moraes, Juarez Mancini e Hilton Coelho Brito Filho. Os primeiros punidos pelos deslizes apurados em inquéritos procedidos pelo Carregador da Justiça, Desembargador William Drosghic, e o último, que respondia a inquérito presidido pelo General R/1 Vaz Curvo, solicitou exoneração antes de concluído o mesmo. [...] As punições aplicadas decorreram de atos de corrupção apurados nos inquéritos. Corrupção, o cancro que corrói a administração pública brasileira ...” (MARTINS, 1981, p. 246-247).

A CEI funcionava nas dependências do Palácio Alencastro, em Cuiabá, e foi presidida por Demóstenes Martins (secretário do Interior, Justiça e Finanças) e pelos membros Euryeles Motta (Consultor-Geral do Estado), João Moreira de Barros (Ministro do Tribunal de Contas), Vaz Curvo (General R/1 e ex-comandante do 16º Batalhão de Caçadores), Luiz Carvalho (Coronel, comandante da Polícia Militar do Estado).

Silva (2005) expõe que a escolha de Demóstenes Martins para presidir a CEI não era coincidência, pois o mesmo tinha ligações com a ADEMAT. De acordo com o autor,

Os militantes da ADEMAT diziam que agiam em defesa dos interesses da pátria e dos ideais democráticos, porém, não foi isso que se viu. Demóstenes Martins, um dos líderes da direita no Estado, por exemplo, desenvolveu especial apreço por cargos

públicos que ofereciam a oportunidade de poder bisbilhotar a vida de seus adversários. Não é por acaso que, no pós-1964, Demóstenes foi escolhido para dirigir as principais CGI (Comissão Geral de Investigação) (SILVA, 2005, p.128).

Campo Grande era a cidade com maior atuação da ADEMAT, onde foi fundada. Segundo Arakaki (2015, p. 133), a atuação da organização anticomunista não era bem vista nem mesmo pelos partidários udenistas do norte de Mato Grosso. Milton Figueiredo, ex-deputado estadual e ex-deputado federal pela UDN, relata que lutaram “desesperadamente para que ela [ADEMAT] não se formasse aqui [Cuiabá], pois parecia um órgão fascista, um órgão de repressão” (NEVES, 2001, p. 254).

Além das perseguições e prisões realizadas pela ADEMAT após o golpe, ainda foram abertos inúmeros IPMs na 9ª Região Militar, sediada em Campo Grande. Ao total, foram instaurados cerca de 140 inquéritos em diversas cidades da porção sul do estado. As que tiveram maior ocorrência foram: Campo Grande (50), Ponta Porã (27) e Corumbá (19). (ARAKAKI, 2015, p. 134).

Em Campo Grande, três IPMs instaurados atingiram vereadores da Câmara Municipal Abel Freire de Aragão, Roger Assef Buainain e Willian Macksoud. Os três tiveram os mandatos cassados em outubro de 1964 sob acusações de envolvimento em atividades subversivas. Muitas dessas prisões foram realizadas por civis comprometidos com “entidades de defesa da pátria brasileira contra o avanço comunista”. Segundo Arakaki (2015, p.134), em todo o Brasil proliferaram associações com esse fim, na tentativa de barrar qualquer possibilidade de avanço comunista que se acreditava estar em curso sob a direção do presidente deposto Goulart.

2.3.2 A ADEMAT e a caça aos comunistas em Mato Grosso

A Associação Democrática de Mato Grosso (ADEMAT), fundada em 4 de abril de 1963, em Campo Grande, contava com aproximadamente 37 pessoas e, posteriormente, expandiu-se para outros doze municípios do estado. Entre eles, Cuiabá, Dourados, Aquidauana, Rondonópolis e Maracaju. Para enfatizar sua campanha anticomunista, entre abril e novembro de 1963 passou a publicar artigos no jornal *O Matogrossense*.

A criação da ADEMAT estava intrinsicamente ligada ao processo de reorganização dos diretórios estaduais e à fundação de novas subsidiárias do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por meio da Ação Democrática Popular (ADEP). A reunião que marcou o início das atividades da organização mato-grossense ocorreu na sede da Associação de

Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT). De acordo com Olegário (2018), as relações de poder existentes antes da criação da ADEMAT podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

a) existiam dois grupos em disputa pelo poder estadual um no norte (Cuiabá), e outro no sul (principalmente Campo Grande); b) dois partidos políticos abrangiam a maior parte dos interesses desses grupos – o PSD e a UDN –; c) no sul de Mato Grosso os indivíduos cujo poder advinha da posse de grandes propriedades de terras se constituíram como grupo de maior expressão política e, segundo os estudos de Bittar, tiveram suas aspirações consolidadas com a divisão do estado em 1977; desse modo, “a sua completa realização de classe só ocorreu com a concretização de um sonho: a criação de Mato Grosso do Sul e a elevação de Campo Grande a capital” (OLEGÁRIO, 2018, p.74).

O quadro de membros da ADEMAT era composto por latifundiários, médicos, advogados, engenheiros, médico veterinário, militares, estudantes, agrimensor e integrantes da UDN. Conforme Olegário (2018, p. 77), a presença de profissionais liberais na organização pode ser compreendida pelo caráter multiprofissional dos membros, ou seja, alguns possuíam ocupação de médico ou engenheiro, mas a sua origem familiar estava ligada à propriedade de terra, a exemplo de Lúdio Coelho – médico e latifundiário. Dreiffus (1981, p.390) ressalta que a presença desses profissionais liberais foi importante para a mobilização das classes médias, na fomentação de manifestos públicos contra o governo por associações profissionais, organização e apoio a comícios e nos apelos para a intervenção militar.

Olegário (2018, p.136) ressalta que, apesar da ADEMAT ter surgido como uma subsidiária do IBAD, “na prática seu alinhamento discursivo seguia o proposto pela ACSMT, entidade patronal com quem compartilhava membros e lideranças”. A autora acrescenta que havia uma disputa ideológica em relação à reforma agrária, no qual homens “democratas” e “cristãos” da ADEMAT falavam em nome de uma classe,

[...] que não era substancialmente a do homem do campo enquanto trabalhador, mas a dos grandes proprietários de terras. Assim é possível apontar que o desenvolvimento da ADEMAT enquanto grupo de ação política articulado deve-se em grande medida à mobilização de uma classe em prol da manutenção do direito e da intocabilidade da propriedade da terra. Esse movimento permitiu fortalecer e estreitar laços e vínculos entre aqueles cuja fonte de poder principal advinha da propriedade da terra (OLEGÁRIO, 2018, p. 136).

A ADEMAT possuía ainda relações com outras organizações e empresas, entre as quais: o Banco Financeiro de Mato Grosso, o Banco Agrícola de Dourados, o Banco Rural de Campo Grande e o BANAGRO. Segundo Olegário (2018, p. 85), “os referidos bancos eram instituições de crédito destinadas a satisfazer as necessidades de grandes proprietários de terras, fossem eles pecuaristas ou agricultores”.

A organização, assim como diversas outras que surgiram em períodos que precederam os golpes civis-militares, atuou de maneira clandestina. A radicalização da ADEMAT no estado atingiu o ápice durante o 31 de março de 1964, quando atuou ativamente na acusação e prisão de indivíduos considerados subversivos. De acordo com o militar Oswaldo Muniz Oliva (ex-integrante da ADEMAT), na noite do golpe civil-militar, os “civis da Ação Democrática de Mato Grosso, cujos líderes eram Mario Fragelli e Agostinho Bacha, detiveram todos os elementos suspeitos da região que pudessem causar problemas” (OLIVA, 2002, p. 121). Estes ficaram detidos ao longo da primeira semana da recém instalada “revolução gloriosa”.

A ADEMAT agia como um sistema de informação civil, realizando denúncias diretas ao comando da 9ª Região Militar. Alguns documentos produzidos pelos órgãos de informação da ditadura militar brasileira trazem indícios da existência de uma relação cooperativa entre a ADEMAT e o Exército. A exemplo do pedido de informação nº121, de 12 de novembro de 1971, do Serviço Nacional de Informação (SNI), que versa sobre a atuação do órgão: “No período anterior à REVOLUÇÃO realizava reuniões secretas com a presença quase sempre de militares das Forças Armadas, chegando a organizar um fichário de elementos comunistas e subversivos”. O documento ainda informa que “na fase aguda da revolução de 31 de março de 1964”, a ADEMAT “incorporou-se aos revolucionários militares, atuando, inclusive, juntos às patrulhas que executavam as prisões, fornecendo informações sobre núcleos de subversão na área e problemas gerais existentes no meio civil” (Serviço Nacional de Informação, p.1-2).

Segundo pedido de informação nº120, de 10 de outubro de 1979, que aborda a “crise na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso”, a ADEMAT é retratada como uma organização de extrema direita que, através dos seus associados, “demonstra radicalismo” e “objetivos nebulosos, [que] há muito perdeu a confiança das forças militares, além de sempre ter sido vista com certa reserva pela” Agência de Campo Grande e o Serviço Nacional de Informação.²⁷

De acordo com Olegário (2018, p. 142), a ADEMAT “não assumiu a forma de esquadrão da morte ou de grupo de extermínio, mas sim incorporou as características repressivas de ameaçar, constranger, infligir medo e usar do recurso da força em casos de conflito, com finalidades intimidatórias”. As intimidações e prisões, muitas vezes, eram realizadas por fazendeiros, advogados, engenheiros, entre outros, que realizavam militância armada anticomunista. A autora ainda enfatiza que o órgão não foi um fenômeno isolado.

²⁷ Informação nº 120/116/ACG/79. 10 out. 1979. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2019.

Outras organizações surgiram com propósitos de militância anticomunista e radicalizaram-se após o golpe, assumindo postura de paramilitarismo.

2.3.3 Campo Grande: cassação dos petebistas e a hegemonia política da Arena

Localizado na região Centro-Oeste, o Estado de Mato Grosso na década de 1960 registrava 330.610 habitantes, a maioria estava concentrada na capital Cuiabá. No período de 1950/1960 o crescimento populacional atingiu a taxa de 68,18% – o aumento deveu-se às políticas públicas destinadas a fomentar o povoamento das áreas que representavam baixas densidades demográficas. “As alterações expressaram-se também na divisão administrativa interna do Estado. Assim, em 1960, Mato Grosso passou a contar com 64 unidades municipais contra 35 existentes em 1950” (NUNES; GATTI; SOBRINHO, 2008, p. 3). Dos 64 municípios existentes, 35 estavam localizados na porção sul do Estado (atualmente Mato Grosso do Sul) e 29 estavam no norte de Mato Grosso.

Dentre os 35 municípios localizados no sul do Estado, Campo Grande despontava na liderança política da região. Em 1940, a cidade conquistou a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso, e a elite pecuarista mostrava seu orgulho e “convicção no ‘progresso’ e no ‘destino’ do município, que não era outro senão o de vir a se tornar capital” (BITTAR, 2009, p. 203). A fração dessa elite latifundiária/pecuarista, que se fixou no sul, constituiu, na visão de Paulo Machado Coelho (secretário de estado no governo José Fragelli – UDN), num “grupo de dirigentes políticos”, fator necessário para o “progresso das comunidades” (BITTAR, 2009, p. 206).

De acordo com Bittar (2009), Paulo Coelho Machado não foi o único a engrandecer Campo Grande. O jornal *Correio do Estado*, desde sua fundação, em 1954, a enaltecia. Expõe:

Na década de 1970, por exemplo, quando o regime militar editava propagandas ufanistas sobre o “gigantismo” do país e a necessidade de “progresso” a qualquer custo, o jornal publicava matérias nas quais Campo Grande aparece como *locus* do progresso, do trabalho, enquanto Cuiabá é retratada como símbolo da ociosidade e da apropriação da riqueza gerada pelos sulistas (BITTAR, 2009, p. 208).

Há anos a cidade já mostrava um crescimento progressivo; um dos fatores que mais impulsionou seu desenvolvimento foi a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1914. A NOB contribuiu para integrar o sul de Mato Grosso aos centros mais importantes do país, transformando Campo Grande o principal polo comercial do estado.

Aliados à NOB, outros fatores favoreceram Campo Grande: o clima, a fertilidade do solo, a sua localização nos campos de Vacaria e a sua privilegiada posição geográfica no centro da região sul do estado – como exposto no item “Campo Grande surgiu do boi”. Todos esses fatores contribuíram para o seu desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico. Na década de 1960 a cidade chegou a ter 74. 246 habitantes. Desse total, a população letrada era de 47.700 pessoas, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Bittar (2009), jornais, livros e documentos antigos revelam a ideia de progresso como aspecto sempre presente na trajetória de Campo Grande, que, anos mais tarde, substituiu em importância política a liderança de Corumbá (cidade portuária e cosmopolita que, desde o século XVIII, mantinha estreito contato com a capital do estado por meio da navegação fluvial) e Nioaque (onde teve origem importantes decisões políticas). Além disso, representou “uma nova fase em que uma elite intelectualizada se sobrepôs aos caudilhos” (BITTAR, 2009, p. 195).

Essa elite intelectualizada chegou a Campo Grande nas primeiras décadas do século XX. Fazia parte desse grupo Eduardo Olímpio Machado (advogado), Demóstenes Martins (ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, em 1951) e Arlindo de Andrade (juiz). Esses homens só alcançaram projeção no sul de Mato Grosso devido sua origem – provinham de famílias abastadas do Nordeste, o que lhes garantiu excelentes cargos públicos no estado. Bittar (2009, p. 201) ressalta: “Na condição de adventícios de outros estados, esses homens, que viriam a se integrar aos novos quadros da elite política sul-mato-grossense, aliaram-se aos chefes locais para ingressar na vida política comanda por grupos oligárquicos”. Esse novo reordenamento sociopolítico aliado à prosperidade econômica do município forjou uma elite dirigente no sul de Mato Grosso.

Campo Grande, que havia nascido para ter um “grande destino”, de acordo com a ideologia progressista das classes dominantes sul-mato-grossense, foi fundada em 21 de junho de 1872 por José Antônio Pereira, mineiro nascido em Barbacena. Em 23 de novembro de 1889 é elevada à categoria de Vila, e somente em 1910 recebeu o título de cidade, tornando-se capital do estado de Mato Grosso do Sul apenas em 11 de outubro de 1977 (quando o presidente Ernesto Geisel promulga a lei complementar nº 31 que cria o Estado de Mato Grosso do Sul).

A primeira legislatura do município (até então uma simples vila) foi realizada em 1902 quando foi escolhido Francisco Mestre como intendente. A eleição partiu da iniciativa privada, já que à época o isolamento da cidade levou à ausência de Poder Público.

Mais de cinquenta anos depois, em 1960, já elevada à categoria de cidade, Campo Grande tem como prefeito Antônio Mendes Canale, eleito pelo PSD, para o período de 31 de

janeiro de 1963 a 31 de dezembro de 1967. Conforme documento do IPM-709 (inquérito criado após a instalação do regime militar para investigar atividades do PCB e crimes de subversão, coordenado pelo general Ferdinando de Carvalho) na eleição de Canale, “houve infiltração vermelha, pois o candidato, supostamente, havia aceito “apôio maciço dos comunistas”²⁸. A observação feita pelos órgãos de vigilância devia-se ao fato de Canale manter amizades com integrantes do PCB.

Assumido o cargo, a preocupação constante de Canale foi com o saneamento, a drenagem do canal da Maracaju e demais córregos. Para resolver os principais problemas, criou, em 1966, o Serviço de Água e Esgoto de Campo Grande. Iniciou também o planejamento de remodelação da Avenida Afonso Pena e a urbanização das principais avenidas da cidade.

Para implementar os projetos traçados na gestão, Canale recebeu recursos liberados pelo presidente Emílio Garrastazu Médici para a solução de problemas de água e esgoto, do canal Maracaju, e para a construção da estação de tratamento de esgoto (realizada na segunda gestão de Canale, 1970-1973). A ajuda financeira fez com que o prefeito cogitasse a possibilidade de uma homenagem à Médici. O ex-prefeito conta que,

[...] queria colocar o nome do Médici na Maracaju, apesar das críticas que se fazem a ele. [...] Foi o Médici que deu os recursos. Se não fosse ele, não teríamos feito o que fizemos. Eu sei que foi na época dele, em 68, a fase mais dura da Revolução, quando as guerrilhas afloraram, a repressão foi maior e se praticou muita injustiça. Por isso, o pessoal não gostava muito do Médici e recebia, com uma certa reserva, a proposta de mudança do nome (CANALE apud BUAINAIN, 2006, p.138).

É durante a “Revolução” que o seu vice-prefeito, Nelson Trad (PTB), teve seus direitos políticos suspensos, em 13 de junho de 1964, sob a acusação de ser comunista. Ficou dez anos inelegível, retornando à política em 1979, quando é assinada a anistia pelo presidente João Baptista Figueiredo. De acordo com a informação nº 051 produzida pela Agência de Campo Grande, Trad foi acusado por [...] “suas convicções políticas contrárias ao atual governo e ao regime vigente”.

Sobre o episódio, Canale afirmou que a cassação foi “como tantas outras, injusta”. Para substituir Trad, é eleito Munir Bacha (UDN). A substituição não foi reconhecida pelo prefeito, que explica:

[...] eu não o reconheci porque a Câmara não tem poderes para tanto. Aí o Juracy Magalhães, Ministro da Justiça, me passa um telegrama dizendo que eu estava rompendo com os postulados da Revolução ao não cumprir a determinação da Câmara, que havia eleito o vice prefeito. [...] Por essa razão, não saí candidato em 1965 (CANALE apud BUAINAIN, 2006, p. 140).

²⁸ Informação nº 1 do IPM 709. Biblioteca Brasil Nunca Mais. Disponível em: < <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 28 ago 2019.

Outros integrantes da família Trad também foram vigiados pelo Regime Militar. Ricardo Trad (secretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso no governo de Pedro Pedrossian, dispensado em 15 de março de 1971), irmão de Nelson, foi acusado de manter contatos com “políticos adeptos do comunismo” na Guanabara, de participar do processo político liderado por João Goulart e Brizola, além de dar “fuga a terroristas que desejam viajar para o exterior”²⁹.

Além do vice-prefeito Nelson Trad, Antônio Mendes Canale teve três dos seus vereadores cassados pelo Comando Supremo da Revolução. Foram os políticos Abel Freire de Aragão, Roger Buainain e Willian Maksoud. Conforme Inquérito Policial Militar (IPM), coordenado pelo tenente coronel Cristiano Paulo de Campos Bergo, Abel Freire de Aragão foi enquadrado na Lei nº 1802/53 (Lei de Segurança do Estado), acusado de ser “ativo esquerdista” na Câmara Municipal, “onde foi favorável ao registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); ser “contrário à cassação de título de cidadania campo-grandense que havia sido concedido a Leonel Brizola”; revelar-se, “sempre, um político anti-americanista”; “ardoroso defensor das reformas de base, especialmente a Agrária, nos moldes preconizados por Leonel Brizola e João Goulart”; exibir em sua livraria (Livraria Rui Barbosa) livros de linha bolchevista; tecer críticas por meio dos artigos publicados no jornal “antirrevolucionário local *O Matogrossense*”; e participar de reunião com “os chefes do PC local, Alberto Neder, Nasri Siufi, Roger Buainain, etc., em casas de particulares ligados ao esquema janguista”³⁰.

Já o vereador Roger Buainain (PTB), também enquadrado na Lei de Segurança do Estado, foi indiciado no IPM instaurado pela 9ª Região Militar de Campo Grande, acusado de assinar manifesto de inspiração comunista. Conforme IPM, Buainain encontrava-se na mesma situação que Abel Freire Aragão, e podia ter o mandato cassado³¹. Willian Maksoud foi cassado pelas mesmas acusações que pesavam a seus companheiros.

Após o golpe civil-militar, a Câmara Municipal prosseguiu suas atividades normalmente, aprovando projetos e a resolução de cassação ao Título de Cidadão Campo-Grandense de Leonel Brizola. Ainda enviou ao presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, à Câmara Federal e ao Senado pronunciamento contra a volta da legalidade do Partido Comunista. Em 23 de abril de 1964, o major Júlio de Oliveira “procedeu diligências na

²⁹ Informação nº 276 de 27 de julho de 1971. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 28 ago 2019.

³⁰ Encaminhamento nº1162/16/75/ASP/SNI. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 28 ago 2019.

³¹ Informação nº 434/64. Biblioteca Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 25 ago 2019.

Câmara” para levantar documentos que indicassem “atividades comunistas” ou “subversivas” de vereadores (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005, p. 38).

Em 1968, ano em que o Brasil viveu o período mais repressivo da ditadura militar com a instauração do AI-5, foi eleito Plínio Barbosa Martins (UDN) para a prefeitura de Campo Grande, e Hélio Mandeta como vice-prefeito. Conforme documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), Plínio, durante a campanha eleitoral, combateu a “revolução de 64” e, depois de eleito, tomou posição contrária à Câmara Municipal e aos interesses dos munícipes em relação ao aumento de impostos urbanos, predial e territorial.

Em 25 de setembro de 1972, durante a IV Semana Jurídica, em Campo Grande, Plínio Barbosa palestrou sobre o tema “Democracia e Eleições” e teceu diversas críticas ao regime militar:

[...] democracia, todos sabem é o governo onde impera a vontade do povo. E esta consulta se faz através do meio de comunicação chamado eleição. Nela se mede a manifestação dos integrantes de uma coletividade. Mas, não se deve esquecer, a simples existência, a tolerância para que se proceda as eleições, por si só, não significa a real existência da democracia. Esta impera se a escolha do povo for acatada; e ela é acatada não só quando não é cassado, mas imprescindível também é o que escolhido seja respeitado em sua função e não exerça mandato sob o perigo audacioso de um cruel afastamento sem justificativa e sem explicação. [...] De nada vale se dizer democrata e consentir ou praticar a tirania; profundamente triste e deplorável para o povo será o fato de possuir em sua lei que traça duas diretrizes magnas – princípios consentâneos com a justiça distributiva e viver, ao mesmo tempo, em cenário onde se enxerga exceções à moral [...] Essa forma de organização política se escuda em princípios primordiais, os quais são calcados em última análise nos chamados Direitos do Homem. Um desses princípios constitui premissa democrática, seguindo a qual não pode a lei excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual. A constituição Brasileira consagrou essa norma no parágrafo 4º, do seu artigo 153, entretanto, ela mesma, logo adiante, em seu dispositivo de nº 181, determina: “Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução...”. Portanto, em um só corpo legislativo temos duas filosofias opostas: uma de cor azul, outra vermelha.³²

O pronunciamento foi considerado pelas autoridades militares uma afronta e Plínio foi dispensado da função de 2º auditor substituto da 9ª Circunscrição Judiciária Militar – função que ocupava em 1972. Conforme processo MJ60353/73, Plínio havia infringido o artigo 114 nº III da Emenda Constitucional nº 1/69, que veda juízes o exercício de atividade político partidária.

Outro político cassado após o AI-5 foi o deputado Wilson Barbosa Martins (MDB), que teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Para se precaver da “ira revolucionária”, Wilson Barbosa foi aconselhado por colegas da antiga UDN a se aliar ao governador em

³² Encaminhamento nº 2170. Arquivo Nacional Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 28 ago 2019.

exercício, Pedro Pedrossian, mas não o fez. Conforme Martins (2010), a sua negativa foi imediata e a sua atuação em defesa da democracia tornou-se mais firme. A linha política do ex-deputado era em defesa das reformas. Sobre sua atuação comenta que,

Como democratas, éramos todos pregadores das reformas – constitucional, agrária, eleitoral, urbana, dos recursos minerais (inclusive petróleo), da energia elétrica, bancária, administrativa – e defendíamos a democratização do ensino, o planejamento da administração, o combate à inflação e aos privilégios e uma política externa independente [...] (MARTINS, 2010, p.158)

De acordo com Martins, sua cassação “causou alguma dificuldade” ao partido, o MDB. “Nas eleições de 15 de novembro do mesmo ano perdemos a prefeitura de Campo Grande para a Arena, cujo candidato foi Antônio Mendes Canale [...]” (MARTINS, 2010, p.189).

O cenário no sul do estado, como foi brevemente exposto, foi marcado por diversas prisões, perseguições política e cassações de políticos contrários à ideologia do Comando Supremo da Revolução. As consequências do movimento golpista em Campo Grande, segundo o prefeito Canale, “foram um pouco maiores do que em outros lugares”. De acordo com ele, “aqui a ingerência civil foi maior. Eram civis prendendo civis” (BUAINAIN, 2006, p.140).

A ruptura democrática e a extinção dos partidos ceifaram as principais lideranças petebistas e impediram a maturidade do PTB – que, nos anos 60, ganhava estrutura de partido competitivo. Conforme Neves (2001, p. 232), “a ascensão do PTB, no início dos anos 60, confirmava as mesmas tendências nacionais de crescimento dos partidos mais progressistas, em contrapartida ao declínio dos partidos conservadores”.

Em Mato Grosso, o PTB configurava um partido pequeno, de presença constante, representação instável e caráter aliancista. Neves sugere que o PTB se interessava em manter a alternância PSD-UDN como uma estratégia “para impedir que um desses partidos fosse hegemônico – o que resultaria na ameaça à sua perspectiva de fortalecimento competitivo”. Se não fosse a ruptura democrática de 1964, “ocorreriam ameaças à correlação de forças dominantes do estado” (NEVES, 2001, p. 233).

O golpe civil-militar de 1964 impediu uma provável crise interpartidária com um partido (PTB) efetivamente competitivo e desestabilizador do sistema e do poder, que ameaçava a hegemonia bipartidária entre o PSD e a UDN no estado de Mato Grosso. Neves explica que

A interdependência partidária arranjada – um traço constante no período e uma verdadeira “usina” de práticas clientelistas e aliciadoras – poderia, então, estar em vias de ceder espaço para a efetiva competição multipartidária. Contudo, a ameaça petebista foi inviabilizada. A desagregação ao PTB teria influenciado no MDB que, pela mesma “herança”, não viu prosperar o seu crescimento competitivo [...] (NEVES, 2001, p. 243).

A consolidação do regime militar, portanto, consolidou o bipartidarismo autoritário em Mato Grosso e propiciou o momento e o espaço para a consecução da continuidade das elites dominantes. Com a extinção dos partidos em 1965, por meio do AI-2, há a supremacia arenista mato-grossense nas eleições entre 66-78, o que representou a consolidação do continuísmo dos traços e das mesmas estruturas que alicerçavam o poder dominante. “[...] essa hegemonia está diretamente relacionada com a concentração, na Arena, dos recursos políticos anteriormente dominados pelo PSD e pela UDN e pelas lideranças partidárias, do Norte e do Sul”. (NEVES, 2001, p. 270). Assim, a ruptura democrática consolidou as forças políticas que já eram dominantes e que estavam em consonância com o projeto nacional recém-instalada.

2.3.4 *Correio do Estado*: cria da UDN

Os arquivos do *Correio do Estado* confirmam as palavras do Chefe da Nação [Costa e Silva], no que diz respeito a Mato Grosso. As nossas edições são testemunhas do muito que êste diário lutou pregando a reforma que a Revolução acabou realizando no Brasil. Nós também contribuimos com a nossa parcela.³³

Essa afirmação foi feita pelo *Correio do Estado* na notícia “Costa e Silva: ‘A Revolução foi obra também da imprensa’”, veiculada em 13 de abril de 1969, quando o presidente comemorava dois anos de governo, e enfatizava que a imprensa ajudou “decisivamente” na tarefa de construção de consenso social acerca da necessidade de intervenção militar em 1964.

O posicionamento ideológico do jornal é claro nessa afirmação, e não é surpreendente quando se verifica a origem do seu nascimento: fundado em 7 de fevereiro de 1954, por grupo de políticos do sul de Mato Grosso ligados à UDN, o *Correio do Estado* fora utilizado para difundir a ideologia do partido. Segundo Scwhengber (2008, p. 3), quando criado, “[...] não escondeu suas intenções e anunciou que era produto e esforço das contribuições espontâneas de políticos e de militares da UDN – partido que abrigou defensores do movimento golpista de 1964, embrião da ARENA e sustentáculo do governo ditatorial. O diário, portanto, nasceu sob a tônica da política.

De acordo com Arakaki (2015, p. 132), o deputado udenista Wilson Barbosa afirmava que o *Correio do Estado* foi criado para “ser um jornal do partido, da UDN, pela UDN e para a UDN”. A serviço desse partido, o jornal buscou difundir as ações e a ideologia da ADEMAT

³³ *Correio do Estado*. 13 abril 1969, p. 3. Costa e Silva: “A Revolução foi obra também da imprensa”. Arquivo: *Correio do Estado*.

que, como exposto aqui, era composto por latifundiários e membros da UDN. A autora expõe que:

Durante o ano de 1963 a ADEMAT utilizou-se do jornal para protestar contra o que chamava “avanço do comunismo” protagonizado pelo presidente petebista João Goulart. Matérias e manchetes como “A turma dos mentirosos”, a ADEMAT protestava contra as ações do presidente e seus seguidores (ARAKAKI, 2015, p. 132).

O texto de apresentação publicado no primeiro dia de circulação anunciava que o jornal tinha o propósito de “servir o povo da nossa terra, informando-o, indagando dos seus problemas, empenhando-se na solução, batendo-se por seus direitos e verdadeiros interesses”. Em relação ao programa, afirmava ser modesto, e que a criação do veículo de comunicação só foi possível devido às “contribuições espontâneas de políticos, homens de partidos”. Sustentava que o jornal defendia “uma bandeira sem ser órgão estritamente partidário”³⁴.

Ao invés disso, o jornal mostrava-se totalmente partidário na sua linha editorial. Desde as primeiras horas da intervenção militar o periódico exaltava a “revolução”, com manchetes do tipo: “Brasil de Pé pela Liberdade”, veiculado em 1 de abril de 1964. É esse posicionamento ideológico que a presente pesquisa se debruçará em verificar e, por meio da Hermenêutica de Profundidade, identificar as estratégicas discursivas utilizadas pelo periódico para noticiar o recém instaurado governo militar. Uma das hipóteses levantadas é que o jornal se manteve alinhado à ideologia dominante e, assim como a grande mídia, foi a favor da intervenção militar em 1964.

Segundo Abreu (2008, p. 13), a produção intelectual desse período foi profundamente marcada pelo debate de ideias políticas, pela elaboração de projetos de desenvolvimento, pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo e, principalmente, pelo anticomunismo – “que não só permeou as décadas de 50 e 60, como chegou até os dias atuais”.

O jornalismo desse período tinha forte influência francesa – que foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Essa tradição, no entanto, foi gradualmente substituída pelo modelo norte-americano, que “privilegia a informação e a notícias e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (ABREU, 2008, p. 15).

Assim como a grande imprensa brasileira, o *Correio do Estado* seguiu esse paradigma, e produziu um jornalismo engajado, de opinião e doutrinário. O cenário mudou gradualmente a partir da década de 60, seguindo o fluxo de mudanças introduzidas pela imprensa nacional.

³⁴ *Correio do Estado*. 7 de fev. 1964. Nossa Apresentação. Arquivo *Correio do Estado*.

É importante ressaltar que esse jornalismo de combate e de opinião conviveu com o jornal popular, “que tinha como característica o grande espaço para o *fait divers* – a notícia menor, relativa aos fatos do cotidiano, a crimes, acidentes, etc. (ABREU, 2002, p.12). Esse modelo é observável no *Correio do Estado* que buscava noticiar assuntos políticos com importante engajamento político e permeado de opinião, assim como *fait divers*.

Os mentores do *Correio do Estado* foram os políticos Fernando Correa da Costa (governador), José Manuel Fontanillas Fragelli (primeiro diretor-presidente do periódico; então deputado estadual e que viria a tornar-se deputado federal, governador e senador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista). Também participavam empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles, Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador).

Os primeiros anos do jornal foram marcados pelo partidarismos da imprensa brasileira. Conforme Abreu (2002, p. 09-12), o debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o PSD e PTB; de outro, a UDN – dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação, “o que levou muitas vezes a ter papel ativo nas crises que sacudiram o país”. Mato Grosso seguiu a tendência e teve dois jornais de expressão que traziam a ideologia de dois partidos distintos: *O Progresso* (PSD), de Dourados; e *Correio do Estado* (UDN), de Campo Grande. Esses dois partidos, contrários ao presidente João Goulart, acompanharam a grande imprensa nacional no combate ao governo e contribuíram para a criação de consenso social em relação à necessidade de intervenção militar.

O PSD e a UDN, segundo Scwhengber (2008), foram “fundados em 1945 com a finalidade de participarem do processo democrático que se apontava devido ao desgaste do regime autoritário do Estado Novo”. Mas, em 27 de outubro de 1965, são extintos pelo Ato Institucional nº 2.

O Partido Social Democrático (PSD) fundado pelos aliados de Getúlio Vargas, concentrava as alas mais conservadoras aliadas a Vargas e, ideologicamente, era o principal representante da socialdemocracia no país. Tinha como representantes os ex-presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946 -1950) e Juscelino Kubitschek (1956 – 1960). Extinto pelo AI-2, retorna a ativa somente na década de 1980.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coligação do presidente Goulart – deposto pelo processo golpista –, tinha forte penetração nos sindicatos. Era o partido mais à esquerda da política nacional e constantemente acusado de comunista pelos adversários. A acusação se

baseava no fato de o partido defender a reforma agrária, urbana e universitária, o crescimento econômico e a Política Externa Independente.

A UDN reunia antigos políticos de oposição ao Governo Vargas. Era um partido de orientação conservadora de direita que congregava setores da burguesia e da classe média urbana. Os integrantes pertenciam às antigas oligarquias regionais que comandavam os estados. Entre as bandeiras que defendiam estavam o capital estrangeiro e a iniciativa privada, sendo radicalmente contrários à reforma agrária e as políticas populares. Essa orientação deve-se ao fator principal que permeava o interesse da classe: a defesa da propriedade privada.

Neste ponto, resgatamos Bittar (2015) para ressaltar que, na época, a elite pecuarista era composta por políticos e membros da UDN que pertenciam a porção sul do estado. Para essa elite o progresso – elemento que distinguia Campo Grande –, derivava da pecuária. Pontuado esse aspecto, a indagação que surge é: qual o interesse dos latifundiários e políticos do sul do Estado em criar o *Correio do Estado*?

A resposta pode ser encontrada na análise do quadro de membros da UDN. O partido era formado por uma elite pecuarista que buscava defender seus interesses econômicos, entre eles, a defesa da propriedade privada. Encontrava-se nesse grupo, os mentores do *Correio do Estado*, Fernando Correa da Costa e José Manoel Fontillas Frageli – ambos ligados a laços familiares, como expõe Bittar:

José Manoel Fontillas Frageli, ou simplesmente José Fragelli, uma das expressões políticas mais importantes da vida pública mato-grossense e sul-mato-grossense, conforme citamos, vincula-se, por laços matrimoniais, à família Alves Ribeiro que, por sua vez, se ligou à Corrêa Costa. A esposa de José Fragelli é neta de Pedro Celestino, filha do Coronel Zelito e sobrinha de Fernando Corrêa da Costa, principal líder da UDN nos anos de 1950 em Mato Grosso. Desse modo, [...] José Fragelli, descendente de imigrantes italianos, vincula-se a duas das mais importantes famílias que compõem a elite agrária sul-mato-grossense (BITTAR, 2009, p. 72).

Não é de estranhar, portanto, que o *Correio do Estado* tenha nascido para ecoar a ideologia dominante no sul de Mato Grosso, que tinha como motivação principal deter a reforma agrária proposta pelo presidente Goulart e defender a propriedade privada – vista como direito sagrado. O jornal, portanto, representou uma grande força política para a UDN estadual, que tinha muitos partidários em Campo Grande. Scwhengber (2008) ressalta que o *Correio do Estado* foi um importante instrumento político para a UDN estadual que assumiu posição de destaque após 1964 ao apoiar o regime. Assim, o jornal foi ator no processo de cooptação e convencimento doutrinário da sociedade nas vésperas do golpe.

Aqui relembremos um aspecto importante: o golpe midiático-civil-militar de 1964 instalou-se com um “forte consentimento civil”. Entre outros setores, principalmente o

empresarial, a imprensa de maior prestígio e circulação foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional” (ABREU, 2002, p.13). Esse arremetimento em prol da intervenção militar, não foi confabulado somente pela grande imprensa, os meios de comunicação do interior do Brasil, a exemplo do objeto aqui estudado, *Correio do Estado*, foram veículos importantes para a criação de consenso em território nacional. O posicionamento do jornal, como já foi exposto acima, encampava as ideias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN.

O *Correio do Estado*, no entanto, permaneceu por pouco tempo nas mãos do grupo que o formou. Conforme Schwengber (2008, p. 3-4), após a eleição para o segundo mandato de Fernando Correa da Costa para governador, em 1960, este político e os deputados udenistas responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo. Apesar disso, a autora ressalta que,

[...] Depois que passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, o periódico não abandonou seu caráter conservador de direita, mas começou a se tornar um pouco mais profissional e acompanhar as mudanças tecnológicas e de conteúdo que ocorreram na imprensa nacional (SCHWENGBER, 2008, p. 3).

Com a desistência do grupo político, portanto, José Barbosa Rodrigues passa a gerenciá-lo junto a seu acionista José Inácio – que mais tarde vende sua parte da empresa a Rodrigues, que passa a ser o único proprietário. Ele entra no *Correio do Estado* em 1957, quando recebe a proposta de substituir o editor Arani Souto – desligado da empresa sob a alegação de não conhecer nada da cidade. A mudança na direção do jornal não mudou sua linha editorial, e este continuou refletindo os interesses partidários e dos grandes proprietários de terras do sul do estado.

Em relação ao projeto gráfico, o diário vespertino era composto por oito páginas, formato tablóide e tiragem de dois mil exemplares para uma população de 50 mil habitantes em Campo Grande. A primeira edição trazia notícias locais e regionais produzidas por correspondentes, espaço para crônicas, colunas religiosas, *Correio Agrícola*, *Seção trabalhista*, além de notícias de agências.

Com Rodrigues na direção, o jornal passou por algumas modificações: contratação dos primeiros jornalistas. Anteriormente, era editado por colaboradores ligados aos políticos que o fundaram. Conforme Andrade (2015, p.70), o “novo proprietário também passou a envolver seus filhos Antônio João Hugo Rodrigues, José Maria Hugo Rodrigues, Marcos Fernando Hugo Rodrigues e Paulo de Tarso Hugo Rodrigues (os três últimos já falecidos) na empresa”.

Em relação à modernização do diário, Schwengber (2008, p. 5) afirma que é a partir da participação administrativa de Antônio João que se começa a investir pesado:

O *Correio do Estado* foi pioneiro dentre os periódicos do antigo sul de Mato Grosso e também do já criado Mato Grosso do Sul a implantar algumas tecnologias, a exemplo das máquinas que agilizaram o processo de impressão. Em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas. O investimento em tecnologia foi uma tendência da grande imprensa brasileira a partir da década de 1950, que o *Correio do Estado* acompanhou. As inovações que se implantavam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo logo chegavam ao periódico campo-grandense, que sempre teve *O Estado de São Paulo* como seu paradigma (SCHWENGBER, 2008, p. 5).

Sob o comando da família Rodrigues, o jornal priorizou notícias locais, mas sempre “sintonizado com assuntos de repercussão nacional que recebiam destaque nos grandes jornais, principalmente a economia e a política” (SCHWENGBER, 2008, p.5). Essa opção é visível na cobertura jornalística realizada pelo *Correio do Estado* no recorte temporal pesquisado (1964 e entre dezembro de 1968 e 1969). O jornal, ao mesmo tempo que buscou informar sobre acontecimentos próximos ao leitor – à guisa de exemplo, a falta de água no bairro Amambaí –, publicava assuntos nacionais e internacionais que ganharam destaque na grande imprensa.

Como exposto acima, apesar de Rodrigues ter assumido a direção, o jornal seguiu orientação conservadora e continuou difundindo a ideologia das classes dominantes do sul de Mato Grosso. Esse alinhamento ideológico com as classes dominantes fez com que o jornal adotasse postura favorável à instalação do governo ditatorial. O apoio não foi desinteressado: a boa relação de Rodrigues com os militares, rendeu-lhe, em 1976, “a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, quando o *Correio do Estado* deixou de ser apenas um jornal e passou a ser um grupo (SCHEWENGBER, 2008, p. 5-6).

A modernização e investimentos do governo em infraestrutura ocorrida no período conhecido como “milagre econômico” (entre 1968 e 1973), foi marcado pela ampliação do comércio mundial, do capital financeiro internacional, e o crescimento do PIB em média de 10% ao ano. Esse crescimento, no entanto, aprofundou a desigualdade social e legou ao país uma dívida externa sem precedentes. A ditadura militar também foi responsável por políticas de desenvolvimento dos municípios, e Campo Grande foi uma das cidades do centro-oeste que mais cresceu durante o período. Crescimento este que repercutiu no *Correio do Estado*, pois o número de leitores como o de anunciantes aumentaram.

Ainda, um dos reflexos desse período é o desenvolvimento do jornalismo econômico. Antes de 1964, a editoria era insipiente, a cobertura era restrita e ocupava pouco espaço nos grandes jornais brasileiros. Abreu (2002) explica que, até os anos 70, o noticiário econômico era essencialmente financeiro ou comercial, voltado para informações práticas: entrada e saída de navios, preços e produção de itens agrícolas, cotação da bolsa e informação sobre câmbio.

“Quando outros temas apareciam, não vinham acompanhados de análise, pois não existia um grupo de jornalistas especializados em assuntos econômicos dentro das redações” (ABREU, 2002, p. 21).

Durante o governo ditatorial, no entanto, a editoria se expandiu e serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares – que a utilizavam para apregoar o discurso oficial do governo e concentrar elogios aos seus feitos na área econômica. “Era importante para o governo que a imprensa divulgasse as conquistas e avanços de sua política econômica, já que o desempenho da economia era fonte de legitimação política para um regime instalado e mantido pela força (ABREU, 2002, p. 22).

A imprensa, vigiada e censurada, não publicava temas que pudessem representar crítica ao governo, e o jornalismo econômico, portanto, entra como substituto do noticiário político, pois corria menos risco de ser censurado. O *Correio do Estado* seguiu o fluxo e desenvolveu “o hábito de pautar assuntos que levasse ao conhecimento do público as transformações econômicas positivas da região” (SCHENGBER, 2008, p. 6). Foi nesse período também que a expansão agrícola começou a se tornar assunto importante na imprensa sul-mato-grossense. “O agronegócio que se fortalecia foi decisivo para que o *Correio do Estado* contratasse um correspondente em Dourados, em 1976, e posteriormente instalasse uma sucursal naquela cidade” (SCHWENGBER, 2008, p. 6).

Atualmente, o grupo *Correio do Estado* é composto pelas emissoras de rádio Mega 94 FM e Rádio Hora, e pelas empresas AgiumSoft, Portal de Imóveis Vem pra Casa, Portal de veículos, Vip Marcas e a Produtora de vídeos Macaw.

De acordo com mídia kit do jornal, a versão impressa do *Correio do Estado* possui mais de nove mil assinantes, nas 32 principais cidades e tem tiragem diária de mais de 11 mil exemplares. No portal digital, o jornal tem mais de cinco mil visualizações diárias e mais de 2 milhões de usuários únicos.

2.4 Análise formal ou discursiva

Superada a etapa da análise sócio-histórica, parte-se para segunda fase da Hermenêutica de Profundidade: a análise formal ou discursiva, que busca apreender na estrutura interna das formas simbólicas, o modo como estas estariam mobilizando a produção de sentido. Em outras palavras, é a interpretação do que foi dito através da análise das características estruturais do texto.

A análise discursiva tem raízes diversas e heterogêneas. Na definição da corrente anglo-saxônica, o discurso abrange “qualquer forma de interação formal ou informal, qualquer linguagem no seu contexto social e cognitivo (BARDIN, 2016, p. 276). Para os pensadores franceses ligados à escola estruturalista e à linguística o discurso é entendido como “organizações transfrásicas que decorrem de uma tipologia articulada em condições de produção sócio-históricas” (MAINGUENEAU apud BARDIN, 2016, p. 276). Thompson, por sua vez, usa o termo discurso de um modo geral para se referir às instancias de comunicação corretamente presentes (THOMPSON, 2011, p. 371).

Seguindo a formulação de Thompson, um dos pressupostos da HP é que as formas simbólicas têm a potência de expressar intenção de quem interage por meio delas produzindo sentidos e tentando, de certo modo, fazer produzir sentido.

Para compreender o *modus operandi* da ideologia, as formas simbólicas serão dissecadas para produzir um processo de análise, de separação e categorização, e, assim, compreender os seus sentidos. Busca-se, dessa forma, compreender os sentidos presentes e, posteriormente, processar uma recomposição de seus componentes na fase da reinterpretação. Esse processo assemelha-se à Análise de Conteúdo desenvolvido por Bardin – técnica adotada na pesquisa.

A tarefa de avaliar a estrutura interna das formas simbólicas abre uma gama muito grande de opções de técnicas de análise, pois muitas são as possibilidades de realizar essa etapa. Como Thompson não determina um método específico para a análise formal ou discursiva, apenas sugere alguns métodos como a análise semiótica, análise discursiva, análise de conversação, análise narrativa, análise argumentativa e análise sintática, optou-se pela Análise de Conteúdo – que é uma técnica de investigação de matriz semiológica que, através da descrição, objetiva determinar a influência cultural das comunicações de massa na sociedade.

A origem da Análise de Conteúdo está na linguística e sua metodologia remete à ideia de contexto que não se prende apenas à linguística, mas analisa o texto como um todo. De acordo com Bardin (2016, p. 27), é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Entre as funções da Análise de Conteúdo, como técnica de pesquisa, está a busca de desvendar o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está

sendo comunicado. Na perspectiva de Bardin (2016, p. 15), a análise de conteúdo é um esforço de interpretação que oscila entre dois polos: do rigor da objetividade e da subjetividade.

Entre os processos da Análise de Conteúdo estão a categorização temática e as inferências obtidas por meio da fragmentação do texto em unidades de registro, que contribuirão de forma significativa para a terceira etapa da Hermenêutica de Profundidade, a interpretação/ reinterpretação.

A técnica será aplicada em notícias veiculadas no *Correio do Estado* em 1964 e entre 1 de dezembro de 1968 e 31 de dezembro de 1969. Esse recorte compreende o início do regime militar e o período mais autoritário da ditadura, quando é instaurado o Ato Institucional nº5.

Na análise será empregada uma abordagem qualitativa (inferencial), em que o texto será fragmentado em unidades de registro e, posteriormente, agrupado em categorias temáticas, que permitirá realizar as inferências. O método da Análise de Conteúdo compreende quatro fases:

- 1) Pré-análise: sistematização das ideias iniciais para conduzir um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas. Nesse primeiro momento foi realizada uma leitura do objeto de pesquisa para constituir o corpus do trabalho e para a elaboração dos indicadores que irão fundamentar a interpretação final.
- 2) Exploração do material: nessa fase foi realizada a codificação e categorização. A codificação visa extrair do texto unidades de registro – frases, parágrafos, temas, unidades de significação etc. –, que serão agrupadas nas cinco categorias proposta por Thompson para identificar os modos de operação da ideologia. São elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação.
- 3) Categorização: fase em que os elementos extraídos da etapa anterior foram agrupados em unidades de registros que tinham elementos de significação em comum. Esse grupo pode ser formado, por exemplo, por identidades semânticas, ou seja, temáticas, que contribuirá na organização das unidades de registros para a investigação dos modos de operação da ideologia.
- 4) Inferência: etapa que visa a interpretação dos textos. É o momento que se busca analisar aquilo que está por trás das palavras que constitui o discurso propagado pelo *Correio do Estado*. É nesta etapa que se busca outras realidades através das mensagens. Ponto que coincide com a interpretação proposta por Thompson.

Todas essas etapas serão aplicadas nos capítulos três e quatro, que compreendem as análises das formas simbólicas. Após expor o processo de constituição do *corpus* de pesquisa e as categorias, realizar-se a última etapa da análise, a interpretação e reinterpretação.

2.5 Interpretação/reinterpretação

Complementar as outras etapas da HP, a interpretação/reinterpretação busca compreender o que representam as formas simbólicas – fase que tem correspondência com a etapa de inferência da Análise de Conteúdo. Conforme Thompson, essa última etapa da análise é facilitada pelo método da análise formal ou discursiva e análise sócio-histórica, como categoricamente assinala:

Os métodos da análise discursiva procedem através da análise, eles quebram, dividem, desconstruem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem o que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva. A interpretação constrói sobre esta análise, como também sobre os resultados da análise sócio-histórica (THOMPSON, 2011, p.375).

A interpretação/reinterpretação, portanto, “implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados” (THOMPSON, 2011, p.375). Busca-se compreender, portanto, o aspecto referencial das formas simbólicas, ou seja, formulam-se interpretações viáveis e plausíveis sobre o que essas formas simbólicas tentam dizer, para além do que normalmente se apreende delas no cotidiano social.

Nesse ponto, Thompson (2011, p.358) faz uma observação importante: o “objeto de nossas investigações é, ele mesmo, um território pré-interpretado”. Ao analisar as formas simbólicas, portanto, oferece-se uma reinterpretação de um campo pré-interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica faz parte.

Todo esse processo, articulado e sistematizado, é indispensável à análise das formas simbólicas para se evitar cair em problemas apontados por Thompson, como o reducionismo (quando negligencia-se a estrutura e o conteúdo das formas simbólicas e se analisa somente as funções sócio-históricas de sua produção e recepção) e o internalismo (negligencia as condições sócio-históricas ao focalizar somente nos padrões e estrutura das formas simbólicas).

A interpretação da ideologia – foco principal da pesquisa –, é uma forma particular do uso da HP que enfoca o potencial crítico deste instrumento. As diferentes fases da HP, portanto, são direcionadas às necessidades de pesquisa em termos de contextualização do cenário e fixação dos modos nos quais a ideologia pode estar sendo operada (MOTTA, 2014, p. 10).

Ela se apoia sobre cada uma das fases do enfoque da HP, mas toma essas fases de uma maneira particular com a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Thompson (2011) explica que a interpretação da ideologia é uma interpretação das formas simbólicas que procura mostrar como, em circunstâncias específicas, o sentido mobilizado pelas formas simbólicas serve para alimentar e sustentar posse e o exercício do poder.

Referente as etapas da HP, no nível da análise sócio-histórica, a preocupação com a ideologia orienta o exame em direção às relações de dominação que caracterizam o contexto no qual as formas simbólicas foram produzidas e recebidas. Portanto, na análise, presta-se atenção às relações de dominação que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação. Afinal, o ponto central é compreender as maneiras em que essas relações são alimentadas e sustentadas pelas formas simbólicas que circulam no campo social.

No nível da análise formal ou discursiva, o processo foca em identificar as características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado. Ou seja, ao relacionar as formas simbólicas à dominação, o processo de interpretação busca mostrar como essas podem operar como ideologia em circunstâncias sócio-históricas específicas (THOMPSON, 2011, p. 380).

Para isso, as cinco categorias formuladas por Thompson serão empregadas para identificar o *modus operandi* da ideologia. Identificadas as estratégias de operação da ideologia, a interpretação/reinterpretação busca "explicitar a conexão entre sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar" (THOMPSON, 2011, p. 379). Essa fase, portanto, tem o papel de síntese criativa, no sentido que ela procura juntar os resultados da análise sócio-histórica e discursiva, para mostrar como o sentido das formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.

As cinco categorias elaboradas por Thompson para identificar as estratégias utilizadas de operação da ideologia nas notícias veiculadas pelo *Correio do Estado* são apresentadas a seguir.

2.6 *Modus operandi* da ideologia

Após analisar algumas das fases principais na história do conceito, Thompson (2011) propõe um método de investigação da ideologia nos meios de comunicação de massa que está interessado com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder.

Como ressalta o autor, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 76).

Na reformulação do conceito de ideologia, o teórico elabora três conceitos que necessitam ser desenvolvidos: a noção de sentido, o conceito de dominação e as maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Thompson (2011, p. 79-80) explica que

Ao estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer relações de dominação, o sentido com o qual estamos interessados é o sentido das formas simbólicas que estão inseridas nos contextos sociais e circulando no mundo social. Por “formas simbólicas, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. [...] Podemos falar de “dominação” quando relações estabelecidas de poder são “sistematicamente assimétricas”, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Para a análise, o autor propõe estratégias para identificar os modos de operação gerais da ideologia e indica algumas maneiras como eles podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica. “O exame das estratégias típicas de construção simbólica pode alertar-nos para algumas das maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como pode delimitar um raio de possibilidades para a operação da ideologia” (THOMPSON, 2011, p.82).

São apresentados cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode operar: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. As categorias foram desenvolvidas para identificar como esses modos e estratégias servem para estabelecer a ideologia dominante. Sendo, portanto, um método eficaz para analisar os modos e estratégias de operação da ideologia pelo *Correio do Estado*, que buscava legitimar o movimento golpista de 1964.

As estratégias de construção simbólica formulada por Thompson são:

Legitimação: de acordo Max Weber, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas, ou seja, “como justas e dignas de apoio”. Há três tipos de fundamentos sobre os quais a afirmação da legitimação está baseada: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais) e carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça a autoridade).

Entre as estratégias utilizadas nos discursos de legitimação inseridos nas narrativas midiáticas estão a *racionalização* (cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar um

conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir o público de que isso é digno de apoio); *universalização* (interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos); e a *narrativização* (histórias que contam o passado e abordam o presente com parte de uma tradição eterna e aceitável).

Dissimulação: pode ser estabelecida e sustentada pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou por serem representadas de uma maneira que desvia a atenção do público da questão central. As estratégias utilizadas são o *deslocamento* (conotações positivas ou negativas são transferidas de um indivíduo para outro); *eufemização* (quando é dado destaque aos aspectos positivos de uma situação, pessoa ou instituição); e o *tropo* (a metonímia, ou sinédoque e a metáfora são usadas para dissimular as relações de dominação).

Unificação: construção de uma identidade coletiva por meio de formas simbólicas. São estratégias dessa categoria: *padronização* (as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica); *simbolização de unidade* (construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva que são difundidas por grupos);

Fragmentação: ao contrário da unificação, visa segmentar o grupo dominante ou de oposição. As estratégias da *fragmentação* é a *diferenciação* (ênfata as diferenças, as divisões que desunem os grupos de oposição) e o *expurgo do outro* (baseia-se em construir uma imagem do outro como inimigo, perigoso e ameaçador, no qual os grupos são chamados para resistir e expurgá-lo).

Reificação: acontecimentos são retratados como naturais, permanentes e atemporais, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado. Ou seja, há o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos. São suas estratégias: *naturalização* (fenômenos resultantes de um processo social e históricos são retratados como acontecimentos naturais); *eternalização* (acontecimentos socio-históricos são esvaziados de seu caráter históricos ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes); *nominalização* (sentenças, descrições da ação dos participantes são transformadas em nomes, por exemplo, “o banimento das importações” ao invés de “o Primeiro-ministro decidiu banir as importações”); e a *passivação* – que ocorre quando a estrutura da sentença é colocada na voz passiva. Em síntese, a *nominalização* e a *passivação* apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem por si só.

As categorias apresentadas por Thompson são estratégias usadas e maneiras como o sentido pode ser construído e difundido no mundo social e pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação. Estratégias essas que podem ser encontradas na construção

simbólica dos discursos do jornal *Correio do Estado* para mobilizar a sociedade campo-grandense em prol da intervenção militar.

Expostas todas as fases de análise da HP e apresentada a análise sócio-histórica, o próximo capítulo apresentará o *corpus* de pesquisa que será empregada na análise para identificar os *modus* de operação da ideologia e realizar as inferências das construções simbólicas, ou seja, a interpretação e reinterpretação.

3. 1964: *Correio do Estado* legitima o golpe midiático-civil-militar

O poder das palavras em manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia. “O campo de produção simbólica é um microcosmo de luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses de luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores de produção” (BOURDIER, 2002, p. 12). Ou seja, diferentes classes, envolvidas numa luta simbólica, buscam impor a definição do mundo social de acordo com seus interesses, e impõem o campo de tomadas de posições ideológicas reproduzindo “em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIER, 2002, p.11).

Quando analisamos a luta simbólica no campo jornalístico para definir o processo que resultou no golpe midiático-civil-militar de 1964 e, posteriormente, na ditadura militar, é possível identificar dois polos importantes: os que construíram uma narrativa de que o governo ditatorial salvou o Brasil do golpe esquerdista que visava implantar o comunismo e outro que considerava a “revolução” um golpe dado por classes dominantes que visavam assegurar seus interesses econômico e político. As formas simbólicas mobilizadas por grande parte da imprensa buscaram construir consenso social em prol de um projeto político que apregoava a intervenção militar como a única alternativa de preservar a democracia. Sendo assim, se o discurso pelo qual passa a comunicação é compreendido como zona de conflito e campo de disputa, podemos interpretar que este conflito acontece em busca do poder ou de sua manutenção, conforme Bourdieu (2001).

Na fase exploratória para a organização do objeto de pesquisa, a narrativa construída pelo *Correio do Estado* sobre o golpe midiático-civil-militar evidenciou um alinhamento ao discurso hegemônico que visava legitimar o governo ditatorial por meio de diversas justificativas: salvar o Brasil do golpe esquerdista, reestabelecer a economia, acabar com a corrupção, levar progresso para Mato Grosso, entre outras. Esse discurso foi construído por uma elite que tinha acesso ao campo jornalístico. Eram políticos ligados à UDN, militares, médicos, grandes proprietários, entre outros, que buscavam estabelecer campos de interação com seus leitores e persuadi-los em prol de um projeto político.

A comunicação, portanto, buscou cumprir uma função política de construir consensos, legitimar e/ou impor a hegemonia. Afinal, como expõe Bourdieu (2001), os processos comunicacionais, localizados na esfera dos sistemas simbólicos – arte, língua, religião, etc. – destinam-se à manutenção do *status quo* social, e não somente à sua reprodução.

Essa noção de poder simbólico aponta para uma dominação por meio dos aparatos de produção de bens simbólicos, essenciais para garantir que a dominação seja reconhecida como legítima, atuando, sem que se perceba, as significações que se coadunam com os interesses dos dominantes. É importante ressaltar que as formas simbólicas compreendem um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são reproduzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros construtos.

Com o objetivo de lançar um olhar crítico para o discurso produzido pelo *Correio do Estado* em dois momentos importantes da história do Brasil: o golpe midiático-civil-militar de 1964 e a governo ditatorial em 1969, quando está em vigência o AI-5, a análise crítica da construção simbólica permite um olhar sistemático e rigoroso, afim de identificar o *modus operandi* da ideologia. Afinal, como ressaltava Motta:

Todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta. A análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar esse jogo de poder, descortinar a correlação de forças que exerce nas relações discursivas interpessoais e coletivas (MOTTA, 2013, p.19).

Finalizada, portanto, a primeira fase do enfoque da HP proposta por Thompson (2011), na qual foi reconstruído o contexto sócio-histórico da produção das formas simbólicas, passamos para a segunda etapa do trabalho: a análise discursiva.

Esta fase visa à organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações. Para isso, recorreremos às etapas de organização, codificação e categorização. Na fase de exploração heurística do material, o objetivo foi analisar os jornais que apresentavam conteúdo que pudessem fornecer informações sobre a temática pesquisada. Para isso, seguiu-se as regras de exaustividade (seleção do material relacionado com o objeto pesquisado), representatividade (amostragem representativa sobre o tema), homogeneidade (textos que tenham ponto em comum, ou seja, coerência entre as diversas matérias) e pertinência (os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação).

Considerando os elementos elencados acima, o *Correio do Estado* foi o que apresentou conteúdo mais representativo para a análise, oferecendo denso material sobre o golpe midiático-civil-militar de 1964. O recorte temporal escolhido foi o ano de 1964 – quando ocorre o golpe, e entre dezembro de 1968 e 1969. O último período foi selecionado devido à promulgação do Ato Institucional nº5, fase mais repressiva do período ditatorial, caracterizado pela repressão direta aos meios de comunicação, coerção política, torturas, etc.

Antes de partir para a análise interpretativa, é importante ressaltar anos 60 foram marcados por um jornalismo partidário e engajado. Alguns jornais, a exemplo do *Correio do Estado*, nasceram para defender uma bandeira e, à época, produziram um jornalismo de opinião

e doutrinário. Esse posicionamento fez com que os periódicos construíssem e referendassem um discurso que tornou a eloquência uma arma política, valendo-se da retórica intempestiva e emocionada (BARBOSA, 2017, p.181). Barbosa expõe:

[...] a reprodução de um discurso bacharelesco, falando como oradores e portadores de um ideal de verdade, defendido como fundamental para a consecução da justiça. [...] Os jornais se autoinstituem como lugares de formação do leitor. Pelo combate, seja nos editoriais, seja nas notícias, produzem um sentido único para a cena política, não abrindo espaço ao diálogo. O tom autoritário não comporta outras visões em que reproduzem uma temática única – o discurso de oposição – com o propósito de impor uma percepção do momento histórico em que se vivia. (BARBOSA, 2017, p. 181).

Grande parte da imprensa brasileira adotou um posicionamento combativo que buscou deslegitimar o governo de João Goulart ao mesmo tempo que defendia uma intervenção militar para “salvar” o Brasil do “perigo comunista”. O *Correio do Estado* não foi exceção e adotou o mesmo tom combativo na sua cobertura. Durante todo o ano de 1964, por exemplo, as notícias eram enquadradas em duas perspectivas: deslegitimação do governo Goulart e, ao mesmo tempo, a legitimação do governo ditatorial.

Percebido essas duas angulações centrais, foram esquematizadas as notícias de maior relevância sobre o tema. Nesse processo, foram consultadas 1.570 páginas de 281 edições do jornal, de onde foram selecionadas as 15 notícias, que resultaram em 51 unidades de registro.

A análise da cobertura jornalística de 1964 é composta por 12 unidades de registro, classificadas nas seguintes categorias: legitimação, unificação, dissimulação e fragmentação. Cada categoria representa as estratégias utilizadas na construção simbólica para difundir a ideologia defendida pela empresa jornalística.

A Fragmentação

1) Título: Jornada democrática em meio a agitação

Embora o País viva momentos de agitação e os mais pessimistas antevejam a derrocada do regime, o povo vai cerrando fileiras em torno de Carlos Lacerda e realizando uma verdadeira jornada democrática de fortalecimento do regime ameaçado pelas esquerdas. *Correio do Estado* – 08/01/1964.

A *fragmentação* é um dos cinco modos gerais de operação da ideologia indicadas por Thompson (2011) para identificar as estratégias utilizadas na construção simbólica, que servem para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação.

De acordo com o autor, relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentado aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso e ameaçador. Dentro desse modo de operação há duas estratégias: a *diferenciação* e

o *expurgo do outro* (como apresentado no item 1.8). As unidades de registros selecionadas nessa categoria fazem uso desse modo de operação, que serve para sustentar relações de dominação.

O fragmento em epígrafe é a primeira *unidade de registro* selecionada para analisar os modos de operação da ideologia utilizados na cobertura jornalística do *Correio do Estado*. A notícia “Jornada democrática em meio a agitação”, publicada em 8 de janeiro de 1964, na parte superior da primeira página do jornal, é composta por cinco colunas de texto.

Em essência, a notícia relata a visita de Carlos Lacerda à Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, para paranimfar uma turma de formandos. O foco dado à matéria é político: Carlos Lacerda é retratado como a “única solução para a garantia das instituições e para o progresso do país”, e para solucionar a “agitação” social que o país enfrentava.

Durante o ano de 1964, o jornal foi incisivo e classificou o cenário político como “momentos de agitação”. A construção simbólica refere-se às sucessivas greves que estouraram na administração de Goulart, às organizações sindicais que lutavam para ganhar espaço no cenário político e, principalmente, à questão agrária.

A narrativa da *unidade de registro* é construída com base em três temas centrais que fundamentam o discurso: a agitação social (1), Lacerda como solução à agitação (2) e o “movimento democrático” ensejado pela população (3).

O primeiro tópico, agitação social, remete aos diversos movimentos sociais que ganhavam espaço no cenário político no início dos anos 60 – período marcado por diversas manifestações sociais e participação popular. Alguns estudiosos expõem que, pela primeira vez, um “sujeito histórico coletivo” entrou em cena na sociedade brasileira (DELGADO, 2014, p. 73). A intensificação dos comícios e greves, tanto em áreas urbanas quanto rurais, motivadas por questões salariais e também como forma de pressionar o poder público para a realização das reformas de base.

As reformas de base reuniam um conjunto de iniciativas: as reformas bancárias, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Além disso, previa uma intervenção mais ampla do estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos no país, mediante a regulamentação de remessas de lucros para o exterior. Mas foi a reforma agrária o carro-chefe das reformas, pois visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais.

Entre as diversas causas da agitação e instabilidade no país, a reforma agrária firmou-se definitivamente como tema incontornável, mantendo-se constante na ordem do dia, ocupando as seções de maior destaque dos jornais. O tema havia tornado um dos eixos do

debate e das disputas políticas nacionais, gerando proposições e tomadas de posição (FERREIRA, 2006, p13).

Para o *Correio do Estado*, a reforma agrária era pura “demagogia” defendida pelo governo. Como evidencia a matéria “Câmara vai processar presidente da SUPRA”, de 2 de março de 1964, que relata que as terras devolutas do Estado ainda não era de conhecimento de João Pinheiro Neto, presidente da Superintendência de política Agrária (SUPRA), que, agora, poderia implementar a “propalada e demagógica reforma agrária defendida pelo governo”³⁵.

A questão agrária ganhou força nos anos 1940 e 60, pois era vista como um fator que impactava no destino da nação. De acordo com a visão da época, a situação agrária representava um freio no desenvolvimento do país, pois, até os anos 40, 70% da população era rural. O projeto desenvolvimentista almejado era modernizar a produção no campo para elevar o padrão de vida das populações rurais e integrá-las ao circuito de consumo de bens manufaturados.

A questão é agravada pelas manifestações, greves e ocupações de grandes propriedades promovidas por trabalhadores rurais, que surgiram como novo ator político. As notícias veiculadas no jornal sobre as manifestações eram alarmistas, e atribuía às ligas camponesas o motivo da insegurança, subversão e agitação devido as ocupações de terras.

O movimento preocupava os latifundiários de Mato Grosso, que viam com receio as ocupações de terras ocorridas no país e temiam manifestações no estado. Devido a isso, a Associação de Criadores do Sul de Mato Grosso realizou diversas reuniões para “examinar a conjuntura nacional em face da agitação social surgida em diversos postos do país”³⁶. A reunião visava estabelecer “providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana” seriam os principais fundamentos.

O medo do avanço comunista, a insegurança causada pelas manifestações e ocupações de propriedades rurais fez Goulart enfrentar uma série de pressões de militares, sociedade civil e empresários que exigiam paz para tocar os seus negócios.

Nesse cenário de “desordem”, de estagnação econômica e alta inflação fez “nascer” no seio da sociedade a imagem de Carlos Lacerda (UDN) como a solução para os problemas políticos e sociais. O líder udenista havia passado a representar uma alternativa à situação de “agitação” e desordem considerada intolerável por segmentos da sociedade brasileira.

³⁵ Jornal *Correio do Estado*. 2 mar.1964, p. 1. Câmara vai processar o presidente da Supra. Arquivo *Correio do Estado*.

³⁶ Jornal *Correio do Estado*. 21 fev. 1964, p. 4. Tomada de posição pelas Associações de Classes na Defesa dos princípios democráticos. Arquivo *Correio do Estado*.

Na construção discursiva, a liderança de Carlos Lacerda é outro argumento utilizado pelo *Correio do Estado* para defender seu posicionamento político. O político é apresentado como alternativa para reestabelecer a ordem no país. Além disso, era visto pelos grandes latifundiários como alguém que estaria apto para resolver a questão agrária. A notícia “Carlos Lacerda recebeu em Goiás a bandeira do movimento de defesa da propriedade”, apresenta o político como um “grande líder democrático” e “defensor da propriedade privada”, que receberia os ruralistas e lavradores para ouvir suas preocupações e necessidades.

Com o alarmante “avanço do perigo comunista” difundido por grande parte da imprensa nacional, incluindo o *Correio do Estado*, Lacerda representava o combatente ao comunismo que ameaçava a democracia e o bem-estar da família brasileira. Além disso, sua retórica virulenta deu-lhe projeção nacional, o que possibilitou a difusão do seu posicionamento antijanguista e o projetou como “líder democrático” que reestabeleceria a ordem no país.

De acordo com essa cadeia de raciocínio, o jornal se vale do modo de operação de *fragmentação*, que visa segmentar indivíduos e grupos que possam ser capazes de transformar num desafio real aos grupos dominantes. Por meio da estratégia da *diferenciação*, a narrativa dá ênfase à divisão entre dois grupos sociais: os “pessimistas” – que representa uma pequena parte do povo que prevê a “derrocada do regime” –, e o “povo”, que aglomera a totalidade dos brasileiros unidos para salvaguarda a democracia que estaria ameaçada pelo avanço comunista.

Ao distinguir os grupos sociais, a construção simbólica remete para uma separação dos indivíduos que apoiam Carlos Lacerda – visto como “líder democrático”, e os que preveem a derrocada do regime democrático, causado pela má administração de João Goulart. Concomitantemente, a narrativa diferencia os brasileiros, considerados “verdadeiros democratas”, que se uniram numa jornada democrática para fortalecer o regime ameaçado pelas esquerdas, dos cidadãos que previam o colapso e degradação das instituições.

Dessa forma, difundiu-se a necessidade de união dos defensores da democracia e da ordem para combater um governo incapaz de assegurar a estabilidade econômica e política do país. Outro aspecto importante a ser ressaltado: na construção simbólica a oposição entre Lacerda e o governo de Goulart busca legitimar um ator político, que seria o candidato da UDN na próxima eleição presidencial a ser realizada em 1965, ao mesmo tempo que deslegitima o governo vigente. A narrativa, portanto, relaciona Lacerda como representante da democracia e Goulart como um presidente incapaz de conter as agitações sociais e garantir a estabilidade da nação.

Segundo observamos ainda, a opinião pública acompanhou aos debates como juiz, sentindo que a luta era ideológica e não em tórno, tão somente, de uma manifestação político partidária. Os vereadores que vetaram contra o requerimento do sr. Cícero de Castro Faria, estão sendo apontados pela opinião pública, bem entendido, como comunistas ou inocentes úteis a serviço do regime esquerdista. O vereador Euler de Azevedo, presidente do Legislativo, tem disso o mais censurado, pelos campo-grandenses, pela sua inesperada tomada de decisão. O vereador Willian Mackoud, dentro de sua já conhecida posição, foi o mais combativo, defendendo a legalidade do PCB, apesar da vulnerabilidade de muitos de seus argumentos. O pensamento geral, por nós registrado, é o de que os debates tiveram grande efeito esclarecedor no seio da massa que ainda permanecia indecisa na sua atitude ideológica. Com algumas exceções os senhores vereadores campo-grandenses estiveram a altura da momentosa decisão. *Correio do Estado* – 12 de março de 1964

A notícia, publicada na parte superior da segunda página da edição, composta em cinco colunas, mostra qual era a opinião pública campo-grandense em relação à decisão da Câmara Municipal, que votou contra a legalização do Partido Comunista Brasileiro. Expõe que “milhares de campo-grandenses” se conectaram ao rádio para ouvirem os debates e a decisão dos vereadores. Durante a narrativa, o jornal evidencia seu posicionamento político ao julgar as falas de alguns vereadores que se mostraram favoráveis ou contrários à decisão dos vereadores Cícero de Castro Faria, Euler de Azevedo e Willian Macksoud. Para finalizar, expõe que, após a decisão dos vereadores, Campo Grande presenciou a uma “verdadeira ‘divisão de águas’, em relação ao posicionamento ideológico do setor político e da população.

No conjunto enunciativo selecionado acima, o jornal relata sobre a votação contra a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Câmara Municipal de Campo Grande, realizada no dia anterior à veiculação da notícia. O requerimento foi feito pelo médico e vereador campo-grandense Cícero de Castro Faria, que esclareceu ao *Correio do Estado* ser “favorável ao requerimento em que solicitava apoio à campanha contrária à volta do PCB à legalidade”³⁷.

O PCB, organização partidária mais antiga do Brasil, fundada em 1922, passou parte da sua existência na clandestinidade, por ser caracterizada como um partido antissistema que pregava radical transformação da sociedade a partir da perspectiva marxista. O partido, no entanto, teve breves períodos de legalidade, como, por exemplo, entre 1945-1947, no governo Dutra; e de 1958 até 1964, quando viveu uma semilegalidade consentida; sem conseguir, no entanto, a sua legalização.

A aproximação de Goulart com os partidos de esquerda no final do seu governo, quando há um acirramento político mais intenso, é retratado pelo *Correio do Estado* como uma ameaça à democracia e às instituições brasileiras. O periódico, assim como outros de nível

³⁷ Jornal *Correio do Estado*. 12 de mar. 1964, p.2. Nota do mesmo dia. Arquivo *Correio do Estado*.

nacional, adotou um tom mais combativo, fomentando a campanha antijanguista. O comunismo é tratado pelo jornal como “mal nefasto” para a pátria.

Toda essa construção simbólica formou um enredo no qual o jornal buscou contrapor os cidadãos: os “bons brasileiros” querem preservar a democracia brasileira, e os “maus brasileiros” que querem “comunizar” o Brasil.

A unidade de registro selecionada acima segue essa narrativa explorada pelo jornal ao longo de 1964. Opera no conjunto enunciativo o modo de operação de *fragmentação*, pela estratégia de *diferenciação*, no qual busca-se dar ênfase às distinções entre as pessoas e grupos, apoiando as características que o desunem.

Thompson (2011, p.87) explica que, através do modo de operação de *fragmentação*, “relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes”. Dessa forma, a construção simbólica aqui selecionada contrapõe atores políticos e cidadãos: os que são contra à legalização do PCB e os que são a favor.

Nessa contraposição existe uma mensagem clara: a luta ideológica travada no campo político. Isso é esclarecido na seguinte sentença: “o pensamento geral, por nós registrado é o de que os debates tiveram grande efeito esclarecedor no seio da massa que ainda permanecia indecisa na sua atitude ideológica”.

A atitude ideológica à qual se refere é a disputa no campo político: comunismo *versus* democracia. Nessa disputa, os vereadores Euler de Azevedo e William Macksoud – este último cassado pelo Comando Supremo da Revolução logo após o golpe civil-militar de 1964. Como exposto na análise sócio-histórica, o vereador foi enquadrado na Lei de Segurança do Estado, acusado de ser “ativo esquerdista” na Câmara Municipal e por ter se posicionado “favorável ao registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além disso, pesava sobre ele a acusação de ser um político “anti-americanista”, e “ardoroso defensor das reformas de base, especialmente a agrária, nos moldes preconizados por Leonel Brizola e João Goulart”.

O *Correio do Estado*, ao abordar sobre o posicionamento do vereador Macksoud (PTB), caracteriza-o como “mais combativa”, por este defender a legalidade do PCB, e ainda define os argumentos utilizados pelo político como vulneráveis. O adjetivo combativo, por exemplo, entendido aqui em seu conceito mais amplo como “agressivamente ativo por uma causa; militante; pugnaz”³⁸; faz referência direta ao posicionamento e atitude do vereador

³⁸ Definição do dicionário Houaiss da língua portuguesa. P. 498.

diante da luta ideológica travada em nível nacional, no qual este defende a legalização do PCB. O posicionamento do vereador ainda é classificado como vulnerável, ou seja, fraco. A narrativa busca, por meio dessa estratégia de *diferenciação*, acentuar as divisões entre a classe política, dividindo os políticos que estariam vinculados às ideias comunistas e os que estariam defendendo a democracia brasileira.

Essa diferenciação fica clara quando o jornal retrata o posicionamento do vereador Plínio Barbosa Martins (UDN) como “magnífica e insuperável nos seus aportes”. O *Correio Estado* não só dá créditos ao posicionamento do político, caracterizando-o como insuperável em seus argumentos na defesa a campanha contrária à legalização do PCB, como expõe que essa era endossada pela opinião pública.

A postura do jornal (favorável ao discurso do vereador Plínio e contrária ao de Macksoud) é coerente com a sua linha editorial, que como exposto na análise sócio-histórica, nasceu defendendo uma bandeira partidária: a da UDN – partido do qual o vereador Plínio Barbosa Martins pertenceu.

A narrativa segue utilizando a estratégia de *fragmentação* ao expor que, de acordo com a opinião pública campo-grandense ouvida pelo jornal, os vereadores que foram contrários ao requerimento do vereador Cícero, que visava impedir a legalização do PCB, eram vistos como “comunistas ou inocentes úteis a serviço do regime esquerdista”. Mais uma vez, busca-se deslegitimar as opiniões contrárias à ideologia dominante difundida na época, que era associar o comunismo à derrocada do regime democrático.

A estratégia de acentuar a divisão entre os grupos, apoiando características que os desunem e evidenciar qual atitude ideológica seria correta é demonstrada, ainda, quando o jornal define o vereador Cícero de Castro Faria, como um “autêntico líder democrata”, por ter tomado a iniciativa visando conter o movimento esquerdista, por meio da não legalização do PCB.

3) UDN apoia as denúncias de Bilac Pinto

O Diretório Nacional e as bancadas da UDN na Câmara e no Senado, reunidos hoje resolveram manifestar publicamente seu aplauso e solidariedade à entrevista em que a participação do Presidente da República, por ação o sr. Bilac Pinto pres. do Partido denunciou e comprovou a omissão na guerra revolucionária em curso no país, e já na sua terceira etapa.

Decidiu “manter a opinião pública alertada quanto a ação governamental que sob a alegação de mudança na estrutura econômica, social e política do país, fere, continuamente, a ordem e a lei”. *Correio do Estado* – 23 de janeiro de 1964

A notícia, publicada na parte inferior da primeira página e quarta página, composta por sete colunas de texto, informa sobre a denúncia do deputado Bilac Pinto (UDN) contra o

presidente João Goulart – acusado de omissão na guerra revolucionária promovida pelos comunistas. Além disso, relata a convecção da UDN para a escolha de um candidato para concorrer às eleições para a presidência da República. Dando continuidade à denúncia de Bilac Pinto, expõe a opinião do ministro de Guerra Jair Dantas Ribeiro sobre a acusação feita à Goulart.

Bilac Pinto, presidente da UDN na época, acusou o presidente João Goulart de participação na “guerra revolucionária” em curso no país e já na sua terceira etapa. O termo, “guerra revolucionária”, utilizado pelo jornal refere-se à denúncia de haver no Brasil uma possível infiltração comunista e iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional. Alves (1989, p. 37) explica que, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, “guerra revolucionária” é definida como conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado pelo exterior, inspirado por uma ideologia e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.

Nesse contexto, a “guerra revolucionária” à qual o jornal se refere é a ameaça comunista, que teria como representante João Goulart, como denunciou Bilac Pinto na notícia. A narrativa que visava acusar o envolvimento de Goulart com comunista foi enfatizada pelo jornal durante a mesma semana. No dia anterior (23 de janeiro de 1964), por exemplo, foi publicada a seguinte notícia: “Presidente da UDN acusa Jango”, na qual é enumerada diversas acusações contra o presidente, entre elas: 1) permitir que Leonel Brizola, por meio do serviço público de radiodifusão, realizasse pregação ideológica de guerra revolucionária e de organização de guerrilheiros; 2) estimular e prestigiar a influência comunista na Petrobrás; 3) Permitir a “criação de órgãos sindicais ilegais, como o CGT e o PUA, controlados por comunistas aos quais dispensa o apoio do governo”; 4) Prestigiar e estimular greves políticas e, por fim, “solapar a disciplina no seio da Forças Armadas” e, 5) permitir ampla infiltração de comunistas em todos os escalões do governo³⁹.

As acusações publicadas no dia anterior dão seguimento à narrativa construída pelo jornal, que buscava evidenciar o envolvimento de João Goulart na “guerra revolucionária”. É importante ressaltar que essa foi uma estratégia utilizada para deslegitimar o governo de Goulart e serviu como pressuposto para a intervenção militar. Afinal, buscou-se criar um imaginário social do fantasma do comunismo e a existência de caos administrativo.

Na construção desse raciocínio, o jornal se vale do *modus* de operação de *fragmentação*, por meio da estratégia do *expurgo do outro*. Ou seja, busca construir um inimigo

³⁹ Jornal *Correio do Estado*. 23 de jan. 1964, p. 1. Presidente da UDN acusa Jango. Arquivo *Correio do Estado*.

que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e do qual os indivíduos são convocados a resistir e expurgá-lo (THOMPSON, 2011, p.87). Neste caso, a construção simbólica busca construir uma concatenação de elementos acusatórios que envolve Goulart ao plano comunista de tomada de poder. Busca-se, portanto, mostrar Goulart como uma ameaça às instituições e à democracia – motivo pelo qual a população brasileira é convocada a expurgá-lo.

Toda essa campanha acusatória, deflagrada pelo deputado Bilac Pinto é definida por Bandeira (1978, p. 153) como guerra psicológica, ou seja, estimular a população a empenhar-se na oposição direta, incitar a revolta contra as autoridades instituídas, nesse caso, contra Goulart, contra o comunismo. O deputado, por meio da tribuna da Câmara e pela imprensa, responsabilizou o Governo por suposta distribuição de armas a camponeses e trabalhadores de orla marítima. Além disso, afirmou que, conforme estudos de oficiais da Escola Superior de Guerra e das Escolas de Estado Maior das Forças Armadas, “a guerra revolucionária alcançara, no Brasil, a terceira fase, a da subversão e obtenção de armas, antevéspera do assalto ao Poder pelos comunistas” (BANDEIRA, 1978, p. 153).

Bandeira explica que o objetivo de Bilac Pinto ao fazer a denúncia era

Sensibilizar a oficialidade legalista das Forças Armadas e empurrar setores das classes médias para o movimento de reação ao Governo, que o empresariado e os latifundiários lideravam. Tais denúncias sobre o andamento da guerra revolucionária, preparando a opinião pública internacional para a possível intervenção armada dos Estados Unidos no conflito brasileiro, não passavam de pretexto para legitimar as atividades antidemocráticas da UDN civil e militar e impelir a conspiração contra o Governo (BANDEIRA, 1978, p. 153-154).

Esclarecido o objetivo pelo qual Bilac fez a denúncia contra Goulart, é possível identificar no discurso do *Correio do Estado* sua postura ideológica. Na narrativa é utilizado o verbo “comprovar”, além do substantivo “omissão” para definir o posicionamento do presidente ante à guerra revolucionária. Vamos nos ater a essas duas construções: ao utilizar o verbo comprovar, passa a mensagem para o leitor de que a participação do presidente com os comunistas é um fato concreto, que não deixa dúvidas sobre a sua participação no movimento esquerdista que buscava “comunizar” o Brasil. Afinal, a definição de comprovação, segundo o dicionário Houaiss, é “patentear a verdade aduzindo a mais de uma prova”. Provas estas elencadas na notícia “Presidente da UDN acusa Jango”.

Como forma de acentuar a gravidade do envolvimento de Goulart com o movimento comunista, o jornal enfatizou que a denúncia de Bilac, visava “manter a opinião pública alertada quanto a ação governamental que sob a alegação de mudança na estrutura econômica, social e política do país, fere, continuamente, a ordem e a lei”. A sentença busca ressaltar

que as medidas tomadas por Goulart (ou seja, as Reformas de Base) mudaria a estrutura e feria a ordem e a lei. Faz-se mister lembrar que as reformas de base de Goulart eram vistas como antimodernas, retrógradas, demagógicas, populistas e comunista pela classe dominante, pois, entre outras coisas, “feria” os seus interesses.

O *Correio do Estado* faz uma “suíte” com as notícias relativas à denúncia de Bilac, sempre expondo Goulart como negligente. Um exemplo é notícia “Sindicatos recebiam armas do Governo Federal”, de 28 de janeiro de 1964, na qual expõe que o deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) “confirmou estar de posse da lista de sindicatos que vinham recebendo armas do governo federal segundo a acusação do presidente de seu partido, deputado Bilac Pinto”. A narrativa expõe que o presidente fazia “pouco caso” da denúncia do deputado e presidente da UDN.

O objetivo de elencar essas narrativas é mostrar que o *Correio do Estado* buscou, de diversas maneiras, deslegitimar o governo Goulart ao apresentá-lo como comunista, envolvido em uma guerra revolucionária, entre outras representações exploradas durante o ano de 1964. Ao realizar essas construções simbólicas, o jornal buscou mostrar ao seu leitor que Goulart apresentava uma ameaça à democracia e, conseqüentemente, para o bem do Brasil.

A Unificação

1) Tomada de posição pelas associações de classes na defesa dos princípios democráticos

Em reunião realizada na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, na noite de 18 do corrente, os presidentes das diversas entidades de classe estiveram reunidos para examinar a conjuntura nacional em face da agitação surgida em diversos postos do país, quanto – sempre envolvendo responsabilidade de funcionários graduados da administração federal.

Depois de longos debates, todos concluintes destas responsabilidades e participação do Govêrno nessas agitações, resolveram convocar uma outra reunião, a fim de estabelecerem as providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana são dos seus principais fundamentos. Os representantes de classes são unânimes no esforço pelo progresso do país em reconhecer a necessidade da permanente evolução social, a fim de dar ao povo brasileiro o bom nível de vida que caracteriza as nações civilizadas do mundo ocidental, já que as nações comunistas não se preocupam com o conforto do cidadão e da família. Em princípio ficou assentada a concentração popular no Cine Santa Helena, onde elementos representantes comparecerão para definir os altos propósitos dos campo-grandenses pela paz e pelo progresso de Mato Grosso. *Correio do Estado* - 21 de fevereiro de 1964⁴⁰

⁴⁰ A notícia, publicada na parte superior da quarta página, é composta por sete colunas de texto, e, em síntese convoca os campo-grandenses para reunião na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, para defender os princípios democráticos. Aponta ainda que o governo federal era responsável e participe das agitações sociais que ocorriam no país. A reunião tinha como objetivo estabelecer providências para salvaguardar o regime democrático, do qual dois pressupostos são ressaltados: o direito de propriedade e liberdade humana.

A tônica do discurso das classes dominantes sul-mato-grossenses era fundamentada em três grandes pilares: progresso, democracia e paz – como exposto no enunciado acima. Esses pressupostos nortearam a maior parte das construções simbólicas de 1964 e serviu como argumento para a construção de consenso em torno da necessidade de um governo que tivesse um projeto político em que o direito de propriedade e liberdade humana eram primordiais e considerados defesa dos princípios democráticos.

É com base nesses princípios democráticos (paz, salvaguarda da democracia, direito de propriedade, defesa da família) que a construção simbólica opera pelos modos e operação de *unificação* e sua estratégia de *simbolização de unidade*. Como explica Thompson (2011, p,86), “essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidades coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos”.

No caso do enunciado, esses valores – responsáveis por unificar a população e mobilizá-la para um bem comum, como a salvaguarda da democracia, da paz e da família –, são utilizados por uma classe social para mobilizar a população em volta de um projeto político. Um dos grupos responsáveis pela mobilização que aconteceria no Cine Santa Helena, era a de pecuaristas do sul do Estado, que cedeu espaço na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso para debater a questão nacional e tomar uma posição em relação às “agitações promovidas pelo Governo”.

Sub-repticiamente, a construção simbólica propaga a ideologia das classes dominantes do sul de Mato Grosso, representada pelos pecuaristas que, como exposto na análise sócio-histórica, tinha o progresso associado à pecuária. Além disso, essa classe social considerava-se representante do pensamento da elite do sul do Estado, cabendo-lhes a missão de identificar e reconhecer os valores pelos quais se convergiam as aspirações do grupo e, sobretudo, dirigir e administrar as mudanças sociais e culturais no sentido desses interesses coletivos. Esses interesses coletivos são apresentados como pertencente à população campo-grandense como um todo, e não somente as classes pecuarista, que tinha como maior interesse a defesa da propriedade privada, que estava ameaçada pela Reforma Agrária proposta pelo governo de João Goulart.

Possivelmente, um dos principais interesses motores para a união da classe pecuarista da região era a defesa da propriedade privada – interesse esse que não mobilizaria a população campo-grandense como um todo, já que a minoria compunha as classes dominantes do sul do Estado. Portanto, a mobilização de outros valores comuns, como a salvaguarda do regime democrático (ameaçado pelo comunismo), a defesa da liberdade humana, da família e da paz

são utilizados para mobilizar a população em prol de um projeto político que, neste caso, visava derrubar o governo João Goulart e estabelecer um governo que defendesse esses interesses.

Essa intervenção das classes dominantes do sul de Mato Grosso no cenário político, opondo-se ao governo de Goulart, fica evidente no seguinte fragmento do enunciado: “Depois de longos debates, todos concluintes destas responsabilidades e participação do Governo nessas agitações, resolveram convocar uma outra reunião, a fim de estabelecerem as providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana são dos seus principais fundamentos”. Fica evidente o alinhamento ideológico do *Correio do Estado* ao das classes dominantes, que utilizaram de alguns valores para mobilizar a sociedade campo-grandense em torno de seus interesses.

O jornal foca, novamente, em representar o governo de João Goulart como responsável pela “agitação social” no país e responsabilizá-lo pela ameaça ao regime democrático e ao bem-estar social. Além disso, propaga a ideologia da elite pecuarista, que tinha a concepção de progresso associada à pecuária, como exposto no contexto sócio-histórico desta pesquisa.

Ao reproduzir a ideologia dessa classe dominante (do qual muitos de seus integrantes faziam parte dos quadros da UDN) o *Correio do Estado* serve como porta-voz da ideologia udenista no sul do Estado, dando voz à classe dominante que buscava disseminar sua ideologia e mobilizar a população campo-grandense em prol de seus interesses – apresentados como interesses coletivos.

A sentença utiliza ainda o *modus operandi* de *fragmentação*, por meio da estratégia de *expurgo do outro*, ao sentenciar o governo, ou seja, João Goulart, como participante das agitações sociais que ocorriam no país. Como exposto na análise da categoria anterior, as agitações sociais fazem referência aos diversos movimentos sociais que ganharam espaço político no início da década de 60.

A estratégia de *expurgo do outro* é mais clara ainda na contraposição valorativa feita pelo jornal quando descreve as nações do ocidente como civilizadas e as comunistas como nações que não “se preocupam com o conforto do cidadão e da família”. Aqui, faz-se necessário relembrar o imaginário criado em torno do comunismo, identificado, muitas vezes, à imagem do “mal”, ligada à ideia de sofrimento, como a fome, a miséria, a tortura e escravidão. Mota explica que, o pressuposto de que os planos comunistas entravam em choque com a moral dominante nas sociedades “cristãs e ocidentais”, dava respaldo para que o movimento fosse extirpado e considerado um retorno à barbárie. O comunismo, portanto, significava um desafio

à sobrevivência da própria sociedade civilizada, “ameaçada em seus fundamentos por estes bárbaros do mundo contemporâneo” (MOTTA, 2000, p. 90-91).

Ao criar essa contraposição, o enunciado não só utiliza o modos de operação de *fragmentação*, como convoca os cidadãos a se unirem em defesa dos princípios democráticos, por meio da estratégia de *simbolização de unidade*, utilizando, para isso, de valores socialmente difundidos, como a liberdade humana, defesa da família e direito de propriedade, como exposto na proposição selecionada. Assim, é apresentada mais uma vez a tentativa de persuadir o leitor em prol de um projeto político que salvaguardaria o regime democrático.

2) **Impressionante a “Marcha da Família” (3 de abril de 1964)**

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, anunciada como repúdio ao comunismo e reafirmação do sentimento de liberdade do nosso povo, transformou-se, por força mesmo dos acontecimentos que culminaram com a renúncia do presidente da República e a fragosa derrota do comunismo que já dominava o nosso país, transformou-se em grande festa comemorativa da vitória do Brasil sobre o seu nefasto inimigo representado pelo marxismo sempre combatido pela família brasileira. A Marcha foi algo impressionante. Movimento cívico jamais registrado nos anais do nosso Município, ligando-se a êle representantes das cidades vizinhas e municípios do Sul. Formada à frente do Colégio Estadual na encosta do bairro Amambaí, de lá partiu a Marcha da Multidão Transportando centenas de faixas, cartazes e flâmulas com as cores verde e amarelo, indo à frente as bandeiras do Brasil e de Mato Grosso. *Correio do Estado*, 3 de abril de 1964

Em essência, a notícia – que foi chamada de capa da edição nº 692, composta por sete colunas de texto localizadas na parte superior da página –, relatava a Marcha da Família com Deus realizada em Campo Grande, que recebeu cidadãos vindos de cidades vizinhas para manifestar seu “civismo” e “júbilo” pela vitória do movimento golpista, consolidada em 1 de abril de 1964. Também informava que, durante o evento, fora realizada homenagem a Duque de Caxias, patrono do Exército Nacional, como forma de demonstração da população de apreço e reconhecimento da atuação das Forças Armadas no “movimento revolucionário”.

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados pela classe média urbana e impulsionadas por políticos conservadores, pela elite empresarial e movimentos femininos, que reuniram milhares de pessoas às vésperas do golpe midiático-civil-militar nas principais cidades brasileiras, entre elas, em Campo Grande – onde foi realizada em 2 de abril de 1964, promovida por uma comissão de senhoras que percorreu bairros e ruas da cidade convidando a população para “demonstração de civismo em favor da liberdade”⁴¹. Participaram da manifestação “pequenos, médios e grandes fazendeiros” que, segundo a

⁴¹ Jornal *Correio do Estado*. 2 abril de 1964, p.1. Hoje: Marcha da família Campograndense. Arquivo *Correio do Estado*.

notícia “Renascer da confiança”, publicada em 4 de abril de 1964, chegaram com “entusiasmo cívico, para festejar o desaparecimento do fantasma da desapropriação, que tanto poderiam ser feitas com certa coerência quanto por meio violento, uma vez que o governo defunto não se mostrava muito respeitador da constituição da República e dos direitos de propriedade”⁴².

O fragmento selecionado acima utiliza o *modus operandi* de *unificação*, por meio da estratégia da *simbolização de unidade*, que envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas. Esse conjunto enunciativo faz uso de alguns valores utilizados na notícia anterior, como o da liberdade humana, e acrescenta outro: patriotismo. Esses valores buscaram unificar a população em torno da nova ordem social, que reestabeleceria a ordem e salvaguardaria o regime democrático.

O patriotismo é ensejado na população ao apresentar a Marcha como um “movimento cívico jamais registrado nos anais” do município; e é manifestado por meio de símbolos utilizados pelos manifestantes durante o evento, como o uso de faixas, cartazes, flâmulas com cores verde e amarelo, as bandeiras do Brasil e de Mato Grosso, e a entoação do hino nacional. A construção simbólica, portanto, trabalha com dois vieses importantes: unir a população em torno de valores, como o sentimento patriótico, e de utilizá-los como fator mobilizador para o combate ao comunismo.

Concomitantemente ao *modus de operação de unificação*, nesta unidade ressurgem os modos de *fragmentação* e sua estratégia de *expurgo do outro* – no qual o elemento a ser expurgado é o comunismo. Ou seja, todos os políticos e partidários do comunismo ou que apresentavam inclinação à pensamentos esquerdistas, como o caso de João Goulart - acusado pela direita conservadora de manter vínculos com esquerdistas e querer implementar um governo comunista no Brasil –, deveriam ser expurgados.

O *modus de fragmentação* fica evidente quando são utilizadas as palavras “repúdio” e “nefasto inimigo” para representar o comunismo. Na definição do dicionário Houaiss, nefasto é definido como algo funesto, ou seja, que causa a morte. Mais uma vez, o comunismo é identificado à imagem do mal e que precisa ser “repudiado”, expurgado para a salvaguarda da democracia, das instituições, para o bem da família brasileira e a garantia das liberdades individuais. O *Correio do Estado*, portanto, utiliza da estratégia de *expurgo do outro* para criar um conjunto de imagens sobre o comunismo que ressaltava os aspectos negativos da doutrina quanto de suas práticas. Esse discurso foi adotado por parte da imprensa brasileira como forma de construir consenso em relação a necessidade de uma intervenção militar para conter o

⁴² Jornal *Correio do Estado*. 4 abril de 1964, p.4. O Renascer da Confiança. Arquivo *Correio do Estado*.

avanço comunista, reestabelecer a ordem e a disciplina. O jornal, portanto, mostra-se alinhado ao discurso hegemônico que buscava deslegitimar o governo de João Goulart, apresentando o chefe do estado como participe da “agitação social”.

A unificação da população gira em torno, portanto, da luta contra o “inimigo nefasto” (comunismo) que sempre foi combatido pela família brasileira. Mas por qual razão a família brasileira tentava combater o comunismo?

De acordo com Motta (2000, p. 73-74), os comunistas foram representados, ao longo da história, através da utilização de uma farta gama de adjetivos, atribuindo-lhes qualidades negativas, no qual são apresentados como uma ameaça à moral e à família. O autor explica:

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos - foram associados à imagem da peste, por exemplo - mas também despertaram ansiedades do mundo moderno, como a inflação, que foram acusados de provocar visando a desestabilização da ordem econômica. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto”. (MOTTA, 2000, p.72).

Esse conjunto de imagens produzidas enfatizou o anticomunismo. Afinal, tais imagens sobre o movimento de esquerda concentrou em apontar os aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas. A sociedade, portanto, foi mobilizada para combater o comunismo e preservar a família, a liberdade individual e a democracia brasileira. Fica evidente, a partir desse contexto, os motivos pelos quais o discurso jornalístico buscou explorar esse imaginário para convidar a população para combater o “nefasto inimigo representado pelo marxismo”, e que, de acordo com a notícia, sempre foi “combatido pela família brasileira.

Durante 1964, o jornal utilizou dessas abordagens em vários momentos. Um desses exemplos é a matéria intitulada “Comunistas iam cortar os pés e pendurar em árvores”, de 17 de abril, no qual a narrativa mobiliza o sentido negativo e apresentava o comunismo como um “Plano diabólico” (subtítulo utilizado na matéria) e identifica o movimento com a ideia de mal.

Um indício da repercussão da construção desse imaginário na população campo-grandense é apresentado na nota “Comunismo Ateu”, a qual diz que pessoas estavam telefonando ao jornal para pedir explicações sobre o que era comunismo ateu. A resposta do periódico foi a seguinte:

Comunismo ateu deve ser uma expressão encontrada por elementos que procuravam acender duas velas, isto é, estar bem com o sr. João Goulart e com a Democracia. O comunismo propriamente dito é o mesmo tanto no Brasil, como em Cuba, na China, na França, na Itália e em toda a parte. Quem não estiver com a Democracia está contra ela. Não há meio termo⁴³

O objetivo de mostrar essas construções simbólicas sobre o comunismo divulgadas no jornal, é mostrar que este buscou, por diversas formas, apresentá-lo como uma ameaça à democracia e à família brasileira, e que deveria ser combatido.

A Dissimulação

1) Custo de vida é o problema

As classes conservadoras prometeram a S. Exa. que tudo farão para aliviar-lhe a grande tarefa que tem a executar em benefício do País e da comunidade, e êsse é o apoio mais valioso, eis que elas representam a junção do capital e do trabalho a serviço do Brasil. No entanto, não basta que apenas se prometa apoiar o governo. É preciso que tal apoio se efetive no dia a dia de cada cidadão, na luta de cada empresa e na boa intenção de cada patriota. É justo que o chefe da Nação irá dar o melhor dos seus esforços para forçar a baixa do custo de vida, que tanto aflige as camadas mais humildes da população nacional. Para que o govêrno logre êxito no combate ao custo de vida, é preciso que todos os industriais, comerciantes, labradores, pecuaristas e demais homens de negócio se predisponham a ganhar um pouco menos, oferecendo suas mercadorias por preços que lhes propicie lucros não extraordinários, pois só assim estarão de fato dando a colaboração prometida ao presidente Castelo Branco na solenidade de sua posse, e em pronunciamento que antecederam o ato. Com o govêrno deposto com as vistas voltadas apenas para a agitação e a baderna, o custo de vida ganhou alturas astronômicas. *Correio do Estado – 18 de abril de 1964*

Notícia publicada no centro da quarta página, formada por cinco colunas, trata sobre os problemas de custo de vida da população. Em, em síntese, pede a colaboração da população brasileira para que o governo de Castelo Branco possa executar a “grande tarefa” em benefício do Brasil. Além disso, acusa o governo de João Goulart de causar a crise inflacionária.

A narrativa trabalha com três núcleos argumentativos: 1) apoio das classes conservadoras ao chefe da nação em benefício do País; 2) o chefe da Nação – General Castelo Branco, que não mediria esforços para forçar a baixa do custo de vida; 3) governo deposto estava voltado apenas para a agitação e baderna, com isso o custo de vida ganhou alturas astronômicas.

Com base nesses pressupostos o jornal faz uso do modus de operação de *dissimulação* e pela estratégia de *eufemização*. Como explica Thompson (2011, p.83), através da

⁴³ Jornal *Correio do Estado*. 3 abril de 1964, p. 1. Comunismo ateu. Arquivo Correio do Estado.

dissimulação, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima das relações e processos existentes”. Esta tática é utilizada pelo *Correio do Estado* ao enumerar motivos pelos quais a população deveria apoiar as ações governamentais para que a vida retornasse à normalidade.

Uma das preposições que evidencia o *modus* de operação da ideologia por meio da *dissimulação*, é a sentença na qual as classes conservadoras afirmam que fizeram a promessa ao presidente Castelo Branco de “aliviar-lhe a grande tarefa que tem a executar em benefício do País e da comunidade [...]”. O jornal dissimula a convergência de interesses que há entre as classes conservadoras e o governo. Afinal, as classes conservadoras não ofereceram apoio a Castelo Branco por simples simpatia, mas sim porque o governo que chegara ao poder poderia ser um aliado para defender seus interesses. Dessa forma, como ressalta Thompson (2011, p. 83), a construção simbólica estabelece relações de dominação pelo fato de ocultar, obscurecer ou desviar a nossa atenção das relações e processos existentes.

Ao desviar a atenção para uma explicação simplista, a construção simbólica oculta o complexo processo histórico travado em 1964, no qual as classes conservadoras participaram ativamente com objetivo de deslegitimar o governo de Goulart, pois este tinha medidas econômicas que não atendiam aos seus interesses. Portanto, no enunciado são ocultados os interesses que motivaram a classe conservadora a apoiar o governo de Castelo Branco, apresentando esse apoio simplesmente como uma benfeitoria em prol da nação.

Ao expor o apoio das classes conservadoras (representadas no sul de Mato Grosso pela elite pecuarista), o jornal ressalta ainda que não “basta que apenas se prometa apoiar o governo, é preciso que tal apoio se efetive no dia a dia de cada cidadão, na luta de cada empresa e na boa intenção de cada patriota”. Nesta unidade ressurge, novamente, o *modus* de *unificação* e sua estratégia de *padronização*, ambos já abordados anteriormente. Ao expor o apoio das classes conservadoras, o jornal também convoca a população para apoiar o novo governo, apelando para o nacionalismo. Dessa forma, além de dissimular os interesses das classes conservadoras em apoiar o novo governo instituído, utiliza de outra estratégia para persuadir os leitores em prol do governo de Castelo Branco.

O segundo argumento da construção simbólica era de que Castelo Branco daria o “melhor de seus esforços para forçar a baixa do custo de vida, que tanto aflige as camadas mais humildes da população nacional”. A ação é apresentada como uma atitude ufanista, quase heroica, no qual o presidente daria o seu melhor para o bem da nação. Para isso, segundo a narrativa, era necessário que todos os brasileiros se dispusessem a ganhar menos.

Através da *eufemização*, o jornal desperta uma valorização positiva para as medidas que Castelo Branco teria que tomar em relação à economia e apela para a colaboração da população ao projeto de estabilização econômica, mesmo que para isso fosse necessário ganhar menos. Ao dar valorização positiva à possível redução salarial, descrita como um “ganhar menos”, apela para o sentimento nacionalista de seus leitores e ao apoio prometido ao novo presidente empossado, Castelo Branco. O jornal, portanto, oculta interesses de classes que poderia haver nessas medidas. Como a de uma administração voltada para os interesses estrangeiros e para a elite empresarial – que iria se beneficiar de diversas medidas econômicas adotadas.

Recorrendo ao contexto sócio-histórico, verifica-se que o governo de Castelo Branco esteve voltado a atender as necessidades dessa elite empresarial. O Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) tinha como uma de suas principais prioridades a luta contra a inflação. Para isso, foram estabelecidas três estratégias: 1) imposição de severa política de crédito ao setor privado; 2) redução do déficit governamental; 3) política de controle salarial. Além disso, a equipe Bulhões-Campos associaram o enérgico programa de estabilização a uma série de decisões destinadas a estimular o investimento estrangeiro (ALVES, 1989, p74).

Em relação aos investimentos estrangeiros, a equipe econômica buscou implementar uma política agrícola que atenuasse os temores suscitados pela reforma agrária tão enfatizadas no governo de João Goulart. Além disso, favoreceu políticas de estímulo especial à produção de colheitas para exportação.

Atendendo aos interesses imperialistas do EUA, Campos e Bulhões buscaram ainda eliminar as causas de tensão entre o governo brasileiro e o estado-unidense a respeito da regulamentação do investimento estrangeiro. Uma das principais medidas nesse quesito foi a revogação da Lei de Remessa de Lucros, aprovada pelo Congresso nacional em 1962. De acordo com Alves (1989, p. 75), “cinco meses após o golpe, uma nova lei regulamentando a remessa de lucros e o registro do capital, dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros, assim como os juros”, foi imposta ao Congresso Nacional. Fora decidido, então, com a Lei Nº 4.390 a não fixação de limites à percentagem de capital registrado que poderia ser remetido como lucro; não estabelecia limites para a repatriação de capital, entre outras medidas.

As medidas adotadas por Castelo Branco iam de encontro com as premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento em relação aos efeitos benéficos do investimento multinacional: “a melhor maneira de desenvolver o Brasil era transformá-lo em área prioritária do investimento estrangeiro” (ALVES, 1989, p. 76).

Para atrair esses investimentos era necessário controlar as greves e regulamentar os reajustes salariais. Dessa forma, o governo militar buscou reprimir greves por meio da Lei de Greve (Lei Nº 4.330), que proibia, entre inúmeros pontos, greves de funcionários públicos federais, estaduais, e municipais, trabalhadores de serviços considerados “essenciais”, etc. Segundo Alves (1989, p.76-77), a definição do que constitui uma greve política caberia ao governo. A política econômica implementada, portanto, buscava atrair capitais multinacionais e estabelecer uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso o aumento dos lucros.

As medidas econômicas adotadas pelo Governo, como exposto aqui, estavam alinhada aos interesses da elite empresarial que, segundo a narrativa, fazia de tudo para “aliviar” a grande tarefa que Castelo Branco teria que executar em benefício do País. Dessa forma, o jornal desperta conotações positivas e apela para o sentimento nacionalista dessa classe, ao apresentar a atitude em prol do bem do Brasil. Os tradicionais apelos à colaboração e, especialmente, ao patriotismo tanto da classe empresarial quanto a do trabalhador são utilizados como argumento para conseguir apoio popular.

Por último, como forma de apontar os motivos pelos quais o custo de vida da população era alto, o enunciado sentencia que era devido ao “governo deposto”, que estava com as vistas voltadas apenas para a “agitação” e a “baderna. Por isso, “o custo de vida ganhou altura astronômicas”. O jornal, novamente, busca apresentar Goulart como um mau gestor, envolvido com o comunismo. Ao fazer isso, oculta os diversos processos socioeconômicos existentes no período que Goulart esteve à frente da presidência, apontando o envolvimento do presidente com a “agitação” como único motivo para o alto de custo de vida. Através dessa estratégia, portanto, o conjunto enunciativo oculta diversas ações e processos sociais que explicam os reais motivos da realidade econômica do país.

2) Assentada a eleição do General Castelo Branco

Em Reuniões sucessivas no Ministério da Guerra, os Governadores que lideravam o movimento revolucionário de descomunização do País, combinaram com os chefes militares a eleição do general Castelo Branco para completar o período presidencial começado pelo renunciante Jânio Quadros e agora, interrompida ingloriamente pelo comprometido e fujão João Goulart. [...] Na ambição impatriótica de Juscelino residia a maior dificuldade na aceitação da formula encontrada. Somente depois de longas e penosa de marchas o irrequieto candidato concordou em que o Congresso elegeisse o ilustre democrata general Castelo Branco. *Correio do Estado – 8 de abril de 1964*

Publicada na parte inferior direita da primeira página da edição nº 2.695, a notícia informa sobre reuniões no Ministério da Guerra, no qual os governadores Fernando Correa da

Costa, Mauro Borges participaram para, junto com os chefes militares, combinar a eleição do general Castelo Branco para a Presidência da República.

Na unidade de registo pode ser identificado o *modus* de operação de *dissimulação* (*eufemização*) que leva ao de *fragmentação* (*diferenciação*). O primeiro *modus operandi* da ideologia se dá em razão dos problemas políticos estarem descontextualizados, de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia a nossa atenção.

Há dois elementos no qual a narrativa se concentra: 1) em apresentar a deposição de Goulart como “interrompida ingloriamente” e 2) definir a eleição do General Castelo Branco como um “combinado” entre chefes militares.

Ao apresentar a deposição de João Goulart como “interrompida ingloriamente” pelo “comprometido e fujão” João Goulart, é ocultada diversas ações e processos que levaram o ex-presidente sair do Palácio do Laranjeiras (RJ), deslocar-se até Brasília e, depois, até Porto Alegre (RS), de onde seguiria para o exílio no Uruguai.

João Goulart não fugiu do Palácio Laranjeiras, como apresenta a narrativa, mas foi forçado a deixar o local devido a sublevação de tropas de Minas Gerais, comandada pelo General Olympio Mourão Filho, que deu início ao movimento golpista de 1964. Durante o dia 31 de março e 1 de abril de 1964, outras tropas se sublevaram e personagens ligados ao presidente, como o seu comandante do II Exército, Amauri Kruehl, foram aderindo ao golpe.

Os conspiradores contavam com a ajuda do governo norte-americano, que tinha colocado à disposição porta-aviões Forrester, detroieres de apoio com mísseis teleguiados, navios cheios de armas, munições e mantimentos, etc. para enfrentar o dispositivo militar de João Goulart – caso este decidisse enfrentar as forças sublevadas. A ofensiva não ocorreu, pois o presidente preferiu evitar uma guerra civil e internacionalização do conflito.

Como forma de evitar a deposição, Amauri Kruehl e Juscelino Kubitschek procuraram Goulart para propor-lhe uma solução política para a crise. Pediram, entre outras coisas, que o presidente se comprometesse a proibir a greve geral anunciada pelos trabalhadores, intervisse nos sindicatos, governasse com os partidos políticos e não com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), apoiando-se nas Forças Armadas, fechasse o CGT, UNE e outras organizações populares, e se afastasse de seus auxiliares apontados como comunistas. O pedido era, em outras palavras, que Goulart deixasse de lado sua política trabalhista e reformista para se alinhar a uma política conservadora. Não houve acordo e Goulart encontrou-se sem opções.

Encurralado, o presidente fora orientado a deixar o Palácio Laranjeira por questão de segurança. O ato, entretanto, fora interpretado como fuga, como renúncia. Interpretação essa

repercutida no *Correio do Estado* que, pejorativamente, chamou Goulart de “fujão”. Além, de mais uma vez, apresentá-lo como “comprometido” com a “comunização” do país. Ao realizar essa construção simbólica, o jornal recorre ao *modus operandi* de fragmentação.

Já a eleição do general Castelo Branco é definida pelo jornal como um “combinado” entre os chefes militares. O “combinado”, na verdade, foi uma fórmula encontrada entre o Ministério da Guerra, os governadores e os chefes militares para elegerem Castelo, e para dar legitimidade ao governo de exceção.

O instrumento encontrado para essa pretendida legitimidade foi o Ato Institucional Nº1, instituído em 9 de abril de 1964, que fixava o conceito de “revolução”, que de acordo com o documento, “se distinguia de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”⁴⁴ Ainda, de acordo com o AI-1

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria.

Com o Ato, o movimento golpista se autolegitimava e em 11 de abril dava prosseguimento para a constituição do governo com as eleições indiretas convocadas pelo Congresso Nacional. Os candidatos eram: Humberto de Alencar Castelo Branco, Juarez Távora e Gaspar Dutra.

Castelo Branco venceu com 361 votos, e contou com o apoio de nove partidos: PSD, UDN, PSP, PDC, Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido da Representação Popular (PRP) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR). De acordo com Bandeira (1978, p.186), Castelo Branco emergiu das sombras como o candidato do governo invisível à Presidência da República, levando ao poder a UDN e os oficiais da Cruzada Democrática.

⁴⁴ Ato Institucional N1. Acesso em: 11 abril 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>

A “formula encontrada”, portanto, oculta e obscurece todo o contexto sobre a eleição do primeiro militar a assumir a Presidência da República, utilizando eufemisticamente a palavra “combinado” para tratar da eleição indireta do novo governo antidemocrático que, para se autolegitimar, fez uso de medidas autoritárias como AI-1.

Outro ponto importante da narrativa é a contraposição entre João Goulart e Castelo Branco, enquanto o primeiro é definido como fujão e comprometido (com o movimento comunista), o segundo é apresentado como “ilustre democrata”. Ao apresentar esses contrastes entre os dois políticos, o jornal recorre ao *modus* de operação de *fragmentação* e sua estratégia de *diferenciação*, dando especial ênfase aos aspectos negativos do ex-presidente deposto.

A Legitimação

1) General Barbosa Pinto: O Exército cumpriu a sua missão histórica

Na tarde de ontem mantivemos, em seu Quartel general, encontro informal com o exmo. Sr. General de Divisão Mário Ferreira Barbosa Pinto, comandante da 9º Região Militar, que logo após a decisão do comando do II Exército de defender a democracia, movimentou com precisão as suas tropas em todo o território de sua jurisdição, impedindo a ação dos inimigos da democracia. [...] Em Campo Grande toda a população sentiu de perto a eficiente movimentação de tropas sem incidentes, de tal forma que somente com o amanhecer do dia a população tomou conhecimento da mudança havida no país. Elementos comunistas foram anulados imediatamente e colocados sob custódia. *Correio do Estado* – 4 de abril de 1964⁴⁵

A notícia, que foi chamada de capa da edição nº 2.623, localizada na parte superior da primeira página e composta em sete colunas, informa sobre entrevista realizada com o general da 9º Região Militar de Campo Grande, Mário Ferreira Barbosa, que mandou o comando do II Exército para o Distrito Federal para “defender a democracia”. Além disso, diz que a “rápida e eficiente” movimentação do exército foi realizada sem incidentes e “reinava a ordem e vigilância absoluta” na cidade, para “assegurar a segurança da família brasileira.

O jornal utiliza-se da *legitimação* e suas estratégias de *racionalização* e *narrativização* – esta última visa mobilizar o sentido através da construção de uma história, ou seja, construir uma narrativa que conta o passado e trata o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Neste caso, as Forças Armadas são apresentadas como uma instituição que “defende a democracia”, servindo como guardião. Essa narrativização é utilizada no título da notícia que sentenciar que “o exército cumpriu sua missão histórica”.

⁴⁵ A notícia informa sobre a entrevista realizada com o general da 9º Região Militar de Campo Grande, Mário Ferreira Barbosa, que mandou o comando do II Exército para o Distrito Federal para “defender a democracia”. Além disso, diz que a “rápida e eficiente” movimentação do exército foi realizada sem incidentes e “reinava a ordem e vigilância absoluta” na cidade, para “assegurar a segurança da família brasileira.

Thompson (2011, p.83) explica que essa estratégia insere histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. Essas tradições são, muitas vezes inventadas afim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão. Destarte, histórias são contadas para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder.

Neste caso, o jornal constrói uma linha discursiva que apresenta as Forças Armadas como uma instituição que, historicamente, agiu no país para resguardar a democracia. Esse pressuposto é utilizado também na notícia “Tomada de posição pelas associações de classes na defesa dos princípios democráticos”, de 21 de fevereiro de 1964, no qual as Forças Armadas são apresentadas como guardiões dos princípios e da unidade nacional”, e cuja função exercida é definida como “sagrada”. Apesar dessa construção simbólica não fazer parte do conjunto enunciativo selecionado para esta análise, faz-se necessário demonstrar aqui o discurso construído pelo jornal acerca do papel das Forças Armadas, que teve como objetivo legitimar a intervenção militar que depôs o presidente João Goulart.

A narrativa não é ingênua e aleatória, como explica Prior (2015,p.5), pelo contrário, “a comunicação narrativa estrutura-se em função de contextos pragmáticos que produzem, consciente ou inconscientemente, determinados efeitos no alocutário”. O narrador, portanto, com base numa determinada pretensão, organiza e estrutura o discurso para que este seja interpretado da forma desejada, “tendo em conta as suas intenções e os seus objetivos”. Nesse sentido, o autor explica que “as narrativas são mais do que meras representações da realidade. Elas são, sobretudo, dispositivos discursivos de configuração e instituição da realidade em contextos pragmáticos e sempre em função de um determinado ponto de vista.

A narrativa acerca do papel das Forças Armadas, portanto, não é uma construção desconexa, elas fazem parte de uma teia narrativa que visa apresentar a instituição como “guardiã dos princípios democráticos”. E como expõe a unidade selecionada acima, busca ressaltar ainda aspectos positivos da intervenção militar, ao caracterizar a ação como “eficiente”. Tão eficiente que, a movimentação das tropas que marcharam para o Distrito Federal, com o objetivo de depor o presidente João Goulart, não fora sentida pela população, que só tomou conhecimento da mudança política ocorrida no país no dia seguinte.

No enunciado, especificamente, ressalta-se a “missão histórica” que as Forças Armadas exerceram na garantia da democracia brasileira. É importante ressaltar que as Forças Armadas intervieram em diversos momentos de crise política no Brasil. Rouquié pontua que (1984, p. 327)

[...] a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes. Assim foi, em 1989, com a proclamação da república, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e a mocidade militar, liderada por Benjamin Constant, e assim continuou sendo, em 1930, com a derrubada de República oligárquica, que permitiu a instauração da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Mas foram também os militares que participaram do processo de estabelecer um regime democrático, que vigorou de 1945 a 1964, e garantiram a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, abortando um golpe preparado por setores das Forças Armadas (BORGES, 2014, p. 15).

Esse intervencionismo militar no cenário político brasileiro é analisado por Borges, (2014, p.16) que o divide em duas fases: “a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, reestabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar”. E a segunda fase, após 1964 – quando há o golpe civil-militar – já sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, quando os militares “assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade”.

Borges explica que, até 1964, o aparato militar brasileiro se posicionava na condição “arbitral-tutelar”, ou seja, quando havia alguma ameaça ou crise institucional, os militares intervinham na ordem política e, normalizada a situação, transferiam o poder aos civis. Com isso, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em tutelares, estabelecendo os limites da ação civil. Há uma importante mudança nesse processo após o golpe midiático-civil-militar de 1964, pois as Forças Armadas intervêm no processo político e não ocorre a transferência do poder aos civis – como em episódios anteriores. Os militares agem, portanto, na análise do autor, como atores dirigentes hegemônicos. Ele ressalta ainda que, o intervencionismo militar, após a proclamação da república

[...] é uma constante na história brasileira, sendo inclusive legitimado pelo hábito. Recorria-se à intervenção militar, segundo a lógica da época, como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais. As Forças Armadas eram reconhecidas como poder moderador, pois tal prerrogativa “estava implícita no próprio texto constitucional ao subordinar sua ação como aparelho do Estado, dentro dos limites da lei”. Sobre tal pressuposto, o intervencionismo militar seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a critério das Forças Armadas, os limites da legalidade (BORGES, 2014, p.17).

Essa cultura militar é resultado das diversas intervenções ocorridas na história política do Brasil. “A ideia, por exemplo, do destino manifesto do militar foi motivada pela formação profissional desenvolvida na instituição de que o soldado compete a missão providencial de

salvar a pátria. A intervenção militar dos militares no cenário político, portanto, “aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional” (BORGES, 2014, p.18).

Essa “missão histórica”, portanto, desempenhada pelas Forças Armadas é longa e é importante revê-la para melhor compreensão da construção simbólica realizada pelo *Correio do Estado*. Afinal, por meio desse discurso, o jornal relembra aos seus leitores o “importante” papel da instituição para o restabelecimento da ordem e da salvaguarda da democracia.

Como dito anteriormente, esse discurso aparece em diversos momentos no noticiário. Outro exemplo é a notícia “Impressionante a Marcha da Família”, publicada em 3 de abril de 1964, em que o jornal descreve a intervenção militar como “gloriosa”. Essa devoção à ação das Forças Militares é ensejada ainda ao relatar a homenagem que os participantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizaram. De acordo com a notícia, todos os oradores no evento foram ovacionados calorosamente, quando citavam as Forças Armadas do Brasil.

O *Correio do Estado*, portanto, recorreu à alusão da “missão histórica” das Forças Armadas de “salvaguardar a democracia” para legitimar a intervenção militar que instituiu no país um governo de exceção, marcado ao longo dos seus 21 anos, por autoritarismo, violação dos direitos humanos e totalmente antidemocrático.

Para legitimar a intervenção militar, o texto trabalhou com duas justificações: 1) defender a democracia e 2) impedir a ação dos inimigos da democracia (que, de acordo com a construção simbólica, foram “anulados e imediatamente colocados sob custódia, ou seja, foram detidos e mantidos presos.) Como exposto na análise sócio-histórica, diversos políticos, entre eles o vice-prefeito de Campo Grande, Nelson Trad, e os vereadores Abel Freire de Aragão, Roger Buainain e William Macksoud foram presos e tiveram o mandato caçado. Essa “caça aos comunistas” fez parte da “Operação Limpeza”, que tinha aparato legal no AI-1.

Com tais justificações para legitimar a intervenção militar, o *Correio do Estado* utiliza a estratégia de *racionalização*, ao construir uma “cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 2011, p.82). Deter a “comunização” e salvaguardar a democracia, como já foi exposto, são os principais argumentos utilizados pelo jornal para legitimar o movimento golpista, as ações das Forças armadas e as medidas de exceção.

2) Militares querem expurgo total

Com a presença de cerca de 1200 oficiais das Forças Armadas, realizou-se dia 3 último, das 18 às 21h30, o encerramento da assembleia do Clube Militar, ato a que não faltou a diretoria do Clube Naval, tendo à frente o presidente, Comandante Marcos Dias. Deliberavam os membros da assembleia, por unanimidade, indicar as providências que deverão ser tomadas de imediato para que a vitória sobre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão. Assim, acordaram-se em definir-se, em nome das três forças Armadas pelos seguintes pontos julgados essenciais: 1 – cassação imediata de mandato de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores comunistas e agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo à rebelião dos democratas [...] *Correio do Estado* – 8 de abril de 1964.

A notícia, publicada na parte superior da quarta página do *Correio do Estado*, composta em sete colunas, informa sobre a assembleia entre oficiais das três Forças Armadas brasileiras que discutiram sobre as medidas a serem adotadas para a concretização da “revolução”. Em essência, o jornal expõe os pontos discutidos no evento e que deveriam ser implementados para completar a vitória do “movimento revolucionário”.

Utilizando-se do *modus* de operação de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, a narrativa utiliza uma cadeia de raciocínio para legitimar as medidas adotadas pelo governo. Um dos pressupostos utilizado é de que a vitória sobre o comunismo só seria inteiramente efetivado através da cassação dos políticos envolvidos com o comunismo e de “agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo à rebelião dos democratas”. Através desse argumento o jornal buscar persuadir o leitor de que a medida é digna de apoio e necessária para a concretização da “Revolução”.

Mais uma vez a ameaça comunista é utilizada para justificar o movimento golpista e as medidas ditatoriais que seriam implementadas com a promulgação do Ato Institucional nº1, em 9 de abril de 1964. O AI-1 fora editado pelo Comando Supremo da Revolução, representado pelos chefes das três Armas, que, de acordo com o documento, “respondiam pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir”⁴⁶.

Coerente com a sua linha editorial e dando continuidade à narrativa legitimadora do “movimento revolucionário”, o jornal publicou em 11 de abril de 1964, matéria que expôs na íntegra os artigos do AI-1. O título não poderia ser mais sugestivo: “Armas para a democracia”. O sentido mobilizado, portanto, buscava persuadir o leitor a apoiar o “movimento revolucionário” e a legitimá-lo. Como justificativa para tais medidas, estava a ameaça comunista a ser “expurgada”, conforme enuncia o título.

3) Até Chineses ajudavam a preparar o golpe comunista no Brasil

⁴⁶ Ato Institucional nº1, disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 21 abril 2020.

Com a vitória da Democracia sobre o comunismo em nosso País, as autoridades vão mostrando ao povo até onde havia chegado a maquinação vermelha contra as instituições. E revelando, também, que o ex-presidente estava de corpo e alma comprometido no processo de comunização, pois o Brasil não tem relações diplomáticas com a China Comunista, mas o sr. João Goulart trouxe de lá uma tal de “Missão Comercial”, cujos membros entraram logo a trabalhar em favor da revolução vermelha. A missão era chefiada por Wang Yao Ting, representante de Mao Tse Tung. Subordinando líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas e outros traidores, a Missão agia livremente. Wang Yao Ting, certamente pensava que já havia chegado a hora do golpe final da sua missão, já tinha organizado até uma lista de personalidades brasileiras que seriam fuziladas depois da vitória do comunismo, figurando em primeiro lugar o Governador Carlos Lacerda, visando a seguir o General Amaury Krueel. *Correio do Estado* – 8 abril de 1964.

A notícia, publicada na parte superior da terceira página, informava sobre a prisão de chineses que tramavam um golpe para implementar o comunismo no Brasil. Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, era apontado como um dos integrantes do movimento que havia recebido entre 6 e 15 mil dólares da organização para “revolucionar seu Estado”. De acordo com o jornal, os planos dos comunistas foram revelados pelas autoridades da revolução, que, com a “vitória da democracia”, estavam “mostrando ao povo até onde havia chegado a maquinação vermelha contra as instituições”.

O jornal faz uso do modus de operação de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, no qual os argumentos de que havia infiltração de chineses no Brasil, com o objetivo de dar um golpe comunista, e o envolvimento de João Goulart com o comunismo são utilizados para justificar/legitimar o movimento “revolucionário”.

Para apresentar o quão perigoso e ameaçador o comunismo era para a democracia, o jornal buscou ressaltar as suas qualidades negativas. Na construção simbólica selecionada acima, por exemplo, os comunistas (líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas, etc.) são definidos como traidores. O adjetivo atribui qualidades negativas aos comunistas, como também caracteriza os cidadãos contrários à ideologia dominante (a ideologia militar imposta com o golpe civil-militar de 1964) como traiçoeiros e desleais. Mas traidores do quê? Segundo a narrativa, traidores da democracia e do bem-estar da nação.

Nesta unidade, ressurge o modo de *fragmentação* através da estratégia de *expurgo do outro*, que visa retratar um indivíduo como mau, perigoso e ameaçador, e contra o qual os indivíduos são chamados a expurgá-lo. O jornal mobiliza esse sentido ao apresentar João Goulart, presidente ilegalmente deposto pelo Congresso, como um chefe de nação que estava de “corpo e alma comprometido no processo de comunização” do Brasil. O argumento utilizado para justificar o envolvimento do ex-presidente com o comunismo foi o fato deste haver estabelecido negociações comerciais com a China.

No entanto, a “Missão Comercial” referida pelo jornal, foi iniciada no governo de Jânio Quadros, em 1961, quando o ex-presidente buscava lançar uma política econômica externa que objetivava transformar o Brasil em potência mundial, visando ampliar os mercados para os produtos brasileiros, especificamente o da nascente indústria automobilística. Tratava-se da Política Externa Independente (PEI). Guedes e Melo (2014, p.25) explicam que era “uma tentativa de ampliar o comércio do Brasil com todas as nações – em especial, as socialistas. Premido pela inflação galopante, Jânio tentava reduzir a enorme dívida criada no governo de Juscelino Kubitschek, “buscando novos mercados para as commodities brasileiras e para os caros produzidos pela nascente indústria automobilística”.

Para buscar alternativas que resolvessem a agonizante economia pela qual o Brasil passava, Jânio Quadros, portanto, estabeleceu negociações com a República Popular Chinesa, convidando uma missão comercial chinesa, chefiada pelo presidente do Conselho Chinês para o Fomento do Comércio Internacional, Nan-Han Chen, para vir ao Brasil. A comissão chegou no primeiro semestre de 1961, ficaram quase um mês no país, visitaram vários estados e conversaram com políticos e empresários de diversos setores.

Em 10 de maio de 1961, Nan-Han Chen e seu grupo se avistaram com o presidente no Palácio do Planalto. O encontro rendeu novas negociações, e Jango anunciou que uma missão comercial brasileira seria enviada à China para realizar um levantamento de produtos que poderiam ser importados pelo Brasil, com o objetivo de iniciar intercâmbio comercial entre os dois países (GUEDES, MELO, 2014, p.32).

Para liderar a missão comercial brasileira na China, o presidente Jânio Quadros advogou a tarefa ao seu vice-presidente, João Goulart, dando-lhe liberdade para negociar um acordo comercial, caso fosse necessário. Assim, no dia 13 de julho de 1961, “o chanceler Afonso Arinos anunciou que o governo brasileiro enviaria uma missão oficial à República Popular da China, de caráter comercial, chefiada pelo vice-presidente da República” (GUEDES, MELO, 2014, p.34).

De acordo com Guedes e Melo (2014), a viagem de Goulart à China estava incluída na estratégia de renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. É fato que a sua viagem ao oriente, contribuiu para transformar Goulart, “na avaliação dos militares e dos anticomunistas como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, no líder que iria implantar o comunismo no Brasil. Exposta essa contextualização, é possível observar que a narrativa trabalha com essa hipótese, de que Goulart queria implantar o comunismo no Brasil, quando afirma que o “ex-presidente estava de corpo e alma comprometido no processo de comunização”. A explicação dada para o envolvimento com o golpe comunista era a “missão

comercial, que o ex-presidente havia trazido da China, afinal, de acordo com o jornal, o Brasil não tinha “relações diplomáticas com a China comunista, mas o sr. João Goulart trouxe de lá uma tal ‘Missão Comercial’, cujos membros entraram logo a trabalhar em favor da revolução vermelha”.

Entre os membros da missão citados pelo jornal está Wang Yaoting, apresentado como chefe da missão comercial que representava Mao Tse Tung. Como representante da China comunista, estava no Brasil subordinando líderes sindicais, governadores e parlamentares para implementar a “revolução vermelha”, como expõe o jornal. Na realidade, Yaoting vice-diretor da Companhia Nacional Chinesa para Exportação e Importação de Têxteis (China Tex) negociava com empresários brasileiros desde 1961, mas veio ao Brasil somente em 1964, como chefe da Missão Comercial, acompanhado de Ma Waozeng e Song Guibao, com o objetivo de comprar algodão.

Com o advento do movimento golpista, Wang Yaoting foi preso juntamente com mais outros oito chineses acusados de subversão. Eram Wang Weizhen e Ju Qingdong (jornalistas da agência de notícias de Xinhua), que chegaram ao Brasil em dezembro de 1961; Su Zipinh, Hou Fazeng, Wang Zhi e Zhang Baosheng (expositores comercial), segundo grupo que desembarcou no Rio de Janeiro, em 1963, para montar uma exposição comercial de produtos da China.

Os nove chineses foram presos em 3 de abril de 1964 pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) da Guanabara e entregues aos “capangas do secretário de Segurança da Guanabara, coronel-aviador Gustavo Borges, homem vinculado à chamada ‘linha-dura’ do regime ditatorial recém-instaurado” (GUEDES; BORGES, 2014, p. 21). De acordo com Guedes e Melo (2014, p.25), os chineses foram identificados pelo Dops “como perigosos agentes internacionais a serviço da República Popular da China, para disseminar a revolução comunista no Brasil, ao lado das principais lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)”.

A prisão dos nove chineses protagonizou o primeiro escândalo internacional do governo ditatorial e fora usado, de acordo com Guedes e Melo (2014), como um dos exemplos para justificar o Ato Institucional nº 1, “a base legal usada pelo regime para cassar e prender – e, em muitos casos, torturar – milhares de brasileiros”.

O fato foi utilizado pelo jornal como argumento para legitimar o movimento golpista. Para isso, apresentou o chefe da missão comercial, Wang Yaoting, como representante de Mao Tse Tung, que subordinava “líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas e outros traidores” da pátria. Os argumentos apresentados tinham objetivo claro: persuadir o leitor da

importância do “movimento revolucionário”, e que este fora feito para conter o “ameaça comunista” e defender a democracia brasileira.

3.1 Considerações sobre a análise da cobertura jornalística em 1964

Desde os primeiros dias de 1964, o *Correio do Estado* esteve alinhado à ideologia dominante da época que buscou deslegitimar o governo de João Goulart e enfatizar a necessidade de intervenção militar. O noticiário buscou legitimar o golpe midiático-civil-militar mobilizando um suposto sistema de ideias e valores, como o de revigoramento da ordem, do progresso, e da salvaguarda da democracia. Para isso, deslegitimar o governo de João Goulart, em várias frentes (pessoal, econômico e político) foi essencial.

O fantasma do comunismo foi uma arma importante nesse sentido, pois foi usado para propalar a existência de um caos administrativo e como ameaça à democracia e as instituições. De acordo com o jornal, os comunistas pretendiam dar um golpe no Brasil e instalar uma república sindicalista.

O jornal agitou a bandeira do “perigo vermelho” como uma ameaça capaz de assustar a população e gerar um clima favorável à intervenção militar. Para isso, fez uso de uma cadeia de raciocínio que buscou apresentar o presidente João Goulart como incompetente na administração do país e envolvido com “elementos de esquerda”.

Ao trabalhar na linha de deslegitimação do governo de João Goulart, o jornal fez uso, em diversos momentos, dos modos de operação de fragmentação e sua estratégia de expurgo do outro, para expor o envolvimento do ex-presidente na “guerra revolucionária” e sua incapacidade de administrar o país. Concomitantemente, cria uma narrativa da necessidade da intervenção militar para salvaguarda da democracia e das instituições.

O governo de exceção e as medidas autoritárias adotadas posteriormente foram justificados pelo jornal como forma de reestabelecer a ordem e impedir a atuação dos “inimigos da democracia”. Nesse segundo momento, o uso dos valores democráticos, do patriotismo, de preservação da moral e direitos de propriedade, etc., são utilizados para unificar a população e construir consenso favorável ao governo ditatorial.

4. 1969: *Correio do Estado* a serviço do governo ditatorial

A narrativa jornalística do *Correio do Estado* após a concretização do golpe midiático-civil-militar manteve-se alinhado à ideologia dominante. Em 13 de dezembro de 1969 o jornal publicou a manifestação de políticos que “aplaudiam” e apoiavam a decisão do então presidente da república, general Costa e Silva. No dia 19 de dezembro, por exemplo, publicou a seguinte matéria: “Câmara aplaude a edição do Ato Quinto”, que informa sobre o requerimento apresentado pelo vereador Pinho, no qual a Câmara Municipal de Campo Grande aprovava, por unanimidade, o “voto de congratulação e solidariedade ao presidente Costa e Silva pela corajosa atitude ao editar o Ato Institucional nº5 (AI-5) e o Ato Complementar nº 38”.⁴⁷

O AI-5 vai além da imagem corrente que o define como “golpe dentro do golpe”, ele representou um aprofundamento da ditadura, armou o Estado de poderes, e, diferente do primeiro Ato, editado em 1964, não tinha prazo de expiração e poderia abrir caminho para a permanência dos militares continuamente. Em suma, com a sua vigência, a ditadura se tornou mais militar, mais autoritária, reduziu ainda mais o espaço para atuação de aliados civis, além de endurecer a repressão. Motta (2018) explica que

[...] outro aspecto chave na caracterização do AI-5 como um marco é a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de mortos, torturados, desaparecidos etc. Claro que o incremento da violência tem relação também com o ativismo da oposição armada, cujas ações tornaram-se mais agudas e encontraram resposta violenta do Estado. Porém, a responsabilidade pelo aumento da repressão não pode ser imputada às suas vítimas. A maré montante da repressão estatal decorreu do surgimento de um marco institucional que estimulava os agentes públicos à violência. Pode-se dizer que o novo Ato Institucional liberou as feras, que saíram à caça (e à cassia) com apetite ainda maior do que em 1964. (MOTTA, 2018, p. 197).

Mesmo diante de um cenário de endurecimento da ditadura militar, o AI-5 foi saudado não somente pela Câmara Municipal de Campo Grande, mas também pelo governador Pedro Pedrossian, que enviou telegrama ao presidente Costa e Silva, publicado no *Correio do Estado* em 18 de dezembro de 1968. De acordo com a notícia, assim que o governado tomou conhecimento da situação política e edição do Ato Institucional nº 5, endereçou ao presidente a seguinte mensagem:

Comunicando a vossa excelência que reina absoluta tranquilidade neste Estado, aproveito o ensejo para hipotecar a vossa excelência integral solidariedade e colaboração, neste momento difícil para a Pátria Brasileira, que graças a Deus tem o

⁴⁷ *Correio do Estado*. 19 dez 1968, p. 2. Câmara Aplauda Edição do Ato Quinto. Arquivo: *Correio do Estado*.

seu glorioso destino sob o comando esclarecido e ilustre e horado Presidente da República [...]”⁴⁸

Como exposto na análise sócio-histórica, primeira fase da HP, diversos políticos do sul de Mato Grosso se alinharam à ideologia do governo ditatorial e manifestaram seu apoio; o *Correio do Estado*, como porta-voz da ideologia udenista/arenista, passou a publicar as manifestações de políticos e da classe dominante do sul de Mato Grosso que ensejavam seu apoio ao governo de Costa e Silva e à promulgação do AI-5.

Na notícia “Costa e Silva: A Revolução foi obra também da imprensa”, publicada em 13 de abril de 1969, o ditador-presidente afirmou que a “revolução” só foi possível com a ajuda da imprensa. O *Correio do Estado* reafirmou sua colaboração no processo afirmando que suas edições eram “testemunhas do muito que este diário lutou pregoando a reforma que a Revolução acabou realizando no Brasil. Nós também contribuimos com a nossa parcela”.

Enquanto parte da imprensa brasileira adotava uma nova postura, a de oposição ao governo ditatorial após a vigência do AI-5, que institucionalizou a censura direta às empresas jornalísticas, o *Correio do Estado* continuava colaborando com a ditadura. Esse colaboracionismo fica evidente na análise das notícias veiculadas durante 1969. Para partirmos para essa constatação, foi necessário organizar as formas simbólicas, codificá-las e categorizá-las para constituir o *corpus* de pesquisa.

Portanto, o recorte temporal que compreende o segundo período desta pesquisa é entre dezembro de 1968 e dezembro de 1969. Nesse processo, foram consultadas 2.827 páginas de 322 edições, de onde foram selecionadas 22 matérias, entre notícias e notas que abordavam sobre o governo ditatorial. Devido à repetição de proposições, foram escolhidas as notícias que apresentavam conteúdo mais representativo. Dessa forma, a análise é constituída de 16 notícias, que resultaram em 24 unidades de registros, classificadas nas seguintes categorias: legitimação, unificação, dissimulação, fragmentação e reificação.

A Legitimação

1) A Revolução em Marcha

O Conselho de Segurança Nacional, convocado pelo sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, esteve reunido na tarde de ontem, segundo se noticiou, dando continuidade à tomada de providências para preservação dos princípios defendidos pela Revolução, consubstanciados no combate à subversão e à corrupção. [...] Considerando que, em determinados estados, as assembleias legislativas têm contrariado os princípios éticos fundamentais em que se baseou a

⁴⁸ *Correio do Estado*. 18 dez 1968, p.1. Pedrossian Solidário com Costa e Silva. Arquivo: *Correio do Estado*.

Revolução Democrática Brasileira e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto à beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade que o povo outorgou – O presidente da República baixou o ato complementar, decretando a partir de ontem, o recesso das assembleias legislativas dos estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. *Correio do Estado* - 8 fevereiro de 1969

“Revolução em Marcha” relata a reunião convocada pelo presidente Costa e Silva para decidir as providências que seriam tomadas para garantir os princípios democráticos. Entre elas, um ato complementar que foi baixado para corrigir ações indevidas que aconteciam nas Assembleias Legislativas da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro São Paulo e Sergipe. Por último, informa o número de políticos cassados e que tiveram seus direitos suspensos por dez anos. A notícia ocupa a parte inferior da primeira página e é composto por três colunas de texto.

Na proposição em foco, o jornal utiliza a *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, na qual expõe uma série de argumentos com a pretensão de legitimar as ações repressivas do governo ditatorial, como, por exemplo, as cassações de políticos e o fechamento das assembleias legislativas.

Com a pretensão de legitimar essas ações repressivas, o jornal argumenta que os princípios defendidos pela “revolução” são consubstanciados no “combate à subversão e à corrupção – dois pressupostos utilizados em 1964 para persuadir a opinião pública a favor de um projeto político que mostrava a intervenção militar como a solução.

Verifica-se nessa narrativa similaridades ao discurso realizado em 1964, no qual o *Correio do Estado* utilizou de valores sociais e moral para argumentar sobre a necessidade da intervenção militar, que reestabeleceria a ordem institucional e salvaguardaria a democracia. Em 1969, o posicionamento ideológico do jornal não muda, e passa a justificar as medidas repressivas do governo.

Como pode ser observado no conjunto enunciativo, os argumentos de “combate à subversão” e à “corrupção” continuaram a ser explorados para legitimar as ações ditatoriais. Esses dois argumentos englobam, os “princípios defendidos pela Revolução”, que não se restringem somente a esses, mas abrangem vários campos da vida social, como, por exemplo, valores relacionados à família, à escola, à propriedade, dentre outros.

O argumento exposto para o fechamento das assembleias legislativas, por exemplo, foi de que estas estavam “usando abusivamente de direitos para beneficiarem membros com remuneração e vantagens”, ou seja, exercendo uma ação corruptiva, que feria “os princípios éticos fundamentais que se baseou a “Revolução Democrática Brasileira”. Com base nesse raciocínio, nada mais “lógico”, portanto, do que reprimir os infratores que “desmoralizaram”

os princípios democráticos da “revolução”. Nesse sentido, as assembleias legislativas estavam contrariando “princípios éticos fundamentais da revolução”, o que dava “legitimidade” para a aplicação de ações repressivas – argumento utilizado para persuadir o leitor a apoiar as mesmas.

É importante recordar que o recesso das assembleias legislativas ocorreu num momento no qual o governo, insatisfeito com a oposição que vinha sofrendo em diversos estados, recorreu às novas disposições de força trazida pelo AI-5 para decretar o Ato Complementar nº 47, em 7 de fevereiro de 1969, como forma de anular qualquer tipo de oposição. Para isso, mobilizou o discurso de combate à subversão e à corrupção como indulgências plenas para todos os seus atos. De acordo com a medida,

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e, Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em princípios éticos fundamentais visando a, não apenas, combater à subversão e a corrupção, mas, também, a impor normas legais e morais a todos quantos integram quaisquer ramos dos Poderes Públicos; Considerando que, em determinados Estados, suas Assembléias Legislativas têm contrariado, até de modo ostensivo, aqueles princípios e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto a beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade do mandante que o povo lhes outorgou; Considerando o que já foi apurado relativamente a determinados órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar: Art. 1º Nos termos do artigo 2º e seus parágrafos, no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso, a partir desta data, das Assembléias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe⁴⁹.

Durante o período que a Assembleia Legislativa da Guanabara esteve em recesso, por exemplo, a ditadura aproveitou para promover a cassação de 27 parlamentares, dos quais 20 deles pertenciam ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB – agrupamento de oposição tolerada pela ditadura). O estudo realizado pela Comissão Nacional da Verdade explica que, considerando que o Ato Institucional nº 2 determinava que os deputados cassados não seriam substituídos, torna-se evidente que com as cassações em massa o quadro de forças dentro do parlamento era alterado de forma significativa⁵⁰.

Ao expor essa contextualização, verifica-se que as reais intenções do governo ditatorial em reprimir à oposição era concentrar o poder de decisão e mando. Ademais, é possível identificar que a ideologia do governo ditatorial é repercutida no *Correio do Estado* quando este utiliza dos mesmos pressupostos.

⁴⁹ BRASIL. Ato Complementar nº 47. 1969.

⁵⁰ Relatório - Tomo I - Parte IV - A Assembleia Legislativa de São Paulo no Golpe Militar de 1964 e Durante a Ditadura. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_4_ALESP-na-ditadura.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

2) O Governo Federal participa do vasto plano de obras da CEMAT

A Usina do Mimoso representa para o sul de Mato Grosso considerável aumento no complexo energético da região Centro-Sul, base para a formação de um Estado industrializado e voltado para os anseios do povo, de acordo com os princípios revolucionários.[...] Só mesmo assim, com o perfeito entrosamento entre o governo Federal e Estadual é que Mato Grosso irá encontrar os seus verdadeiros caminhos de desenvolvimento, dando a sua parcela para o bem estar social e a grandeza do país. *Correio do Estado* – 31 de março de 1969.

Em 31 de março de 1969, o *Correio do Estado* fez uma edição especial em “comemoração ao quinto aniversário da ‘revolução’”, e que “celebrava” os dois anos de governo do ditador-presidente Costa e Silva. Composta por quinze páginas, estampava na capa a notícia “O povo aplaudiu as Forças Armadas no Desfile da Revolução”, que mostrava a “comemoração” ao quinto aniversário da revolução com fotos de militares em marcha. De acordo com a notícia, uma considerável massa popular” havia acompanhado e aplaudido a tropa em desfile, “numa demonstração de civismo que foi o ponto mais alto das comemorações da passagem do quinto aniversário da Revolução de 31 de março de 1964”⁵¹

A edição é impregnada de elogios à “revolução”, às Forças Armadas, e ao governo de Pedro Pedrossian. Entre os diversos elogios, trazia: “Com o Governo Revolucionário, Mato Grosso vem encontrando o caminho do desenvolvimento”; “A marcha segura e tranquila do progresso precisa de garantias. Essas garantias existem. Os brasileiros sabem disso”. Além disso, como forma de demonstrar os aspectos positivos e o avanço que a “revolução” proporcionou para o Brasil, o jornal publicou artigos opinativos como o “Viva a Revolução”, assinada por Villasbôas e a “Revolução de 31 de março”, de Demosthenes Martins – civil que integrou os quadros da UDN, ferrenho defensor da “revolução” e ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, em 1951.

A unidade selecionada vai de encontro com a narrativa da edição, que buscou ressaltar vários aspectos positivos da “revolução”, como, por exemplo, o progresso e o desenvolvimento econômico. Esses aspectos também foram ressaltados na notícia “A palavra do chefe da nação”, que traz na íntegra o discurso de Costa e Silva, no qual este relata sobre as ações do governo voltadas para o desenvolvimento do país na Amazônia e nas áreas da habitação, dos transportes, da agropecuária, da saúde pública, entre outros.

O fragmento de texto selecionado para essa análise, ocupa toda a página quatro e é ilustrada por quatro fotos que mostram as obras em desenvolvimento no Estado. Em síntese,

⁵¹ *Correio do Estado*, 31 de março 1969, p. 1. O povo aplaudiu as Forças Armadas no Desfile da Revolução”. Arquivo: -8+032,0*Correio do Estado*.

informa sobre a importância da “perfeita” parceria entre o governo de Mato Grosso, sob a administração de Pedro Pedrossian, com o governo do Marechal Costa e Silva, que, de acordo com o jornal, estava apoiando diversas obras do programa da CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. Informava ainda os investimentos realizados: 32 milhões de cruzeiros novos, que foram aplicados da Usina do Mimosa. Entre outras informações sobre a capacidade da usina e os investimentos realizadas no sul do estado, a notícia ressaltava a importância do apoio do presidente para o progresso de Mato Grosso.

Exposto isso, o conjunto enunciativo opera pelo modos de operação de *legitimação* e sua estratégia de *racionalização*, que, como exposto em análises anteriores, busca criar uma cadeia de raciocínio que procura defender, justificar um conjunto de ações e persuadir o leitor de que isso é digno de apoio. Desta forma, mobiliza as formas simbólicas para apresentar as ações como legítimas. A estratégia é utilizada no enunciado ao empregar conotações positivas à revolução, demonstrando o avanço social que está prometera realizar.

Desmiuçada a construção simbólica, é possível identificar diversos pressupostos que ressaltam a importância do governo “revolucionário” e o apoio dado por este para o crescimento do sul de Mato Grosso. Entre eles: 1) “o perfeito entrosamento entre os governos Federal e Estadual é que Mato Grosso irá encontrar os seus verdadeiros caminhos do desenvolvimento, dando a sua parcela para o bem estar social e a grandeza do país”; 2) através dos investimentos vindos do Governo Federal, fora possibilitada as obras da Usina do Mimosa, que representava para o Sul do Estado um “considerável aumento no complexo energético e base para a formação de um estado industrializado e voltado para os anseios de seu povo de acordo com os princípios democráticos”.

Esses dois pressupostos dão ao governo “revolucionário” conotações positivas, ao mostrar que, com o apoio deste, era possível o sul do Estado se industrializar. Isso é exposto como se fosse um desejo da população, como fica claro na seguinte proposição: “o estado industrializado é voltado para os anseios de seu povo”. Essa era uma estratégia utilizada pela ditadura para construir aceitabilidade ao mostrar que o regime em curso era sinônimo de governo do povo, não admitindo que aquele era um governo de elite. O apelo à legitimidade, portanto, centrado num pretensão ideário de democracia feito pelo governo ditatorial visava mostrar que os objetivos do movimento de 1964 se enquadrava dentro dos anseios e aspirações do povo brasileiro.

No fragmento analisado, a industrialização do sul de Mato Grosso foi vinculada ao argumento de que esta atendia aos anseios do povo de acordo com os princípios democráticos da revolução. Logo, suprimia a ideia de que essa industrialização era realizada de acordo com

os interesses de uma elite sul mato-grossenses. É apresentada então uma estratégia, a de *universalização*, na qual acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos. Nesse caso, a industrialização local serviria ao interesse da população como um todo.

Todas as medidas econômicas e/ou políticas tomadas pela ditadura vinham acompanhadas de articulação no sentido de convencer a população de que as mesmas conduziriam inexoravelmente à suposta democracia com a responsabilidade almejada pelo regime. O desenvolvimento e industrialização do Estado, portanto, só foi possível devido ao “perfeito” entrosamento entre os governos Federal e Estadual, ou seja, devido ao alinhamento político e ideológico da classe política sul-mato-grossense aos ditames do governo.

Ao mostrar o apoio do governo Federal para tornar o sul de Mato Grosso uma região industrializada, é mobilizado aspectos positivos da “revolução”, que buscava se legitimar ao vincular todas as medidas econômicos e/ou políticas a uma normalidade democrática. Ademais, busca relacionar a industrialização à um “espírito desenvolvimentista” quando afirma que “Mato Grosso irá encontrar os seus verdadeiros caminhos de desenvolvimento ao dar sua parcela para o bem estar social e a grandeza do país. Mas tudo isso seria realizado sob o designo dos princípios revolucionários, como apontado pelo jornal.

Esse “espírito desenvolvimentista” foi uma das causas para que os grupos hegemônicos do norte e do sul do Estado apoiassem o golpe midiático-civil-militar de 1964, como foi exposto na análise sócio-histórica (ver item 1.6). Afinal, de acordo com Demonsthenes Martins, até 1964, Mato Grosso estivera abandonado pelo governo Federal, situação que começou a mudar após o golpe (BITTAR, 2009, p. 282).

Essa ideologia desenvolvimentista, apregoada pela classe hegemônica do sul do Estado, fora repercutida pelo *Correio do Estado* e utilizada como argumento para ressaltar o apoio do Governo Federal para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso.

3) Novo listão para hoje

O Conselho de Segurança Nacional estará hoje reunido no Palácio das Laranjeiras, no Rio, sob a presidência do Marechal Arthur da Costa e Silva, para examinar processos de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos segundo se informa, de 4 senadores, e 12 deputados federais. Também processos referentes a deputados estaduais estão incluídos na pauta dos trabalhos.

[...] A população brasileira tem estado às iniciativas e às medidas que vem sendo tomadas pelo governo federal, já começando a aplaudir a Revolução de 64. Cansada de ser ludibriada, a gente brasileira em nada mais acreditava. Contudo, agora, os primeiros aplausos começam a surgir numa demonstração de que o apoio popular está sendo conquistado pelo govêrno do Marechal Arthur da Costa e Silva. *Correio do Estado* – 13 março de 1969

“Novo listão para hoje” foi publicada na primeira página, na parte superior, e composta por quatro colunas. Informava sobre a reunião do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio das Laranjeiras, que seria presidida pelo presidente Costa e Silva para examinar processos de cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos de quatro senadores e 12 deputados.

Ao informar sobre as cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos, utiliza-se da *legitimação* e sua estratégia de *universalização*, para expor que, os atos repressivos recebiam o apoio da população brasileira, que “começava a aplaudir a Revolução de 64”. De acordo com Thompson (2011, p.), através dessa estratégia, acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos.

Nesse caso, os atos repressivos são apresentados como um instrumento que atenderia aos anseios da população, que, de acordo com o jornal, encontrava-se cansada e ludibriada. Ao trabalhar com esse argumento, o jornal busca persuadir o seu leitor e mostrar que as ações repressivas adotadas pelo governo tinham respaldo popular, e eram necessárias para a normalização democrática.

A medida à qual se refere e que foi aplaudida pela população brasileira, era o AI-5, que implantou o estado de terror em nome da continuidade e do aprimoramento da ordem institucional, segundo a visão ideológica do governo “revolucionário”. Com o ato, institucionalizava-se a tortura e outras formas de repressão, que eram justificadas pelo grupo de poder como uma imposição democrática que objetivava “assegurar os anseios da maioria do povo brasileiro no sentido de aperfeiçoar o regime militar” (REZENDE, 2013, p. 88).

Como forma de persuadir o seu leitor a apoiar as medidas repressivas o *Correio do Estado* apresentou o AI-5 como algo que era ansiado pela população que, segundo a narrativa, estava cansada e ludibriada. Ao trazer essa justificação, legitima as medidas repressivas.

A narrativa legitimadora tem sequência com a notícia “Assembleia: Recesso poderá sair hoje”, que informa sobre a cassação do deputado estadual Sebastião Nunes de Cunha, que foi festejada com regozijo em Aquidauana – local onde foi realizada uma passeata na qual a população dava “vivas ao ato revolucionário”⁵².

O ex-deputado estadual Sebastião Nunes da Cunha, de acordo com o ofício nº002 do Ministério da Justiça, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de dez anos, com base no Ato Institucional nº 5⁵³. Além dele, foram cassados os deputados estaduais Ney Ângelo Pereira, João Chama e Augusto Mario Vieira.

⁵² *Correio do Estado*, 14 março 1969, p 1, Assembleia: Recesso poderá sair hoje. Arquivo: *Correio do Estado*.

⁵³ Ofício nº 002-GAB/2012/70 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional Fundo de Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

À guisa de exemplo do poder repressivo do AI-5, que, de acordo com *Correio do Estado*, era uma medida que tinha o apoio popular, foi a cassação do ex-deputado pelo MDB Ney Ângelo Pereira, acusado, entre outras coisas por praticar “várias irregularidades como diretor da Fundação Educacional Batista Matogrossense (FEBAMA)”, por ser “corrupto, demagogo”, fazer “pregação em defesa de ‘slogans’ comunistas”, de acordo com o processo n.8/245 do Conselho de Segurança Nacional⁵⁴.

Esses foram alguns dos políticos que tinham o nome nos “listões” divulgados com frequência pelo *Correio do Estado*; e que mostra o viés ideológico do jornal quando este trata as ações repressivas como uma forma de “normalização democrática”.

A Unificação

1) Garrastazú é renascer da esperança (30 outubro 1969)

A pessoa do eminente General Emilio Garrastazú Médici na Presidência da República, nesta data, encerra um ciclo da história republicana e faz renascer as esperanças da nacionalidade, sempre trabalhando e sonhando com um Brasil próspero e feliz. O Governo que hoje se inaugura será de realização, de ordem, trabalho e justiça, concedido que foi ao novo Presidente, o voto de confiança que pediu ao povo brasileiro logo após ter sido anunciada sua eleição pelo Congresso Nacional. Prometendo governar o país com o pensamento voltado para os trabalhadores, Garrastazú Médici prometeu, como Presidente eleito “humanização da correção monetária para a política habitacional” que “será mantida, mas não tão violenta”, o que vale dizer que os trabalhadores continuarão encontrando facilidade para adquirir casa própria, mas com um sistema de pagamento suavizado e conforme com o poder aquisitivo da classe obreira. *Correio do Estado – 30 outubro de 1969*

A notícia, que foi chamada de capa da edição, composta por cinco colunas de textos na parte superior esquerda, estampa a foto do ditador-presidente Emílio Garrastazú Médici, que tinha acabado de tomar posse da presidência da república, em 30 de outubro de 1969. O novo governo, de acordo com a narrativa, era o renascer das “esperanças da nacionalidade”, e o sonho de um Brasil próspero e feliz. Voltado para os trabalhadores e com uma “filosofia administrativa” voltada à saúde, educação, alimentação e habitação.

No fragmento de texto é mobilizado alguns sistemas de ideias e valores ressaltados pelo governo ditatorial, como ordem, justiça, patriotismo e progresso. Ao mobilizar esses valores, a ditadura pelevava para criar uma consciência coletiva favorável a ela, no qual o grupo que estava no poder, no caso, os militares, representado pelo novo ditador-presidente Médici, teria condições de resguardar e desenvolver esses valores que seriam o fundamento, segundo eles, do movimento “revolucionário” de março de 1964.

⁵⁴ Processo n8/245 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo Nacional Fundo de Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <sian.an.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2020.

Dessa forma, os leitores do *Correio do Estado* são persuadidos, por meio desses valores, a se unirem em prol do novo governo, que faria “renascer as esperanças da nacionalidade, sempre trabalhado e sonhando com um Brasil prospero e feliz”.

A estratégia utilizada é o de *unificação*, estabelecido e sustentado pelo viés da *simbolização de unidade*, no qual as relações de dominação são estabelecidas e sustentadas através da construção de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, sem considerar diferenças e divisões que possam separá-los. Desse modo, o *Correio do Estado* visa unificar a população a um propósito: apoiar o governo Médici, que não só preservaria a ordem, justiça, como teria uma filosofia administrativa voltada para os trabalhadores.

Ao descrever o governo Médici como uma promessa de renascimento de “esperança da nacionalidade”, que sonha com um Brasil prospero e feliz, e, principalmente, com uma administração “voltada para os trabalhadores”, através de uma política de “humanização da correção monetária” para a área habitacional, o jornal se vale de um segundo modo de operação da ideologia, o da *dissimulação* e sua estratégia de *deslocamento* (*eufemização*). Como já foi exposto, a dissimulação desvia a atenção do fato principal; e o deslocamento transfere “um termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidos para o outro objeto ou pessoa (THOMPSON, 2011, p. 83)”.

A “esperança de nacionalidade” representa aqui o povo brasileiro, especificamente a classe operária. Ao atribuir uma missão aos trabalhadores, definindo-os como a “esperança da nacionalidade”, o jornal persuadi o leitor a apoiar o governo e a trabalhar por um bem maior: o progresso do país. Dessa forma a “filosofia administrativa”, visava estimular a classe operária a produzir mais e melhor em prol do progresso do Brasil. A construção simbólica, portanto, ao apresentar as necessidades do proletariado como principal meta, dissimula um projeto político que tenta mobilizar e estimular as massas a produzir mais. Essa assertiva é confirmada na seguinte proposição feita pelo jornal: a “produção maciça em todas as frentes de trabalho levará o Brasil ao desenvolvimento que constitui a meta principal do Governo Revolucionário”.

2) Eleito prefeito de Campo Grande o Sr. Antônio Mendes Canale

O povo campo-grandense, num dos pleitos mais tranquilos, elevados e decentes de nossa história elegeu o seu novo prefeito e vereadores.

A Aliança Renovadora Nacional – ARENA, foi a vitoriosa, sendo consagrada pela população que, livre e conscientemente, votou no dia 30 de novembro.

A decência com que foi realizada a disputa foi consagrada para os diversos candidatos, que souberam manter as suas campanhas eleitorais em nível alto.

A grande maioria dos votos dados pela população coube à ARENA de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, ou seja, à Revolução de Março de 64. [...] É preciso que se compreenda que a vitória maior coube à população campo-grandense e não a este ou aquele chefe político municipal. Interpretando o pensar da população da cidade que mais cresce no oeste brasileiro, fazemos veemente apelo ao eleito em 30 de novembro para que não falte, em hipótese alguma, com o seu povo, pois Campo Grande não pode parar. *Correio do Estado* – 4 dezembro de 1969

A notícia, que ocupa a parte central do jornal, com cinco colunas de texto e foto do prefeito eleito, informa sobre as eleições ocorridas em 30 de novembro de 1969 para prefeitos e vereadores de Campo Grande. A maioria eleita pertencia a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do governo ditatorial, que teve uma vitória “consagrada” pela população.

Por meio da *unificação* e sua estratégia de *padronização*, o texto interliga os indivíduos à uma identidade coletiva. Ao se referir aos campo-grandenses como um “povo livre”, “consciente” e “progressista” que participou de um processo eleitoral “tranquilo”, “elevado” e um dos mais “decentes” da história do município, o jornal cria uma identidade coletiva para esses indivíduos. Além de atribuir-lhes os créditos por uma eleição elevada e decente, no qual a Arena saiu vitoriosa.

Ao adjetivar a eleição como tranquila, ou seja, que ocorreu em paz e sem nenhum tipo de alvoroço, a narrativa atribui essa característica não apenas à população campo-grandense, como deixa subtender que isso foi devido à vitória da ARENA, definida como consagrada pelo jornal. Na definição do dicionário Houaiss, consagrado trata-se daquilo que “obteve aprovação, foi sancionado, convalidado”. Neste caso, aprovado pela população campo-grandense, que estaria à altura da “cidade que mais cresce no país”.

Mais uma vez é possível identificar a menção à ideologia progressista propagada pela elite pecuarista do sul do Estado, que manifestava sua “convicção no progresso e no destino da cidade que não era outro senão o de vir a se tornar capital”, como exposto na análise sócio-histórica (ver item 1.6). Essa ideologia de progresso e desenvolvimentismo local estava vinculado ao conceito de segurança nacional, ou seja, da Doutrina de Segurança Nacional, que previa que o Estado alcançaria certo grau de legitimidade se houvesse desenvolvimento econômico e segurança interna.

Ao enaltecer o processo político e a escolha dos campo-grandenses, o *Correio do Estado*, mais uma vez, defende a ideologia arenista. No artigo “Povo quer a ARENA unida”, isso fica explícito:

Têm sido muito bem acolhidos pelo povo campo-grandense que deu à ARENA espetacular vitória no pleito de 30 de novembro, os artigos lançados pelo CORREIO

DO ESTADO, que aconselha e defende, em benefício de Campo Grande e do próprio Partido do Presidente da República, a mais perfeita e sólida união da ARENA, principalmente a sua cúpula dirigente municipal, abarcando o clima de harmonia todos os novos vereadores e o Prefeito eleito de Campo Grande, já que serão estes, a partir de 31 de janeiro próximo, os responsáveis pela administração do Município, não restando dúvida que de uma administração progressista e honesta resultará o fortalecimento da ARENA na simpatia e na preferência popular.

Muitas pessoas de responsabilidade, e que têm trabalhado pelo progresso de Campo Grande, trouxeram ao CORREIO DO ESTADO e os aplausos pela campanha que enceta visando à união ao fortalecimento da ARENA, a começar por Campo Grande que é a maior base popular do Partido Revolucionário em Mato Grosso. Os aplausos, a simpatia com que estão sendo acolhidos os nossos artigos, não deixam dúvida quanto a oportunidade da nossa campanha em favor de uma arena unida e coesa⁵⁵.

Como fica explícito no texto opinativo selecionado acima e também na notícia aqui analisada, o *Correio do Estado* assumiu o papel de defensor da ideologia arenista e adotou um discurso persuasivo ao enaltecer a Arena, assim como o governo ditatorial.

A Dissimulação

1) Professores e alunos terão punição por atos subversivos

O Presidente da República assinou decreto lei definindo as infrações disciplinares cometidas por professores, estudantes e empregados de estabelecimento de ensino público ou particular. *Correio do Estado* – 3 de março de 1969

A notícia, composta por nove colunas de texto, ocupa as páginas 4 e 5 da edição n. 5.445, e informa sobre a assinatura do decreto-lei que instituía punições aos estudantes e professores que cometessem algum tipo de “infração” contra o governo “revolucionário. De acordo com o Art. 2º do Ato Institucional nº5, eram consideradas atentado à ordem revolucionária as seguintes infrações: 1) aludir ou incitar a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização de atividade escolar ou participe desse movimento; 2) organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles, comícios não autorizados, ou dele participe; 3) conduza, confeccione em depósito ou distribua material subversivo de qualquer natureza; 4) use dependências ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ao contrário à moral ou à ordem pública; entre outras.

O termo (infrações disciplinares) atenua uma medida repressiva imposta pela ditadura com a promulgação do AI-5, que visava reprimir qualquer tipo de manifestação e opinião contrária a ideologia do governo. Por meio da *dissimulação* e sua estratégia de *eufemização*, o jornal visa apresentar as ações de modo a despertar uma valoração positiva.

⁵⁵ *Correio do Estado*, 6 de dezembro de 1969, p.2, Povo quer a ARENA unida. Arquivo: *Correio do Estado*.

Neste caso, ao utilizar o termo “infrações disciplinares”, o *Correio do Estado* atribuiu uma conotação positiva ao Art. 2º do Ato Institucional nº5, que trata sobre as infrações aos estudantes e professores. Dessa forma, contribui para propagar a narrativa utilizada pelo governo ditatorial que buscava justificar as medidas adotadas como forma de manter a ordem e a segurança nacional.

Cabe aqui uma reflexão: quais motivos levaram o governo a decretar infrações disciplinares a estudantes e professores? A possível resposta está no fato de que o campo educacional dá liberdade para o pensar e construir novos caminhos para sociedade. Liberdade essa que era reprimida pelo governo ditatorial que buscava construir uma consciência coletiva favorável aos seus ditames. Dessa forma, buscava-se reprimir qualquer voz dissonante à sua doutrina.

Para a compreensão do eufemístico aplicado ao definir as punições apenas como infrações disciplinares, é importante recordar que o AI-5 teve impacto direto na educação, pois representou a repressão aos movimentos sociais organizados, a cassação de intelectuais, decretou a aposentadoria compulsória de professores e influenciou na desmobilização de organizações estudantis no território nacional.

Ao utilizar o substantivo disciplina no termo “infrações disciplinares” o jornal dá a entender em medidas de conduta para estabelecimento de ordem, mas, em momento algum, mostra a real magnitude das medidas repressivas instituídas com o AI-5. O Ato, mascarado apenas como uma “infração disciplinar” mostrava seu lado mais sombrio, ao reprimir qualquer ato ou manifestação que fosse considerada subversiva.

O decreto-lei instituído pelo governo ditatorial, portanto, visou homogeneizar a sociedade brasileira, objetivando criar uma ordem social em que não cabia nenhuma diferença de pensamento, atitude e comportamento.

A Fragmentação

1) Revoluções serão feitas dentro da Revolução (17 de dezembro de 1968)

Inicialmente, o Chefe do Gôverno relacionou e refutou as calúnias que vinham sendo assacadas contra o Gôverno Revolucionário. Referiu-se ao fato de os derrotados de março de 64 estarem, ultimamente, procurando reconquistar o poder, acreditando no enfraquecimento da Revolução, lançando mãos de todos os recursos de maledicência, falsidade, mentira e calúnia, principalmente no que diz respeito à corrupção que diziam estar campeando no país. [...] Reafirmando que a Revolução é irreversível, o Presidente afirmou a sua disposição de fazer novas revoluções dentro da Revolução, se preciso, para esta conseguir seus objetivos. “A revolução estará alerta contra as tentativas de perturbação da ordem da paz e da tranquilidade da Nação”. *Correio do Estado – 17 de dezembro de 1968.*

“Revoluções serão feitas dentro de revoluções” informa sobre a reunião do presidente Arthur da Costa e Silva na Escola de Estado Maior do Exército, que abordou sobre a situação sócio-política do país. Na ocasião, o presidente reiterou um dos princípios do “governo revolucionário”: a manutenção da ordem. Para isso, estava disposto a fazer “revoluções dentro da Revolução” para conseguir seus objetivos. A notícia é composta por duas colunas de texto, localizada no canto superior direito da primeira página do jornal, ilustrada com a foto do presidente.

Nesta unidade de registro é operacionalizado o *modus de fragmentação* e sua estratégia de *expurgo do outro*. Ao adjetivar os grupos de oposição como “mentirosos”, “caluniadores” e “derrotados”, o *Correio do Estado* atribui uma conotação negativa a esses indivíduos, apresentando-os como uma ameaça ao governo, como fica explícito na seguinte proposição: “Referiu-se ao fato de os derrotados de março de 64 estarem, ultimamente, procurando reconquistar o poder, acreditando no enfraquecimento da Revolução, lançando mãos de todos os recursos de maledicência, falsidade, mentira, calúnia, principalmente no que diz respeito à corrupção que diziam estar campeando no país”.

Ao ressaltar a fala de Costa e Silva de que a “revolução é irreversível” e a “disposição em fazer novas revoluções dentro da Revolução”, fica claro que grupos opositores não teriam espaço para manifestarem-se contra o governo, que utilizaria de todos instrumentos (como o AI-5), para conter “os derrotados de março de 64” que ameaçassem a “revolução”. Esse aspecto é enfatizado novamente na reprodução da fala do presidente sobre as calúnias levantadas: “A revolução estará alerta contra as tentativas de perturbação da ordem, da paz e da tranquilidade da Nação”.

Dessa forma, ao atribuir adjetivos negativos ao grupo opositor, objetiva-se expurgar esses indivíduos, pois representavam uma ameaça para o país – argumento frequentemente propagado pelo movimento golpista em 1964 e difundido nas páginas do *Correio do Estado*. Em 1969, o jornal não mudou seu posicionamento político, e continuou apresentando a oposição como uma ameaça.

Para melhor compreensão da construção simbólica, retomar o contexto sócio-histórico é fundamental. A notícia “Revoluções serão feitas dentro da Revolução” foi publicada quatro dias após a promulgação do AI-5, que é caracterizado por diversos pesquisadores da ditadura militar como o golpe dentro do golpe. Isso porque marca o endurecimento da repressão e mudou as regras do jogo, como, por exemplo, reduziu o espaço para a atuação de aliados civis, que, embora continuassem presentes, assumiram uma posição ainda mais subalterna. Ao reproduzir a afirmação de Costa e Silva de que “Revoluções estará alerta contra as tentativas

de perturbação da ordem e da paz”, sub-repticiamente reforça que o “governo revolucionário” não irá admitir “calúnias” e a manifestação de grupos de oposição.

Como forma de expurgar o “derrotados de março de 64”, portanto, o jornal não economizou na pejoração: mentirosos, derrotados, caluniadores, etc. As conotações negativas contribuem para que qualquer tipo de denúncia ou oposição ao governo ditatorial sejam deslegitimadas, e não passem difamação que atacam os princípios revolucionários.

2) **Comandante do I Exército: Violência contra violência**

Falando ontem sobre a violência que vem sendo posta em prática pelos agentes da subversão, que nas 48 horas feriram a bala três pessoas, quando estas tentavam impedir a distribuição de panfletos pregando a luta armada, o General Siseno Sarmiento, Comandante do I Exército enxotou a opinião pública a ficar atenta aos atos desses vândalos, que não escondem seu desprezo pela propriedade e pela vida de terceiros. *Correio do Estado* – 9 agosto de 1969.

Na notícia “Comandante do I Exército: Violência contra Violência”, informa sobre um confronto envolvendo grupos de resistência ao governo, que resultou em três pessoas feridas à bala. O grupo de resistência também estaria distribuindo panfletos que pregavam a luta armada. Por último, traz a declaração do general Siseno Sarmiento, que relatou que os seus comandos não abordariam mais os bandidos e distribuidores de panfletos com as mãos abanando, mas sim devidamente armados e prontos para “neutralizar os traiçoeiros”. O texto ocupa a parte central da primeira página do jornal e é composta em três colunas.

No enunciado, é feito o uso da *fragmentação* sustentada pelo viés da *diferenciação*. Ao definir os grupos de resistência ao governo como “agentes de subversão” e “vândalos”, é dado ênfase às distinções e diferenças entre pessoas e grupos. A narrativa ressalta o discurso autoritário e doutrinário adotado pelo jornal, que, através de suas páginas, adotou o mesmo tom do governo ditatorial para definir a oposição.

Os “agentes subversivos” e “vândalos” a qual o jornal se refere são os grupos de resistência à ditadura militar, parte formada por jovens que buscavam combater a escalada do autoritarismo a partir do golpe de 1964, fazendo uso da luta armada. O enfrentamento foi uma resposta ao terrorismo de estado e à repressão. Entre os grupos de resistência desse período estão o Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), a Ação Libertadora Nacional (ALN), O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e Rede.

Na data que a notícia foi publicada estava vigente o AI-5, fase de recrudescimento da repressão, marcada pela proibição de qualquer tipo de manifestações, a suspensão do *habeas corpus*, e a institucionalização da tortura e a censura. É diante desse cenário que os grupos de

resistência à ditadura fazem de 1969 o grande ano da guerrilha urbana, travando diversos enfrentamentos com o governo ditatorial.

Esse enfrentamento foi relatado pelo *Correio do Estado*, como apontado acima, como “vandalismo causados pelos agentes de subversão”. O discurso adotado pelo jornal alinha-se ao discurso do governo ditatorial, ao repercutir e retratar nas suas páginas esses grupos como “subversivos” e “terroristas”, como será mostrado na análise da notícia seguinte, “Operação conjunta entre guerrilhas”. Ao adotar esse posicionamento editorial, busca diferenciar esses indivíduos caracterizando-os como maus, causadores de desordem e atentados. Logo, de acordo com a narrativa, estes infringiam alguns dos princípios revolucionários ao “desprezar a propriedade e a vida de terceiros”.

3) **Operação conjunta contra as guerrilhas**

O Exército, Marinha e Aeronáutica serão mobilizados para uma operação de envergadura em todo o país, com destino de dissolver grupos guerrilheiros e terroristas que vêm assaltando bancos. Agentes civis das Secretarias de Segurança participam da caçada e a região do I Exército, por determinação do General Syseno Sarmento (foto), encontra-se em rigorosa vigilância para bloquear as atividades dos referidos grupos. O comandante do I Exército informou que prosseguem os IPMs, em curso, os quais serão acelerados para que os processos sejam, com a maior brevidade, encaminhados à Justiça. [...] Nos trabalhos de limpeza de área, os fuzileiros navais estão realizando algumas detenções, na maioria para averiguação. *Correio do Estado* – 14 agosto de 1969

“Operação Conjunta contra as Guerrilhas” foi chamada de capa da edição nº 5.579 de 14 de agosto de 1969. Informava sobre a ação do aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional, constituído de três elementos distintos, mas integrados: órgãos e organizações diretas responsáveis pelas ações repressivas a nível local, uma rede de informações políticas e os aparatos das Forças Armadas usadas no controle político interno. Essas três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica, de acordo com a notícia, realizaram uma operação em todo o país para conter os grupos de resistência à ditadura, denominados de grupos guerrilheiros e terroristas – definição utilizada pelo governo ditatorial e repercutida pela imprensa – que vinham assaltando bancos. A notícia foi estampada na parte superior do jornal, composta por três colunas de texto e ilustrada com a foto do general Siseno Sarmento.

No referido enunciado está presente o *modus* de *fragmentação* e sua estratégia de *expurgo do outro* e que remete ao de *reificação*. O jornal faz uso da primeira estratégia ao representar os grupos de resistência à ditadura como “terroristas” e “guerrilheiros”. Esses indivíduos são apresentados como maus, perigosos e ameaçadores, tanto para os princípios revolucionários (tão propagados pelo governo ditatorial como forma de legitimar-se e justificar suas medidas autoritárias), como para o “cidadão de bem”, como ficou explícito na narrativa

da notícia anterior, que apresenta os grupos de resistência à ditadura como “vândalos”, que não escondiam seu “desprezo pela propriedade e pela vida de terceiros”⁵⁶.

Ao criar uma narrativa que apresenta os grupos de resistência à ditadura como elementos perigosos, o jornal busca persuadir o seu leitor sobre ameaça que representa os “grupos guerrilheiros” para o país e, logo, induz a expurgá-los. Isso fica explícito quando a narrativa trata a operação para contenção dos movimentos de oposição, como “limpeza de área”, dando a ideia de saneamento, de limpeza, no território nacional, dos grupos que representavam perigo. Ao realizar essa construção simbólica, o *Correio do Estado* contribuiu com o governo ditatorial que, através do emprego do seu aparato repressivo, buscava calar qualquer voz dissonante a do Estado.

Ao apresentar esses indivíduos como uma ameaça ao governo, coloca a luta armada como algo “quase natural”, surgida como um simples enfrentamento e revanchismo ao governo. A narrativa não expõe as motivações pelas quais esses grupos aderiram à luta e oculta o caráter político e histórico do movimento. Com isso, o jornal faz uso do *modus* de *reificação* e sua estratégia de *naturalização*. A luta armada é apresentada como uma simples rebelião, como uma reação da oposição que foi derrotada com o “movimento revolucionário de 31 de março de 1964”. Ao simplificar a questão e apresentar, em diversas notícias em 1969, os grupos de oposição como “guerrilheiros” que buscam enfrentar o governo instituído, a narrativa dissimula e estabelece relação de dominação.

Para compreender os motivos pelos quais em 1969 há uma intensificação da luta armada promovida por grupos de resistência à ditadura, é necessário desmiuçar o contexto sócio-histórico. Quando o Marechal Costa e Silva assumiu a presidência, em 15 de março de 1967, prometeu reestabelecer os processos políticos representativos normais e as regras democráticas. Ou seja, comprometia-se com uma política de liberalização controlada, conhecida como “política de alívio”, que envolvia uma interpretação liberal da legislação repressiva contida na constituição de 1967, como explica Alves (1989, p.112).

No entanto, com o aumento da repressão nas ruas, anulou-se a legitimidade que se esperava obter com a promessa de liberalização de Costa e Silva. Aliado à intensificação da política repressiva dos governos pós-1964 e à maturação do modelo econômico, a insatisfação da política de controle salarial fez com que, entre 1967 e 1968, importantes manifestações

⁵⁶ *Correio do Estado*, 9 agosto de 1969, p.1, Comandante do I Exército: Violência contra violência. Arquivo: *Correio do Estado*.

ocorresse contra a política econômica e social do Estado, e uma rápida organização de setores de oposição na sociedade civil.

De acordo com Alves (1989, p. 113), a política repressiva pós-1964 propiciou uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada em 1967 e transmutada em movimento social de massas em 1968. Ela explica que,

Embora se organizassem independentemente, os setores de oposição uniram-se nas grandes manifestações e passeatas de protestos de 1967-1968. Três setores principais adquiriram força e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla (ALVES, 1989, p.113)

Com a outorga do Ato Institucional nº5, marca-se o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e se origina um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a segurança interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. Ademais, Alves explica que,

Enquanto se empregava a coerção para submeter um setor da oposição, outros setores da população, até então inativos, engajavam-se na luta. Ao se juntarem à resistência, tornavam-se aos olhos do Estado de Segurança Nacional parte do “inimigo interno”. Configurava-se então uma dinâmica de quantidades de força em escalada, necessárias para esmagar uma oposição constantemente ampliada pela adesão de novos grupos. É importante lembrar que 1967 começou com uma débil tentativa dos estudantes, em manifestações, de chamar a atenção para seus problemas específicos. Em 1968, este movimento já tinha adesão de muita gente de diferentes classes e correntes ideológicas. O conflito deslocara-se dos estudantes para as classes médias, em seguida para os trabalhadores e finalmente, graças à repressão, envolvera a Igreja Católica (ALVES, 1989, p.113-114).

As manifestações de oposição ao governo eram vistas como um atentado à ordem institucional. Como forma de contê-las, o Conselho de Segurança Nacional passava a discutir quais estratégias seriam adotadas para reprimir novos movimentos. Com o surgimento das primeiras atividades da esquerda armada, Rezende explica que

[...] os diversos setores que compunham o grupo de poder (civis e militares) se colocavam de acordo com o fechamento do regime e, portanto, com o endurecimento do “sistema” de poder. O ressurgimento das greves no cenário político apavorava os representantes do capital com a possibilidade de crescimento desses movimentos e sem hesitação eles concordavam com a ditadura de que a questão em jogo não era aumento de salário, mas sim o questionamento do processo político-econômico e, por conseguinte, da legitimidade do regime e de sua suposta democracia que estava sendo implantada. Os militares, os tecnoburocratas e os representantes do capital estavam de acordo quanto ao caráter subversivo de todos os movimentos estudantis e grevistas. O terreno para a instalação do terror foi se preparando durante o ano de 1968. Os líderes sindicais tidos como esquerdistas eram perseguidos e os sindicatos

desmantelados em nome da institucionalização do movimento de 1964 e de uma fictícia normalidade democrática. Os trabalhadores estariam sendo influenciados contra o regime por grupos clandestinos e subversivos. O grupo de poder justificava, assim, a repressão a todo o movimento considerado perigoso e nocivo à sociedade. A ditadura estabelecia uma verdadeira batalha para conseguir dividendos políticos do próprio processo de recrudescimento que se estabelecia. Continuavam, então, a justificar que suas medidas eram uma forma de proteger a maioria da população das investidas de uma minoria (REZENDE, 2013, p. 90).

Com a prerrogativa de proteger a população dos “terroristas”, portanto, o Estado utilizava seu aparato repressivo para calar a oposição. A repressão estatal teve três ciclos: o primeiro foi em 1964, com o golpe midiático-civil-militar. Nesse momento, o Estado concentrou-se em expurgar as pessoas politicamente ligadas aos governos populistas anteriores, especialmente o do ex-presidente João Goulart. A repressão física e direta foi empregada a trabalhadores e camponeses para eliminar a resistência. O segundo ciclo iniciou-se com a promulgação do AI-2, que objetivava concluir os expurgos na burocracia de Estados e nos cargos eleitorais. Com o AI-5, foi introduzido o terceiro ciclo, que se caracterizou por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado.

Com o AI-5, a repressão foi escancarada e a tortura fora institucionalizada como técnica de interrogatório e controle político. Além disso, foi desenvolvida uma rede policial para levar a cabo os programas do Aparato repressivo. As blitzes, por exemplo, instituiu operações de busca e detenção em larga escala.

A inserção do contexto sócio-histórico na análise do fragmento da notícia selecionada demonstra que a luta armada promovida pelos setores de oposição não surgiram como um simples enfrentamento para a tomada de poder, como foi repercutida em algumas notícias do *Correio do Estado* durante 1969, mas tinha a ver com a insatisfação da população com a política econômica e social adotada pelo Estado e, também, uma resposta à intensificação das medidas repressivas, principalmente com a promulgação do AI-5.

A Reificação

1) Demonstrando o desenvolvimento Brasileiro

O ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, em palestra proferida para um grupo de empresários alemães, declarou que a Revolução de 1964 veio salvar o país de um colapso econômico, tirando-o da estagnação. Utilizando-se de dados e gráficos estatísticos, o ministro mostrou o arrefecimento do desenvolvimento brasileiro ocorrido no início da década, motivado basicamente pelo fim do processo de substituição de importações, ao lado da causa política, que foi a subversão e a incompetência. A partir de 1964, houve uma inversão de tendências, com a retomada do desenvolvimento. *Correio do Estado – 31 março de 1969*

“Demonstrando o desenvolvimento brasileiro” faz parte da edição especial do *Correio do Estado* em “comemoração a revolução de 1964”. Localizada na parte superior da página 13, a notícia é composta em oito colunas e informa sobre a palestra do ministro do Planejamento, Hélio Beltrão. Na ocasião, o ministro declarou aos empresários alemães que a “revolução de 1964 veio para salvar o país de um colapso econômico”. Para provar a tese, o jornal traz a explicação do ministro sobre a taxa de crescimento da economia e a redução dos níveis de inflação. O argumento ressalta a “eficiência” do governo Costa e Silva, e explica que a inflação em 1965 caiu para 45,5%, em 1966 para 41,4% e em 1968 era de 24%. O sucesso econômico, de acordo com o ministro, só foi possível devido à “revolução”, que colocou o Brasil nos trilhos do crescimento.

Ao expor os argumentos de Beltrão, o jornal dá alguns indícios de que compactua com as afirmações. Isso fica claro não somente nas escolhas das declarações do ministro, mas na seguinte proposição: “utilizando-se de gráficos estatísticos, o ministro afirmou o arrefecimento do desenvolvimento brasileiro ocorrido no início da década, motivado basicamente pelo fim do processo de substituição de importações, ao lado da causa política, que foi a subversão e a incompetência. A partir de 1964, houve uma inversão, com a retomada do desenvolvimento”.

Com todos os atributos contidos na proposição selecionada acima, as formas simbólicas apropriam-se do *modus de reificação*, apresentando o crescimento econômico como algo “quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado”, como explica Thompson (2011, p. 87). Para o jornal, não é preciso discutir e avaliar as condições conjunturais do país antes do golpe de 1964 e o pós-1964. A inflação e a estagnação da economia no governo de João Goulart, segundo a narrativa, foram resultado da política subversiva e da incompetência do ex-presidente.

Já o crescimento econômico e a queda da inflação são apresentados como um simples resultado da tomada do poder pelos militares que, provavelmente pela sua competência administrativa, conseguiram “inverter a tendência, com a retomada do desenvolvimento”. Essa mudança de cenário é colocada como algo natural, de tal modo que o caráter social e histórico é eclipsado. Como explica Thompson (2011, p88), a ideologia como reificação envolve a eliminação ou o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos. Para melhor compreensão dessa estratégia é necessário retomar alguns pontos importantes do contexto sócio-histórico para verificar a complexidade do momento e os diversos elementos que fizeram que a inflação aumentasse.

Para entender a política econômica de Goulart é necessário separar dois momentos distintos vividos pelo governo, o parlamentarista e o presidencialista. Em cada uma dessas

fases, as decisões políticas foram norteadas por parâmetros determinados pelo jogo político tenso e conflitante entre os interesses das elites dominantes e os anseios do povo pelas reformas. É importante ressaltar que, o período que Goulart esteve no cargo, foi marcado por intensa luta da elite política udenista para assumir o poder, iniciada desde a renúncia de Jânio Quadros, quando estes tentaram impedir que Goulart assumisse a presidência da República.

Em síntese, João Goulart assumiu a presidência em meio à crise provocada pela renúncia de Jânio, que criou um quadro de instabilidade política-institucional que refletiu no âmbito econômico. Durante o parlamentarismo, Goulart herdou uma inflação que estava em alta, “no rastro da desvalorização cambial provocada pela crise da renúncia, e tudo indicava que continuaria sua trajetória ascendente. Este era um problema cadente, porque a inflação devorava os salários e urgia combatê-la” (MELO; BASTOS; ARAUJO, 2006, p.86).

Aliada ao problema inflacionário, somava-se uma forte pressão dos sindicatos por aumento de salários, as sanções do governo norte-americano que se recusava a negociar a dívida externa, as pressões da UDN e do PTB – este último ameaçava romper a aliança que estabelecera com o governo, o aumento das greves e manifestações contribuíram para a crise política- econômica enfrentada por Jango.

No período presidencialista não foi muito diferente, o ex-presidente enfrentou a oposição das elites, o recrudescimentos dos movimentos populares e uma forte oposição ao seu projeto de Reformas de Base – que atingia os interesses das classes dominantes, como, por exemplo, a classe pecuarista que se opôs fortemente à Reforma Agrária proposta por Jango.

Para avaliar a política econômica do governo Goulart implica, portanto, não desprezar todas as forças políticas que atuavam na arena política brasileira: os conservadores – representados pela a UDN, os progressistas (esquerda) e os comunistas. Todos pressionando o presidente de acordo com os interesses que lhe apeteçiam. Esse foi o clima em 1963 e de janeiro a março de 1964, marcado por conspirações de todos os lados.

Apesar de a narrativa jornalística do fragmento selecionado apontar a incompetência da política econômica do governo de João Goulart, e a própria literatura econômica tradicionalmente advogue a tese da incapacidade do governo de manter a disciplina fiscal, os pesquisadores Hildete Melo, Carlos Bastos e Victor Araújo explicam que a dificuldade econômica não estava no fato da incapacidade ou falta de comando do presidente, mas deveu-se pelas tensões sociais do período. Apesar disso, eles apontam que

[...] o governo conseguiu a façanha de promover um severo ajuste fiscal: apesar das despesas, em termos nominais, terem aumentado quase 76% em 1963, em termos reais caíram quase 3%, contra um crescimento reais das receitas de 3,1%”. [...] Em

termos nominais o déficit foi um dos maiores já registrados (Cr\$325 bilhões), mas, como proporção do PIB, ficou um ponto percentual abaixo daquele do ano anterior, só não sendo menor por causa da retração da economia, já que o PIB registrou crescimento de apenas 0,6% no ano. Pode-se, então, refutar a tese tradicionalmente aceita de falta de comando ou direção na condução da política fiscal (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2016, p. 97).

A questão política, portanto, apontada como subversiva e a incompetência atribuída à política econômica de Goulart é entremeada por diversos fatores sociais e políticos. Reduzir o problema da inflação meramente à questão de incompetência e subversão, oculta um processo histórico complexo. Concomitantemente, atribuir a mudança do cenário (crescimento econômico e a queda da inflação) ao simples fato de a direção do governo estar nas mãos dos militares, oculta as diversas negociações e alinhamento de interesses que o “governo revolucionário” fez com as classes dominantes e com o governo norte-americano.

4.1 Considerações sobre a análise da cobertura jornalística entre dezembro em 1969

Em 1969, o *Correio do Estado* fez uso de uma série de argumentos com a pretensão de legitimar o governo ditatorial e suas ações repressivas. O combate à subversão, à corrupção e a defesa dos princípios democráticos foram os pressupostos centrais dessa narrativa, que fez uso do sistema de ideias e valores sobre a democracia criado pelo grupo de poder.

O modos de operação da ideologia mais presente na cobertura foram o de *legitimação* e *fragmentação*, utilizados para reforçar uma narrativa iniciada em 1964, que visou legitimar o governo de exceção e expurgar qualquer indivíduo ou ideia que divergia da ditadura. À guisa de exemplo, a notícia “Revolução em Marcha”, que informa sobre as medidas tomadas para a preservação dos “princípios defendidos pela Revolução”, é utilizada uma cadeia de raciocínio afim de persuadir o leitor da legitimidade da medida.

O apelo ao patriotismo, à defesa da família, da propriedade privada e manutenção da ordem também foram argumentos utilizados para unificar a população e ensejar apoio. Da mesma forma, a ideologia progressista da elite do sul de Mato Grosso, foi usada como para ressaltar aspectos positivos do governo e difundir o conceito de desenvolvimento econômico e segurança interna.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Correio do Estado* foi parte da engrenagem que levou a cabo o golpe midiático-civil-militar. Através das notícias veiculadas, contribuiu para a construção de consenso sobre a necessidade de intervenção militar que buscou legitimar o movimento golpista que, em 1 de abril de 1964, abriu caminho para militares tomar o poder e governar o país durante 21 anos.

Fundado em 7 de fevereiro de 1954, por grupo de políticos do sul de Mato Grosso ligados à UDN, serviu como porta-voz da ideologia udenista (partido de sustentação da intervenção militar); e realizou uma cobertura jornalística partidária, de opinião e doutrinária. Características essas ainda presentes no jornalismo que era feito no Brasil na década de 60, quando, gradualmente, o cenário começou a mudar devido à influência norte-americana que cultuava a objetividade jornalística. A linguagem tornou-se mais objetiva, a notícia passou a ocupar maior espaço do que a opinião.

A estrutura editorial do *Correio do Estado*, na época, era dividida basicamente em três seções: notícias, notas, artigos (editorial), anúncios e coluna social. As notícias, frequentemente ganhavam um tom partidário, evidenciando o reduzido teor informativo ainda existente na cobertura do jornal.

Para responder a pergunta problema levantada na pesquisa – se o *Correio do Estado* alinhou-se à ideologia dominante e contribuiu para a construção de consenso sobre a necessidade de intervenção militar e se contribuiu para a legitimação do golpe e do governo ditatorial –, a metodologia adotada foi um importante instrumento em direção às respostas. A Hermenêutica de Profundidade, por trabalhar com três fases de análise (análise sócio-histórica, análise discursiva ou formal e interpretação/reinterpretação), possibilitou que a pesquisa identificasse as diversas interfaces do processo sócio-histórico e entendesse melhor a época da qual o jornal estava inserido e que, conseqüentemente, interferiu em sua produção.

Na análise sócio-histórica ficou evidenciado que o jornal adotou uma linha editorial favorável à intervenção militar e, pós-1964, colaborou para construir consenso favorável à administração realizada pelos militares durante a ditadura militar. Esse colaboracionismo – termo utilizado por Kusnhir (2007) para definir o apoio de parte da imprensa brasileira ao movimento golpista e, depois, ao governo ditatorial – rendeu à José Barbosa Rodrigues a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, como apontou Schewengber (2008).

No campo da ação política, ficou evidente que a UDN era um partido forte no sul de Mato Grosso; e criou o *Correio do Estado* para servir como porta-voz de sua ideologia. Mesmo depois que a direção do jornal passou para Rodrigues, a orientação conservadora e a ideologia das classes dominantes do sul do Estado permearam a cobertura jornalística.

Os grupos hegemônicos da porção sul do Estado era formada por uma elite pecuarista que fazia parte dos quadros da UDN, e que concebia o progresso aliada à pecuária. A ideologia progressista foi utilizada pelas classes dominantes como pressuposto para aderir ao movimento golpista de 1964. Pois, de acordo com a visão progressista, com o novo governo o centro-oeste ganharia visibilidade, já que este encontrava-se abandonado pelo governo Federal. O espírito desenvolvimentista, portanto, fez com que grande parte da classe política do norte e sul do Estado apoiasse a ditadura militar.

Na análise discursiva e na interpretação/re-interpretação, etapas da HP que desmiuçou a discursividade do *Correio do Estado* e os modos de operação da ideologia, tornou evidente o caráter opinativo da cobertura jornalística, pois, ao organizar as formas simbólicas e identificar os padrões e relações entre elas, foi possível observar as principais estratégias utilizadas e os argumentos que as sustentaram. A partir dessa organização, as unidades de registro foram categorizadas de acordo com os cinco modos de operação da ideologia proposta por Thompson (2011): *legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação*

Na interpretação/re-interpretação a pesquisa concentrou-se em analisar os modos de operação da ideologia nas formas simbólicas produzidas pelo *Correio do Estado* e compreender o aspecto referencias destas. Nessa fase foi possível identificar que uma das estratégias mais utilizadas pelo jornal durante 1964 e entre dezembro de 1968 e 1969 foram as de *legitimação e fragmentação*.

Nascido, portanto, sob a tônica da política, o *Correio do Estado* assumiu um posicionamento editorial alinhado às classes conservadoras sul-mato grossense, formada pela elite pecuaristas e intelectuais ligados à UDN. Em 1964, os principais argumentos utilizados pelo jornal com a pretensão de legitimar o movimento golpista foi de que era necessário salvaguardar a democracia e as instituições do perigo comunista. Esse perigo foi personificado na imagem de João Goulart, apresentado diversas vezes como um presidente ligado aos movimentos de esquerda que pretendiam “comunizar” o Brasil.

Com a pretensão de legitimar o movimento, denominado pelo jornal como “movimento revolucionário”, o jornal fez uso de um sistema de ideias e valores elaborados pelo grupo hegemônico que buscava conseguir adesão ao movimento golpista. Ademais dos pressupostos

de salvaguarda da democracia e das instituições, a preservação da família, da liberdade, e da propriedade privada entrava para a lista.

Ao mesmo tempo que o jornal criou um discurso com a pretensão de legitimar o movimento golpista, buscou deslegitimar o governo de João Goulart, apresentado o ex-presidente como comunista e demagogo, e sua administração caótica, corrupta e comunista. Ao realizar essas construções simbólicas, o jornal fez uso, em diversos momentos, dos modos de operação de *fragmentação*, no qual buscava apresentar o governo de Goulart e o comunismo como uma ameaça para a democracia e para o Brasil.

Em 1969, o tom partidário e engajado não mudou muito, apesar de as notícias tornarem-se mais objetivas. A narrativa buscou apresentar a ditadura militar como um governo democrático que buscava implementar os “princípios revolucionários”. Para isso, os modos de operação da ideologia mais utilizados foram o de *legitimação* e *fragmentação*. Apesar de serem as mesmas estratégias utilizadas em 1964, o foco dos argumentos é centrado em justificar as medidas autoritárias, ressaltar o avanço econômico promovido pelo governo e o reestabelecimento da ordem. Concomitante a isso, todo movimento e ideia dissonantes à ideologia dominante era considerada difamação e atentado à “revolução” e à democracia. Como forma de construir consenso e de legitimar as ações do governo ditatorial, o *Correio do Estado*, portanto, continuou mobilizando um sistema de ideias, no qual, as medidas repressivas e as ações do governo eram justificadas.

Na notícia “Revolução em Marcha”, por exemplo, que anunciou o fechamento das assembleias legislativas pelo ditador-presidente Costa e Silva, respaldado no AI-5, a medida repressiva foi apresentada pelo jornal como uma “tomada de providências para a preservação dos princípios defendidos pela Revolução, consubstanciados no combate à subversão e à corrupção”.

Outro exemplo dos argumentos utilizados com a pretensão de legitimar o governo ditatorial e construir consenso é a notícia “Garrastazú é renascer da Esperança”, que informa sobre a posse do general Emílio Garrastazu Médici na presidência da República. O novo chefe da nação é apresentado com a esperança da população para inaugurar um governo “de ordem, trabalho e justiça”. No qual a administração teria “pensamento voltado para os trabalhadores”, dando atenção especial à saúde, educação, alimentação, etc.

Como foi exposto na análise dessa matéria, o jornal utilizou-se de valores como ordem, justiça, patriotismo e progresso para legitimar um presidente recém empossado pela junta militar. Esses valores foram muito utilizados nas construções simbólicas do *Correio do Estado* como forma de unificar a população em prol dos objetivos do governo ditatorial.

Através das três fases da HP, que analisou diversos aspectos da construção simbólica, desde a análise sócio-histórica, discursiva e interpretação/re-interpretação, foi possível chegar à conclusão que o jornal realizou uma cobertura alinhada aos discurso hegemônico da época.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leonel. Objetividade jornalística: a prática profissional como questão política. *Comunicação & Sociedade*, Ano 32, n. 54, p. 103-126, jul./dez. 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. *ALCEU* - v. 11 - n.21 - p. 16 a 33 - jul./dez. 2010.

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e O Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*. 2015. 221f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

ANDRADE, Danusa; FERNANDES, Mario Luiz. *O jornal Correio do Estado, de Campo Grande, no processo de divisão de Mato Grosso do Sul*. In: Encontro Nacional de História da Mídia. 2013, Ouro Preto, MG. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-jornal-correio-do-estado-de-campo-grande-no-processo-de-divisao-de-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 15 ago 2019.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAKAKI, Suzana. *As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)*. 2015. 212f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ARAÚJO; BASTOS; MELO, Hildete. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica – História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e rememoração de fatias do passado*. *Estudos em jornalismo e Mídia – Vol, 11 - nº 1*. Jan/jun. 2014

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados-Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado, volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: Ferreira, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos. Instituto de Planejamento Urbano, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

COSTA, Lailton Alves da. Genêros jornalísticos. In: Melo, José Marques; Assis, Francisco de. Gêneros Jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Lucília Neves. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

GUEDES, Ciza; MELO; Murilo Fiuza. O caso dos nove chineses: o escândalo internacional que transformou as vítimas da ditadura militar brasileiras em heróis de Mao Tsé-tung. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere - O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 461 p. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende [et. al]. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

FERNANDES, Mario Luiz. Política de Penas e Espadas: O discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889). 2007. 263f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). João Goulart entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: Ferreira, Jorge; KUCINSKI, Bernardo. A síndrome da antena parabólica: a ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2002.

KUSHIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma. Projeto História, nº 35, p. 27-38. São Paulo, 2007.

LAGO, Cláudia. ROMANCINI, Richard. História do Jornalismo o Brasil. Florianópolis: Insular, 2007.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. A mídia e o Regime Militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÖWY, Michel. Ideologias e ciência social. São Paulo: Cortez, 1993.

MANUAL DA REDAÇÃO FOLHA DE S. PAULO. 17 ed. – Sao Paulo Publifolha, 2011.

MARTINS, Demonsthenes. História de Mato Grosso. São Paulo: Vaner Bicego Editora, s.n.

MARTINS, Wilson Barbosa. Memória: janela da história. Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso: Campo Grande, MS, 2010.

MARTINS, Demóstenes. A poeira da jornada: memórias. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1981.

MARTINS, Demóstenes. História de Mato Grosso. Instituto Histórico e Geográfico: Campo Grande, 2 ed., 2013.

MENDONÇA, Rubens de. História do jornalismo em Mato Grosso. 1963.

- MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELO, Demian Bezerra; Hoeveler, Rejane Carolina. Muito além da Conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreiffus. *Tempos Históricos*. Vol. 18. P. 13-43 – 1º semestre de 2014.
- MOTTA, Diego Airoso. A Hermenêutica de Profundidade como instrumental de pesquisa qualitativo em ciências sociais: uma introdução. In *ACTA do VII Congresso Português de Sociologia*. Associação Portuguesa de Sociologia. APS: Évora, 2014. Disponível em: http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0165.pdf. Acesso em: 18 mai 2019.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora UnB, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As origens do e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de história*. v. 38, nº 79. São Paulo. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000300011> Acesso em: 21 mai 2020.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.
- NUNES, Maria Aparecida; GATTI, Flávio; SOBRINHO, Rosângela Alves. Políticas territoriais e desenvolvimento regional no Estado de Mato Grosso. In: *IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. 2016. Canoinha, RS. Disponível em: < <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/149.pdf>>. Acesso em: 28 ago 2019.
- OLIVA, Oswaldo Muniz. *Brasil: O amanhã começa hoje*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- OLAGÁRIO, Thaís Fleck. *A Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT) no Sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)*. 2018. 206f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- PRIOR, Hélder. O escândalo político como experiência narrativa. *Brazilian Journalism Research*. Volume 11, nº2. 2015. Disponível em: < <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/722>>. Acesso em: 15 mai 2019.
- REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.
- SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 8ª edição, 2017
- SILVA, Marcos Paulo. *A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana*. 2013. 243f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980*. Campo Grande: UNIDERP, 2005.
- SCWHENGBER, Isabela de Fátima. Aspectos históricos do jornal *Correio do Estado*. 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2008. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1. Acesso em: 14 mar. 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Muad, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Visões críticas do golpe - democracias e reformas no populismo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe 64. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). Revista Crítica Histórica, Ano V, n.9, p. 174-196, jul. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2942>. Acesso em 15 jul 2019.

ZIZEK, Slavoj (Org.). Um mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

100 anos do Legislativo de Campo Grande. Câmara Municipal de Campo Grande. 2005.

SCWHENGBER, Isabela de Fátima. Aspectos históricos do jornal Correio do Estado. 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2008. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1. Acesso em: 14 mar. 2013.

WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculos da política. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso - no começo de tudo, a participação popular. II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-20041/Jornal%20em%20Mato%20Grosso%20-%20.doc/view>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

7. ANEXOS

Jornal: Correio do Estado	Ano: 1964
Categoria: Fragmentação	Data: 8 de janeiro de 1964
Jornada democrática em meio a agitação	
<p>Embora o País viva momentos de agitação e os mais pessimistas antevejam a derrocada do regime, o povo vai cerrando fileiras em torno de Carlos Lacerda e realizando uma verdadeira jornada democrática de fortalecimento do regime ameaçado pelas esquerdas.</p> <p>Indo a Barra do Piraí parafinar mais uma turma de jovens que se formaram em 63, o Governador da Guanabara foi alvo de ruidosas manifestações de apreço, fazendo reunirem-se naquela cidade do vale do Paraíba delegações de vários municípios vizinhos. O entusiasmo popular pela candidatura Lacerda, mais uma vez transformou uma festa de formatura em movimento de cunho político.</p> <p>A nota importante de visita de Lacerda a Barra do Piraí foi dada pelos operários de Volta Redonda ofertaram ao jornalista governador uma miniatura de um alto-forno simbólico das suas atividades no setor da indústria de aço, e a importância de Cr\$ 500.000,00 resultante de uma coleta feita entre os trabalhadores do aço que também querem ajudar a campanha de Carlos Lacerda pra a presidência da República. Entre a multidão que aclamou o governador guanabariniano estavam prefeitos e vereadores do PSD e do PTB, além de vários chefes políticos de outros partidos, pois todos veem em Lacerda a única solução para a garantia das instituições e o progresso do País.</p>	
Categoria: Fragmentação	Data: 12 de março de 1964
A opinião pública e a decisão da Câmara Municipal de C. Grande	

A opinião pública campo-grandense, por nós auscultada no dia de ontem, mostrava-se favorável à decisão da Câmara Municipal, contrária à legalização do PCB.

Além da grande assistência presente aos trabalhos do Legislativo Municipal, milhares de campo grandenses colaram-se aos seus rádios e afim de ouvirem os debates, muitas vezes acalorados, dos srs. Vereadores.

O vereador Plínio Barbosa Martins, na opinião geral, esteve magnífico na sua oratória e insuperável nos seus apertes.

Segundo observamos ainda, a opinião pública acompanhou aos debates como juiz, sentindo que a luta ideológica era e não em tórno, tão somente, de uma manifestação político partidária.

Os vereadores que vetaram contra o requerimento do sr. Cícero de Castro Faria, estão sendo apontados pela opinião pública, bem entendido, como comunistas ou inocentes úteis a serviço do regime esquerdista.

O vereador Euler Azevedo, presidente do Legislativo, tem sido o mais censurado, pelos campograndenses, pela sua inesperada tomada de posição.

O vereador Willian Macksoud, dentro da sua já conhecida posição, foi o mais combativo, defendendo a legalidade do PCB, apesar da vulnerabilidade de muitos dos seus argumentos.

O pensamento geral, por nós registrado, é o de que os debates tiveram grande efeito esclarecedor no seio da massa que ainda permanecia indecisa na sua atitude ideológica.

Com algumas exceções os senhores vereadores campograndenses estiveram a altura da momentosa decisão.

O auto: requerimento sr Cícero de Castro Faria, mostrava-se ontem, eufórico com o resultado dos trabalhos, tendo-se projetado como um autêntico líder democrata.

Campo grande, seguindo concluímos assistiu, na noite de ontem, à uma verdadeira “divisão de águas”, acabando com a chamada “Posição de agua-emendada”.

Esperamos que, passada essa refrega tida como ideológica, os senhores vereadores se voltem para a coisa municipal e ponham em movimentação as dezenas de processos que se acham “dormindo” nas várias comissões, pois Campo Grande não pode parar!

Categoria: Fragmentação

Data: 24 de janeiro de 1964

UDN APOIA AS DENUNCIAS DE BILAC PINTO

Brasília – O Diretório Nacional e as bancadas da UDN na Câmara e nos Senado, reunidos hoje resolveram manifestar publicamente seu aplauso e solidariedade à entrevista em que a participação do Presidente da República, por ação o sr. Bilac Pinto pres. do Partido denunciou e comprovou omissão na guerra revolucionária em curso no país, e já na sua terceira etapa”.

Decidiu “manter a opinião pública alertada quanto a ação governamental que sob a alegação de mudança na estrutura econômica, social e política do país, fere, continuamente, a ordem e a lei”.

CONVENÇÃO

Durante a reunião, o deputado Flôres Soares levantou a conveniência de se antecipar a convenção que escolhera o candidato do partido à presidência da República, propondo a convocação para o mês de março. O representante gaúcho invocou a denúncia do sr. Bilac Pinto sobre as ameaças ao regime democrático, como novo argumento a comandar a rápida fixação do quadro eleitoral.

Todavia, não pode haver decisão. Os adeptos da candidatura do sr. Magalhães Pinto contestaram a validade do pronunciamento de 14 Diretórios Regionais em favor da antecipação da convenção, alegando irregularidades – O deputado Pereira Lucio, de Alagoas exibiu documentos demonstrando que a decisão da sessão de seu Estado foi tomada por

minoria dos membros do Diretório – os srs. Edilson Garcia e Dnar Mendes mencionaram outros “defeitos”.

Por fim, decidiu-se reiterar a incumbência dada a sr. Bilac Pinto para promover os entendimentos ‘referentes à convocação’.

MINISTRO DA GUERRA ACHA QUE HÁ EXAGERO

RIO, 22 – O ministro Jair Dantas Ribeiro disse ao deputado Douzel de Andrade, hoje ao ser interrogado, no Ministério da Guerra, sobre a procedência das denúncias que o deputado Bilac Pinto vem fazendo, sobretudo no que toca à participação do Exército e ao desvio de armas dêste para alguns grupos de trabalhadores, que tem o parlamentar udenista em alta conta considerando-o mesmo um dos parlamentares de maior gabarito intelectual do Legislativo, mas que suas acusações estão um pouco exageradas.

O líder da maioria, que conversou cêrca de uma hora com o ministro da Guerra, foi procurar o general Jair, a pedido do presidente da República para saber como o chefe do exército estaria vendo as denúncias do sr. Bilac Pinto de que o sr. Joao Goulart está à frente de um esquema golpista e que as articulações em curso preveem inclusive uma farta distribuição de armamentos a certos sindicatos, notadamente do pessoal da orla marítima. Também as versões apresentadas pelo presidente da UDN de que o sr. Goulart não dá o golpe porque não tem o apoio das Fôrças Armadas, foram abordadas tendo o chefe do Exército, segundo fontes do seu gabinete, afirmando que desconhece a existência de fatos concretos a respeito.

Categoria: Unificação

Data: 12 de fevereiro de 1964

TOMADA DE POSIÇÃO PELAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSES NA DEFESA DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS

Em reunião realizada na Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, na noite de 18 do corrente, os presidentes das diversas entidades de classe estiveram reunidos para examinar a conjuntura nacional em face da agitação social surgida em diversos postos do país, quanto – sempre envolvendo responsabilidade de funcionários graduados da administração federal.

Depois de longos debates, todos concluintes destas responsabilidades e participação do Governo nessas agitações, resolveram convocar uma outra reunião, a fim de estabelecerem as providências a serem tomadas na salvaguarda do regime democrático, **do qual os direitos de propriedade e de liberdade humana são dos seus principais fundamentos.**

Os representantes de classes são unânimes no esforço pelo progresso do país e em reconhecer a necessidade da permanente evolução social, a fim de dar ao povo brasileiro o bom nível de vida que caracteriza as nações civilizadas do mundo ocidental, já que as nações comunistas não se preocupam com o conforto do cidadão e da família.

Em principio ficou assentado uma concentração popular no Cine Santa Helena, onde elementos representação comparecerão para definir os altos propósitos dos campograndenses pela paz e pelo progresso de Mato Grosso.

Foi uma constante nas manifestações havidas na reunião, a confiança de todos na atuação das Fôrças Armadas que saberão cumprir o seu sagrado dever de guardiões dos princípios e da unidade nacional.

Categoria: Unificação

Data: 3 de abril de 1964

IMPRESSIONANTE A “MARCHA DA FAMÍLIA”

Representações de várias cidades na manifestação cívica de Campo Grande. Cerca de 40 mil pessoas tomaram parte na grande passeata que culminou com uma homenagem a Caxias em cujo busto, defronte ao Q.R da Nona Região Militar, foi depositado uma “corbeille”, cantando a multidão o hino nacional.

A “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”, anunciada como repúdio ao comunismo e reafirmação do sentimento de liberdade do nosso povo, transformou-se, por força mesmo dos acontecimentos que culminaram com a renúncia do presidente da República e a fragorosa derrota do comunismo que já dominava o nosso País, transformou-se em grande festa comemorativa da vitória do Brasil sobre o seu mais nefasto inimigo representado pelo marxismo sempre combatido pela família brasileira.

A Marcha foi algo impressionante. Movimento cívico jamais registrado nos anais do nosso Município, ligando-se a êle representações das cidades vizinhas e municípios dos Sul.

Formada à frente do Colégio Estadual na encosta do bairro Amambaí, de lá partiu a Marcha da Multidão Transportando centenas de faixas, cartazes e flâmulas com as cores verde e amarelo, indo à frente as bandeiras do Brasil e de Mato Grosso.

A rua 14 de julho, onde milhares de pessoas aguardavam o cortejo, superlotou e ali começou o empurra-empurra, pois cada qual procurava um lugar melhor para bem assistir à manifestação de civismo da gente mato-grossense e dar mostras de júbilo pela vitória recém conquistada com a participação direta das gloriosas Fôrças Armadas do Brasil.

Ao rufar de tambores e cantando marchas militares a multidão postou-se diante do palanque junto ao relógio, para ouvir os oradores: Edson Carlos, em nome dos estudantes; professora dona Maria da Glória Sá Rosa, em nome da mulher campo-grandense; Pastor Ney Angelo Pereira, Prof Antonio Lopes Lins, Dr. Cláudio Fragelli, Padre Firmo Pinto Duarte, Dr. Cicero de Castro Faria e Antônio Barbosa, Bispo Diocesano de Campo Grande. Todos os oradores foram calorosamente ovacionados, principalmente quando citavam as Fôrças Armadas do Brasil,, guardiões das instituições e sustentáculo da nossa Democracia .

HOMANAGEM A DUQUE DE CAXIAS

Entenderam as senhoras promotoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que se desse especial demonstração de apreço e reconhecimento às Fôrças Armadas. E a homenagem merecida pelo soldado brasileiro foi prestada por intermédio daquele que foi padrão de civismo, de disciplina e de nacionalismo sem aspas: Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do exército Nacional. Terminada a concentração, o povo encaminhou-se para o local onde se encontra, em um pedestal de glórias, o busto de Caxias. Mças e senhoras colocaram flores em tôrno do monumento, colocaram uma “corbeille” no seu pedestal e a seguir a multidão cantou o Hino Nacional.

Era a homenagem do povo às Forças Armadas por intermédio de uma das figuras imortais – Caxias.

Categoria: Dissimulação

Data: 18 de abril de 1964

CUSTO DE VIDA É O PROBLEMA

O presidente Castelo Branco subiu ao poder com o apoio quase unânime da nacionalidade. Só não lhe manifestaram solidariedade os da minoria apeada do poder e ainda chamada a prestar contas dos desmandos praticados em nome da Nação e do povo brasileiro.

As classes conservadores prometeram a S. Exa. Que tudo farão para aliviar-lhe a grande tarefa que tem a executar em benefício do País e da comunidade, e êsse é o apoio mais valioso, eis que elas representam a junção do capital e do trabalho a serviço do Brasil.

No entanto, não basta que apenas se prometa apoiar o governo. É preciso que tal apóio se efetive no dia a dia de cada cidadão, na luta de cada empresa e na boa intenção de cada patriota.

É justo que o chefe da Nação irá dar o melhor dos seus esforços para forçar a baixa do custo de vida, que tanto aflige as camadas mais humildes da população nacional. Para que o governo logre êxito no combate aos custo de vida, é preciso que todos os industriais, comerciantes, labradores, pecuaristas e de mais homens de negócios se predisponham a ganhar um pouco menos, oferecendo suas mercadorias por preços que lhes propicie lucros não extraordinários, pois só assim estarão de fato dando a colaboração prometida ao Presidente Castelo Branco na solenidade da sua posse, e em pronunciamentos que antecederam o ato.

Com o governo deposto com as vistas voltadas apenas para a agitação e a baderna, o custo de vida ganhou alturas astronômicas. Na maioria dos casos, em muitas mercadorias o encarecimento de preço foi feito sem razão de ser, pois muitos invocarão razões meramente teóricas para justificar o que não passava de ganância, mera exploração da bolsa popular.

Como prova de que a alta, em certos artigos, foi meramente especulativa, basta considerar que, a uma simples tomada de posição das autoridades contra a exploração, já se constata baixa de preços de muitas utilidades e é quase certeza que pouco a pouco estaremos na baixa mar dos preços, que sufocavam os orçamentos domésticos e punham em pânico os chefes de família

É um fenômeno animador. Se houve sinceridade no apóio prometido ao novo chefe temos certeza que S. Exa. Vencerá a batalha contra o custo de vida, sem usar medidas drásticas contra a indústria e comércio e todos os colaboradores ficarão com a consciência tranquila por haverem contribuído para o bem estar popular através da ação do governo.

Categoria: Dissimulação

Data: 8 de abril de 1964

Assentada a eleição do General Castelo Branco

Em reuniões sucessivas no Ministério de Guerra, os Governadores que lideravam o movimento revolucionário de descomunização do País, combinaram com os chefes militares a eleição do General Castelo Branco, para completar o período presidencial começado pelo renunciante Janio quadros e agora, interrompido ingloriamente pelo comprometido e fujão Jango Goulart.

Do Ministério dda Guerra, altas horas da madrugada partiu uma comissão composta dos senhores Governadores, Fernando Correa da Costa, Mauro Borges e Deputado José Maria Alkmim para conferenciar com os chefes pessedistas.

Na ambição impatriótica de Juscelino residia a maior dificuldade na aceitação da formula encontrada. Somente depois de longas e penosa de marchas o irrequieto candidato concordou em que o Congresso elegeisse o ilustre democrata general Castelo Branco.

Espera-se que o Senador Moura Andrade, Presidente do Congresso, tome as medidas para imediata normalização do período presidencial.

Categoria: Legitimação

Data: 4 de abril de 1964

GENERAL BARBOSA PINTO: O EXÉRCITO CUMPRIU A SUA MISSAO HISTÓRICA

Na tarde de ontem mantivemos, em seu Quartel general, encontro informal com o exmo. Sr. General de Divisão Mário Ferreira Barbosa Pinto, comandante da 9 ° Região Militar, que logo após a decisão do comando do II Exército de defender a Democracia, movimentou com precisão as suas tropas em todo o território de sua jurisdição, impedindo a

ação dos inimigos da democracia. Ao amanhecer do dia 1º do corrente todo o território mato-grossense estava devidamente controlado e os postos-chaves ocupados por tropas do Exército, inclusive a Base Aérea local que ficou completamente anulada.

Sob o Comando do Cel. Meira Matos, o 16º BC, sediado em Cuiabá, rumou para o Distrito Federal, cortando Mato Grosso e atravessando a parte do Estado de Goiás. Apesar da situação ter sido rapidamente dominada, aquelas tropas, representando o II Exército, prosseguiu na sua marcha.

Em Campo Grande toda a população sentiu de perto a eficiente movimentação de tropas sem incidentes, de tal forma que somente com o amanhecer do dia a população tomou conhecimento da mudança havida no país. Elementos comunistas foram anulados imediatamente e colocados sob custódia.

Ontem à tarde o Exmo. Sr. General nos declarava que não mais havia nenhum motivo para receios, pois além de reinar completa ordem, a vigilância por parte de suas tropas é absoluta.

O exército – afirmou-nos o sr General Barbosa Pinto, - cumpriu a sua missão histórica mais uma vez tenho orgulho de ser militar. Estamos velando dia e noite pela segurança da família mato-grossense.

Categoria: Legitimação

Data: 8 de abril de 1964

Até Chineses ajudavam a preparar o golpe comunista no Brasil

Com a vitória da Democracia sobre o comunismo em nosso País, as autoridades vão mostrando ao povo até onde havia chegado a maquinação vermelha contra as instituições. E revelando, também que o ex-presidente estava de corpo e alma comprometido no processo de comunização, pois o Brasil não tem relações diplomáticas com a China Comunista, mas o sr. João Goulart trouxe de lá uma tal de “Missão Comercial”, cujos membros entraram logo a trabalhar em favor da revolução vermelha. A missão era chefiada por Wang Yao Ting, representante de Mao Tse Tung. Subordinando líderes sindicais, governadores, parlamentares, jornalistas e outros traidores, a Missão agia livremente.

Wang Yao Ting, certamente pensava que já havia chegado a hora do golpe final da sua missão, já tinha organizado até uma lista de personalidades brasileiras que seriam fuziladas depois da vitória do comunismo, figurando em primeiro lugar o Governador Carlos Lacerda, vindo a seguir o General Amaury kruel.

Em poder dos chineses presos foi encontrada a vultuosa soma de Cr\$ 110.000.000,00. Seins integrantes da rêde de subversão foram presos.

Miguel Arraes, ex- governador de Pernambuco, recebia uma ajuda variável entre 6 e 15 mil dólares por mês para revolucionar o seu Estado. O deputado Sérgio Magalhães, do PTB da Guanabara membro destacado da Frente Parlamentar Nacionalista, recebia 6 mil dólares por mês.

Além destes traidores do Brasil, figuram na lista dos subordinados diversos outros indivíduos: Samuel Wainer, do jornal Última Hora; Mata Machado, Murilo Albuquerque, Martins Melo, P. Ribeiro, P. Tavares, Sousa Filho, José Olavo e Luís Felipe, com 6 mil dólares por mês, cada um, e ainda Said Vivian, Cochrane, Campbell, Gilberto, Trajano, olímpio, Tales, Osvaldo, Acióli, Arlindo, Airton, Batista, Colombo, Geraldo, Lamego, Roberto, Mauro, Novais, etc. Por ai se vê o quanto será difícil a “Operação Limpêsa”.

Categoria: Legitimação

Data: 8 de abril de 1964

MILITARES QUEREM EXPURGO TOTAL

Com a presença de cerca de 1200 oficiais das Fôrças Armadas, realizou-se dia 3 último, das 18 às 21h30m, o encerramento da assembleia do Clube Militar, ato a que não faltou a diretoria do Clube Naval, tendo à frente o presidente, Comandante Marcos Dias.

Deliberavam os membros da assembleia, por unanimidade, indicar as providências que deverão ser tomadas de imediato para que a vitória democrática sôbre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão.

Assim, acordaram em definir-se, em nome das três Forças Armadas pelos seguintes pontos julgados essencial: 1 – cassação imediata de mandatos de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores comunistas agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo à rebelião dos democratas; 2 – cassação imediata dos direitos políticos desses mesmos elementos e dos que, nos postos de mando, foram coniventes com as suas decisões; 3 - aposentadoria imediata para funcionários civis e reforma imediata dos militares que se tenham revelado comunistas, comunizados e que, de qualquer forma deram seu apoio ou se omitiram nos atentados que se fazia à Democracia no Brasil; 4 – a instituição urgente de uma operação limpeza de quadros administrativos, políticos, sindicais e militares em todos os Estados e em todos os municípios do País.

Jornal: Correio do Estado

Ano: dezembro 1968 a dezembro 1969

Categoria: Legitimação

Data: 8 de fevereiro de 1969

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

O Conselho de Segurança Nacional, convocado pelo sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, esteve reunido na tarde de ontem, segundo se noticiou, dando continuidade à tomada de providências para preservação dos princípios defendidos pela Revolução, consubstanciados no combate à subversão e à corrupção.

Encerrada a reunião anunciou nova reunião para terça-feira, quando serão examinados processos já em pauta

RECESSO DE ASSEMBÉIAS

Considerando que, em determinados estados, as assembleias legislativas têm contrariado os princípios éticos fundamentas em que se baseou a Revolução Democrática Brasileira e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto à beneficiarem os seus membros com renumeração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade que o povo outorgou – o Presidente da República baixou ato complementar, decretando a partir de ontem, o recesso das assembleias legislativas dos estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

O Presidente da República na mesma oportunidade decidiu criar a comissão geral de inquérito policial militar, face à exposição de motivos a êle enviada pelo secretário-geral.

CASSAÇÕES

Trinta deputados federais tiveram os seus direitos políticos suspensos por 10 anos e cassados os seus mandatos eletivos.

APOSENTADORIA

Dois auditores da Justiça Militar foram aposentados nos termos do Ato Institucional nº5.

SURPRESA EM TODO O PAÍS

A decretação de recesso de cinto Assembléias Legislativas, apanhou de surpresa todo o país, pois a medida não era esperada, apesar de ter tido finalidade moralizadora necessário no combate à corrupção.

Categoria: Legitimação

Data: 31 de março de 1969

O GOVERNO FEDERAL PARTICIPA DO VASTO PLANO DE OBRAS DA

De GRANDE VALIA para o Govêrno de Mato Grosso, na Administração Pedro Pedrossian, tem sido o apoio que o Govêrno do Marechal Costa e Silva tem dado, sob os mais variados aspectos, ao programa de obras da CEMAT – Centrais Eléctricas MatroGrossenses S.A. , hoje presidida pelo engº Antonio Lockman Filho.

DENTRE as inúmeras obras que estão espalhadas pelo nosso Estado, justo é destacar o convênio firmado entre o Govêrno Federal para a conclusão das obras do Rio da Casca III e que estão sendo construídas pela firma empreiteira Mendes Junior. Concorrem ainda, com recursos, a ELETROBRÁS. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e a SUDAM, não só com financiamento como também com recursos técnicos.

DOS 32 MILHOES de cruzeiros novos aplicados na construção da Usina do Mimoso, já em fase final de instalação, o Gôverno Federal aplicou mais de 27 milhoes de cruzeiros novos, ou sejam: 27 bilhoes de cruzeiros antigos. Apoiando a usina que irá dotar Campo Grande da tão necessário energia para o seu real desenvolvimento, contou e conta a CEMAT com recursos procedentes do BNDE, Ministerio das Minas e Energia e da Eletrobrás. A potência do Mimoso está projetada para 48.000 KVA e os estudos hidrológicos localizados, permitem a elevação do potencial para 60.000 KVA. A Usina do mimoso representa para o sul de Mato Grosso considerável aumento no complexo energético da região Centro-Sul, base para a formação de um Estado industrializado e voltado para os anseios de seu povo, de arcôrdo com os princípios revolucionários.

CONTANDO com o apoio do Governo Federal, com recursos do INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - a CEMAT, sob inspiração do sr. Governador do Estado, partiu para a construção da moderna linha de transmissão de energia eléctrica que irá beneficiar a região douradense, considerada entre as mais promissoras e progressistas de Mato Grosso. As usinas do Rio da Casca UU, do Mimoso, as reformas das redes de distribuição de Campo Grande, Cuiabá, Corumbá e Aquidauana, e a construção da linha de transmissão para Dourados, representao o apoio decisivo que a CEMAT e o Governo do Estado vêm recebendo go Governo Federal para a concretização de uma programa real e aplicando muito bem os recursos financeiros da União e do Estado.

Só mesmo assim, com o perfeito entrosamento entre os governo Federal e Estadual é que Mato Grosso irá encontrar os seus verdadeiros caminhos de desenvolvimento, dando a sua parcela para o bem estar social e a grandeza do país.

Categoria: Legitimação

Data: 13 de maço de 1969

Novo listão na tarde de ontem

Reunido na tarde de ontem, no Palácio das Laranjeiras, o Conselho de Segurança Nacional, opinou sôbre 98 processos de cassações, instruídos previamente com documentos e subsídios provenientes do SNI e de todos os órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e às pastas militares. As decisões tomadas foram anunciadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República:

- Suspensão de direitos políticos por dez anos, e a cassação dos mandatos dos seguintes deputados federais:

Léo de Almeida Neves (Paraná), Jayme Câmara (suplente de deputado federal de Goiás).

- Suspensão de direitos políticos por dez anos, e a cassação dos mandatos dos seguintes deputados estaduais:

ACRE- Darci Fontenele de Castro, Eloy Abude e Geraldo Roque A. de Freitas.

AMAZONAS - Nelson Noronha, Anfremon Amazonas Monteiro, Ismael Benigno e Renato de Souza Pinto.

PARÁ - Laércio Wilson Barbalho e Narciso Bello.

MARANHÃ – Kleber Ferro Leite.

PIAUI – Antonio Ribeiro Dias, Alfredo Alberto Leal Nunes e Alberto Lessa Luz.

CEARÁ – Murilo Rocha Aguiar, Doriem Sampaio, Ernâni de Queiroz Vina, Luciano Campos de Magalhães, Mossclair Cordeiro Leite, José Firmo de Aguiar, Raimundo Ferreira Ximenes Neto, José Haroldo Magalhães Martins e Sebastião Basiliano de Freitas.

PARAIBA – Robson Duarte Espindola, Francisco Souto Neto, Silvio Pôrto e Romeu Gonçalves de Arantes.

PERNAMBUCO - José Marques da Silva, Waldemar Alberto Borges Rodrigues, José Inácio da Silva e Egídio Ferreira Lima.

ALAGOAS – Disney Soares Tôrres, Elísio da Siva Maia, Luiz Gonsaga Moreira Coutinho e Moacir de Andrade.

SERGIPE – Airton Menezes Silva, Francisco Teles de Mendonça, José dos Santos Mendonça, José Gilton Pinto Garcia e Edson Mendes de Oliveira.

BAHIA – Marcelo Ferreira Duarte Guimarães, Hamilton Saback Cohin, Luiz da Costa Leal e Oldacy Carvalho Neves.

ESPÍRITO SANTO – Dailson Laranja e José Ignácio Ferreira.

RIO DE JANEIRO – João Kifler Neto, Helvécio Abdala Mossala, Nilo Teixeira Campos, José Montes Paixão, Julio Ferreira da Silva, Miguel Salim Saad, Octávio Cabral, Wilson da Silva Mendes e Benedito Ursino de Oliveira Bastos.

GUANABARA – Ciro Soarez Kutf, Fabiano Villanova Machado, Samy Jorge Haddad Abdulmaci, Alberto Rajão Reis, Alfredo Trajam, Nelson José Salim, Yara Lopes Vargas e Paulo Ribeiro.

MINAS GERAIS – Antonio Pereira de Almeida, Anibal Teixeira de Souza, José Sette de Barros e Raul Décio Miguel.

SÃO PAULO – Esmeraldo Soarez Tarquinio de Campos Filho, José Sette de Barros e Raul Décio Miguel.

GOIÁS – Ely Mesquita e Olimpio Jaime.

MATO GROSSO – Ney Angelo Pereira, João Chamma, Sebastião Nunes da Cunha e Augusto Mario Vieira.

PARANÁ – Lázaro Servo, Miran Pirith Jacinto Timas e Anibal Khury.

RIO GRANDE DO SUL – Darcilo Ivo Giacomazzi, Raul Hagemann, João Brusa Neto, Mozart Biach da Rocha, Terezinha Gisela Chaise, Pedro Gomes Nunes e Rubem Machado.

SANTA CATARINA – Manoel Dias, Evilásio Nery Cao e Fernando Borges Viegas de Amorim.

Suspensão dos direitos políticos, por dez anos, e cassação do mandato eletivo municipal de Ronaldo José da Cunha Lima, prefeito de Campina Grande, Estado do Paraíba.

Categoria: Unificação

Data: 30 de outubro de 1969

GARRASTAZÚ É RENASCER DE ESPERANÇA

A pessoa do eminente General Emilio Garrastazú Médici na Presidência da República, nesta data, encerra um ciclo da história republicana e faz renascer as esperanças da nacionalidade, sempre trabalhando e sonhando com um Brasil prospero e feliz.

O Governo que hoje se inaugura será de realização, de ordem, trabalho e justiça, concedido que foi ao novo Presidente, o voto de confiança que pediu ao povo brasileiro logo após ter sido anunciada sua eleição pelo Congresso Nacional.

Prometendo governar o país com o pensamento voltado para os trabalhadores, Garrastazú Médici prometeu, como Presidente eleito “humanização da correção monetária para a política habitacional” que “será mantida, mas não tão violenta”, o que vale dizer que os trabalhadores continuarão encontrando facilidade para adquirir casa própria, mas com um sistema de pagamento suavizado e conforme com o poder aquisitivo da classe obreira.

Esse cuidado com a política habitacional, em última análise, enquadra-se perfeitamente na filosofia administrativa do novo Governo da República, eis que Garrastazú Médici dará especial atenção à saúde, educação, alimentação e habitação, por reconhecer que sem isso “o homem não poder ter tranquilidade para produzir”.

E não resta dúvida que, amparado por essa política do Governo, as classes trabalhadoras terão estímulo e disposição para produzir mais e melhor. E só a produção maciça em tôdas as frentes de trabalho levará o Brasil ao desenvolvimento que constitui a meta principal do Governo Revolucionário, que hoje inicia nova fase sob o comando de um novo presidente.

A administração que hoje se instala sob os melhores auspícios e muita esperança do povo brasileiro, há de contar com o apoio de todos, particularmente do proletariado nacional, eis que o Presidente Garrastazú Médice, reconhece que “os trabalhadores são indiscutivelmente, o sustentáculo dêste País”.

Tal afirmativa é tanto mais válida quando se considera que partiu de um homem que, não sendo político profissional, não tem motivo para lisonjear as massas com promessas falazes, mas tem razões de ordem humana e patriótica que o levaram a prometer ao povo-saúde, educação, alimentação e habitação, polinômio que espelha ineludivelmente, Governo do povo, para o povo e pelo povo.

Categoria: Unificação

Data: 4 de dezembro de 1969

Eleito prefeito de Campo Grande o sr. Antônio Mendes Canale

O povo campo-grandense, num dos pleitos mais tranquilos, elevados e decentes de nossa história elegeu o seu novo prefeito e vereadores.

A Aliança Renovadora Nacional – ARENA, foi a vitoriosa, sendo consagrada pela população que, livre e conscientemente, votou no dia 30 de novembro.

A decadência com que foi realizada a disputa foi consagrada para os diversos candidatos, que souberam manter as suas campanhas eleitorais em nível alto.

A grande maioria dos votos dados pela população coube à ARENA de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici, ou seja à Revolução de Março de 64.

O candidato mais votado foi o sr. Antônio Mendes Canale, que já exerceu o mandato de prefeito anteriormente.

A população espera, agora, que o prefeito eleito, ao escolher os seus auxiliares diretos não deixe se dominar por elementos cujo raio de visão não vai além dos seus quintalejos.

É preciso que se compreenda que a vitória maior coube à população campo-grandense e não a êste ou aquêle chefe político municipal.

Interpretando o pensar da população da Cidade que mais cresce no oeste brasileiro, fazemos veemente apelo ao eleito em 30 de novembro para que não falte, em hipótese alguma, com o seu povo, pois Campo Grande não pode parar.

Categoria: Dissimulação

Data: 3 de março de 1969

Professores e Alunos terão punição por atos subversivos

Petrópolis – O Presidente da República assinou decreto lei definindo as infrações disciplinares cometidas por professores, estudantes e empregados de estabelecimento de ensino público particular.

A participação dos estudantes em passeatas, atentados contra pessoas e bens, distribuição de material subversivo e sequestro de membro do corpo docente serão punidos com seu desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. A apuração das infrações será feita no prazo improrrogável de 20 dias, mediante processo sumário.

O Decreto

O decreto, na sua integra é o seguinte: O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo primeiro do Art. 2º do Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º - Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I – Alude ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização de atividade escolar ou participe dêsse movimento.

II – Pratique atos destinada à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles, comícios não autorizados, ou deles participe.

IV – Conduza ou realize, confeccione em depósito ou distribua material subversivo de qualquer natureza.

V- Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor membro do corpo-docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno.

VI – Use dependências ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Parágrafo 1º - As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo-docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, com a pena de demissão e dispensa e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três (3) anos.

Parágrafo 2º - Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do poder público, perde-la-á e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco anos.

Parágrafo 3º - Se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º - A apuração das Infrações a que se refere êste decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único: Havendo suspeita de prática de crime o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará desde logo, a instauração de inquérito policial.

Art. 3º - O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino designado por seu dirigente que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

S1º - O indiciado será suspenso até o julgamento de seu cargo, função ou emprego ou se for estudante proibido de frequentar as aulas se o requerer o encarregado do processo.

S 2º - Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação ou não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

S 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas especificando a infração cometida o autor e as razões de seu convencimento.

S 4º recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada dentro de quarenta e oito horas sob pena do crime definido no artigo 319 do Código Penal além da sanção combinada no item I do S 1º do art. 1º deste decreto-lei.

S 5º - Quando a infração estiver capitulada na lei penal será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º - Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro do Estado da Educação e Cultura expedirá dentro de trinta dias contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste decreto-lei.

Art. 6º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Categoria: Fragmentação

Data: 17 de dezembro de 1968

Revoluções serão feitas dentro da Revolução

O Presidente da República, Marechal Arthur Costa e Silva, falando ontem à noite na Escola de Estado Maior do Exército, em discurso deliberadamente escrito, como declarou, abordou a situação reinante no País, nestes últimos dias, reafirmando a decisão do governo de manter a ordem.

Inicialmente, o Chefe do Governo relacionou e refutou as calúnias que vinham sendo assacadas contra o Governo Revolucionário. Referiu-se ao fato de os derrotados de março de 64 estarem, ultimamente, procurando reconquistar o poder, acreditando no enfraquecimento da Revolução, lançando mãos de todos os recursos de maledicência, falsidade, mentira e calúnia, principalmente no que diz respeito à corrupção que diziam estar campeando no país.

Citou o Chefe do Governo a sua reação nos casos da IOS, da Dominium, da Sudam e do IBRA. Contra a corrupção o Governo quer provas, documentos e não só o “ouvir dizer” pra que possa agir.

Reafirmando que a Revolução é irreversível, o Presidente afirmou a sua disposição de fazer novas revoluções dentro da Revolução, se preciso, para esta conseguir seus objetivos. “A Revolução estará alerta contra as tentativas de perturbação da ordem da paz e da tranquilidade da Nação”.

Disse ainda o Chefe do Governo que as depurações havidas no primeiro período da Revolução não foram completas. Como chefe supremo das Forças Armadas não abrirá mão dessa honrosa prerrogativa, ao mesmo tempo que lembrava a sua posição de chefe da revolução de 64.

As palavras do Chefe do Governo foram ouvidas pelos srs. Ministros de Estado e grande número de oficiais dos Exércitos de diversos países da América do Sul, os quais terminavam curso na Escola de Estado Maior do Exército.

Categoria: Fragmentação

Data: 9 de agosto de 1969

COMANDANTE DO I EXÉRCITO: VIOLÊNCIA CONTRA VIOLÊNCIA

Falando ontem sobre a violência que vem sendo posta em prática pelos agentes da subversão, que nas 48 horas feriram a bala três pessoas, quando estas tentavam impedir a distribuição de panfletos pregando a luta armada, o General Siseno Sarmiento, Comandante do I Exército enxotou a opinião pública a ficar atenta aos atos desses vândalos, que não escondem seu desprezo pela propriedade e pela vida de terceiros.

- Doravante – afirmou o general – não devemos abordar esses bandidos de forma suasória. Se querem a violência. O que não é possível é o chefe da família pacato e cumpridor dos seus deveres ficar à mercê de tais celerados. A vida do soldado ou do policial, responsáveis pela segurança pública, também não pode continuar a ser arriscada absurdamente. Meus comandados não abordarão mais, com as mãos abanando, esses

distribuidores de panfletos. Estarão devidamente armados, prontos para neutralizar botes traiçoeiros.

SISENO AGORA É EX-COMBATENTE DA POLONIA

O General Siseno Sarmento, Comandante do I Exército, recebeu ontem distintivo, diploma e carteira de “Associado de Honra” da Associação dos Ex-Combatentes Poloneses residentes no Brasil.

A entrega foi feita por uma comissão de ex-combatentes poloneses, encabeçada pelo presidente da Associação – Seção da Guanabara -, Tenente Janusz Pawellkierwcz,q eu compareceu ao Gabinete do Comandante do I Exército, e ressaltou, na ocasião, o que de honroso representava para a entidade ter como um dos seus integrantes um soldado da estrutura do General Siseno Sarmento.

Categoria: Fragmentação

Data: 14 de agosto de 1969

OPERAÇÃO CONJUNTO CONTRA AS GUERRILHAS

O Exército, Marinha e Aeronáutica serão mobilizados para uma operação de envergadura em todo o país, com destino de dissolver grupos guerrilheiros e terroristas que vêm assaltando bancos.

Agentes civis das Secretarias de Segurança participam da caçada e a região do I Exército, por determinação do General Syseno Sarmento (foto), encontra-se em rigorosa vigilância para bloquear as atividades dos referidos grupos O comandantes do I Exército informou que prosseguem os IPMs, em curso, os quais serão acelerados para que os processos sejam, com a maior brevidade, encaminhados à Justiça.

AÇÃO NO ESTADO FLUMINENSE

A Marinha está desarticulando grupos subversivos ao longo do litoral sul do Estado do Rio, desde Mangaratiba até Parati, já na divisa com São Paulo, numa área de 150 km de extensão por 90 de largura. Segundo notícia procedente de Angra dos Reis o fim das operações avais está próximo.

Nos trabalhos de limpeza da área, os fuzileiros navais estão realizando algumas detenções, na maioria para averiguações. As demais informações não foram ainda liberadas.

Categoria: Reificação

Data: 31 de março de 1969

Demonstrando o desenvolvimento Brasileiro

O ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, em palestra proferida para um grupo de empresários alemães, declarou que a Revolução de 1964 veio salvar o país de um colapso econômico, tirando-o da estagnação. Utilizando-se de dados e gráficos estatísticos, o ministro mostrou o arrefecimento do desenvolvimento brasileiro ocorrido no início da década, motivado basicamente pelo fim do processo de substituição de importações, ao lado da causa política, que foi a subversão e a incompetência. A partir de 1964, houve uma inversão de tendências, com a retomada do desenvolvimento. Em sua explanação sobre o processo de desenvolvimento do país, e as suas relações políticas, o ministro do Planejamento declarou: “Veio a Revolução, houve mudança de governo. As condições, naquela ocasião, eram de desânimo. Daí por diante dois governos da Revolução cuidaram de promover um trabalho simultâneo de recuperação do desenvolvimento e de definição de uma nova estratégia para o nosso processo de crescimento. Os dois trabalhos vem sendo efetuados bastante satisfatórios. A taxa de crescimento começou a progredir a partir de 1964. A taxa

de inflação que, no exercício de 1963 havia atingido um limite perigoso, começou a decrescer.

Explicou o ministro do planejamento do Governo Costa e Silva que a “inflação havia atingido níveis tão elevados que, no primeiro ano da Revolução, só foi possível contê-la no nível de 86,6%. A revolução encontrou essa taxa de crescimento inflacionário galopante e teve de freá-lo em 1964, sob pena de atingir nível superior a 100%. Em 1965 caiu para 45,4%; em 66 para 41,4%; em 67 para 24,5%; e em 68 para 24%. A ligeira diferença de 67 para 68, prosseguiu, foi porque no último ano produziu-se uma elevação programada da atividade econômica, que exigiu uma certa flexibilidade na utilização dos instrumentos monetários”. Demonstrou o ministro que a taxa de crescimento que em 1963 era de 1,6%, elevou-se gradativamente para 3,1, 3,9, 4,4, 4,9% e em 1968, foi estimada entre 6 e 7%. Tivemos assim uma taxa de crescimento econômico uma curva ascendente e da inflação numa curva descendente depois da Revolução. Nos três anos anteriores à revolução. Nos três anos anteriores à Revolução, a inflação estava em ascensão e o desenvolvimento em queda. Com a Revolução as duas curvas inverteram-se, registrando-se assim, uma inversão de tendências”.